

Resultados 2725

Demonstrações Contábeis Condensadas

30 de junho de 2025



Relatório da Administração **1S25**

Destaques dos primeiros seis meses de 2025

Principais indicadores e índices da nossa performance de janeiro a junho de 2025 em relação ao mesmo período do ano anterior¹:

Somos a marca mais valiosa do Brasil pelo nono ano consecutivo

O ranking, organizado anualmente pela consultoria internacional Brand Finance, traz as 100 marcas mais valiosas do Brasil e a nossa marca ficou em primeiro lugar, avaliada em US\$ 8,6 bilhões.

Resultado

Recorrente Gerencial

R\$ 22,6 bilhões

Carteira de Crédito²

R\$ 1,4 trilhão

ROE

Recorrente Gerencial

22,8%

1S24 0,8 p.p.△

Performance 1S25 X 1S24

Margem Financeira com Clientes

R\$ 59,7 bilhões

Índice de eficiência

38,4%

-01nn v

Índice de capital nível 13

14,6%

estável

O crescimento da carteira de crédito total foi de 7,3% na comparação com o ano anterior. O aumento da carteira de crédito no Brasil foi de 8,6% e aconteceu em todos os segmentos: 8,0% em pessoas físicas, 13,1% em micro, pequenas e médias e 6,4% em grandes empresas. A carteira na América Latina avançou 1,3%.

O efeito positivo do crescimento da carteira, da maior margem com passivos, além da maior remuneração de nosso capital de giro próprio, levou a um crescimento de 14,7% na margem financeira com clientes.

As receitas de serviços e de seguros tiveram um crescimento de 4,3% principalmente pelo aumento do faturamento na atividade de emissão de cartões, além de maiores ganhos com administração de recursos e com pagamentos e recebimentos. Também merece destaque o crescimento de 16,7% no resultado de seguros, previdência e capitalização.

As despesas não decorrentes de juros avançaram 9,6%, enquanto o nosso índice de eficiência do primeiro semestre de 2025 no consolidado fechou em 38,4% e em 36,4% no Brasil, reduções de 0,1 p.p. e de 0,5 p.p., respectivamente, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Abaixo, apresentamos os principais indicadores que compõem o nosso resultado:

Em R\$ bilhões

Informações de Resultado	1S25	1524	Variação
Produto Bancário¹	90,3	82,2	9,9%
Margem Financeira Gerencial	61,5	54,5	12,7%
Margem Financeira com Clientes	59,7	52,1	14,7%
Margem Financeira com Mercado	1,8	2,5	-27,6%
Receitas de Prestação de Serviços	22,6	22,2	1,8%
Receitas de Operações de Seg., Prev. e Cap	6,2	5,4	13,9%
Custo do Crédito	(18,1)	(17,6)	2,6%
Despesas não Decorrentes de Juros	(32,3)	(29,5)	9,6%
Resultado Recorrente Gerencial	22,6	19,8	14,1%
Lucro Líquido Contábil	22,2	19,5	13,8%
Retorno Recorrente Gerencial sobre o Patrimônio Líquido Médio Anualizado²	22,8%	22,0%	0,8 p.p.
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio Anualizado³	22,3%	21,6%	0,7 p.p.

Ações	1S25⁵	1S24 ⁵	Variação
Lucro Líquido por ação - R\$	2,06	1,81	13,1%
Valor Patrimonial por Ação – R\$ (em circulação em 30/06)	18,62	17,06	9,2%
Dividendos e JCP líquido por ação — R\$	0,49	0,46	6,0%
Volume Financeiro Médio Diário Negociado das Ações	1,8	1,4	28,2%
B3 (ON+PN)	0,8	0,8	3,8%
NYSE (ADR)	0,9	0,6	62,6%
Valor de Mercado⁴	395,4	347,5	13,8%

(1) O Produto Bancário é a soma da Margem Financeira Gerencial, das Receitas de Prestação de Serviços e do Resultado de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas de Sinistros e de Comercialização. (2) O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Resultado Recorrente Gerencial pelo Patrimônio Líquido Médio. O quociente dessa divisão foi multiplicado pelo número de períodos no ano para se obter o índice anual. (3) O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Lucro Líquido Contábil pelo Patrimônio Líquido Médio. O quociente dessa divisão foi multiplicado pelo número de períodos no ano para se obter o índice anual. (4) Fonte: Bloomberg. (5) O número de ações em circulação foi ajustado para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 20 de março de 2025. Sendo assim, os indicadores por ação foram reclassificados.

Iniciativas no 2T25

Apresentamos o Itaú Ventures, nosso novo fundo proprietário de Corporate Venture Capital

Com valor inicialmente comprometido de R\$ 500 milhões, a iniciativa nasce da internalização do Kinea Ventures e visamos aproximar a gestão de investimentos às nossas prioridades operacionais. Atuaremos com uma equipe dedicada, com foco em startups brasileiras e latino-americanas investindo em áreas estratégicas como pagamentos, wealth, seguros, crédito, cybersegurança, serviços financeiros, UX, infraestrutura e inteligência artificial.

Saiba mais

Lançamos o Itaú Emps, um banco inteligente e seguro desenhado sob medida para empreendedores

Anunciamos o Itaú Emps, um banco inteligente e seguro criado sob medida para os pequenos empreendedores que buscam autosserviço, experiência prática e personalizada. Em um app leve e sem cobrança de mensalidade, entregamos a integração entre adquirência e crédito, além do uso de Inteligência Artificial generativa em uma assessoria contextualizada e personalizada que tira dúvidas, traz informações de negócio e apoia na gestão.

Saiba mais

Lançamos a "Inteligência de Investimentos Itaú", o primeiro agente de investimentos do Brasil baseado em inteligência artificial generativa

Desenvolvemos a Inteligência de Investimentos Itaú para proporcionar ao cliente conversas fluídas sobre investimentos. Combinando curadoria de produtos, insights de especialistas, projeções internas e externas, algoritmos e bases específicas de conhecimento, a solução garante recomendações consistentes, seguras e alinhadas ao perfil de cada pessoa 24 horas por dia, nos sete dias da semana.

Saiba mais

Prêmios e Reconhecimentos

Prêmio Executivo de Valor

O prêmio Executivo de Valor é realizado anualmente pelo Valor Econômico em parceria com a AESC - Association of Executive Search Consultants. Este ano reconheceu 25 executivos, divididos por setor de atuação, por suas habilidades de liderança e gestão. Milton Maluhy Filho foi o vencedor na categoria "Serviços Financeiros".

World's Best Investment Bank 2025

Realizado pela revista Global Finance, o prêmio reconhece os melhores bancos de investimento por países, setorialmente, globalmente e regionalmente (África, Ásia-Pacífico, Europa Central, Ocidental e Oriental, Oriente Médio, América do Norte e América Latina). O Itaú BBA venceu nas categorias "Best in Emerging Markets – Global" e "Best Equity Bank – Latin America".

Sustainable Finance Awards – Latin America

O prêmio é realizado pela revista Global Finance. Reconhece as instituições financeiras mais sustentáveis globalmente e regionalmente (Oriente Médio, África, Ásia-Pacífico, Europa Central, Ocidental e Oriental, América do Norte e América Latina). O Itaú BBA foi premiado nas categorias "Best Bank for Sustainable Financing in Emerging Markets", "Best Bank for ESG-Related Loans" e "Best Bank for Transition/Sustainability Linked Loans".

Best Performing Bank

A avaliação é realizada pelo The Banker e posicionou o Itaú Unibanco como o banco de melhor desempenho do Brasil em 2025. A análise é baseada em métricas objetivas de performance, que buscam avaliar a consistência e a robustez dos modelos de negócio das instituições financeiras participantes. O banco ficou em 1º lugar em todas as 8 categorias consideradas.

Best Trade Finance Provider 2025

A pesquisa, realizada pela Euromoney, reconhece as instituições financeiras que se destacam no setor de financiamento ao comércio internacional, com base na avaliação de mais de 13 mil tesoureiros corporativos de mais de 100 países. O Itaú foi reconhecido como "Melhor prestadora de serviços em moeda estrangeira no Brasil", "Melhor produto em moeda estrangeira no Brasil" e "Melhor tecnologia no Brasil e na América Latina".

Estadão Empresas Mais

Ranking empresarial que elege as 1.500 empresas da lista com base em critérios como receita, lucratividade, patrimônio líquido, lucro líquido, resultado financeiro, resultado bruto, fluxo de caixa, porte e consistência histórica. O Itaú ficou em 1º lugar na categoria "Serviços Financeiros – Maiores Bancos Comerciais".

Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

Comunicamos aos nossos acionistas a aprovação do pagamento de JCP no valor de R\$ 0,3341 por ação, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, resultando em juros líquidos de R\$ 0,283985 por ação¹, que serão pagos até 29.08.2025. A base de cálculo utilizada será a posição acionária final registrada no dia 09.06.2025, com suas ações negociadas "exdireito" a partir do dia 10.06.2025.

Acesse o Fato Relevante de 29.05.2025

¹ Excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos

Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas

Comunicamos ao mercado a realização de emissões de Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas, no montante total de R\$ 5 bilhões, em negociações com investidores profissionais. As Letras Financeiras são perpétuas com opção de recompra a partir de 2030, sujeito à prévia autorização do Banco Central do Brasil. Nos termos da Resolução BCB Nº 122 e da Resolução CMN Nº 5.007 estas Letras Financeiras contribuirão para o Capital Complementar do Patrimônio de Referência da Companhia, com impacto de 0,35 ponto percentual 1 no seu índice de capitalização Nível 1.

Acesse o Comunicado ao Mercado de 03.06.2025

¹ Calculado sobre a base de capital de 31 de março de 2025

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores que, mesmo diante de cenários de intensa transformação, constantemente se adaptam e se comprometem em entregar as melhores soluções aos nossos clientes, permitindo que continuemos a obter resultados sólidos. Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pelo interesse e confiança em nosso trabalho, nos motivando a fazer sempre melhor.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 05 de agosto de 2025).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Copresidentes

Pedro Moreira Salles Roberto Egydio Setubal

Vice-Presidente

Ricardo Villela Marino

Conselheiros

Alfredo Egydio Setubal

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela

Candido Botelho Bracher

Cesar Nivaldo Gon

Fabricio Bloisi Rocha

João Moreira Salles

Marcos Marinho Lutz

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana

Paulo Antunes Veras

Pedro Luiz Bodin de Moraes

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana

Membros

Alexandre de Barros

Fernando Barçante Tostes Malta

Luciana Pires Dias

Ricardo Baldin

Rogério Carvalho Braga

CONSELHO FISCAL

Presidente

Gilberto Frussa

Conselheiros

Eduardo Hiroyuki Miyaki

Marcelo Maia Tavares de Araújo

Contadora

Fabiana Palazzo Barbosa CRC 1SP251437/O-4

DIRETORIA

Diretor Presidente e Integrante do Comitê Executivo

Milton Maluhy Filho

Diretores e Integrantes do Comitê Executivo

André Luís Teixeira Rodrigues

Carlos Fernando Rossi Constantini

Carlos Orestes Vanzo

Flávio Augusto Aguiar de Souza

Gabriel Amado de Moura

José Virgílio Vita Neto

Matias Granata

Pedro Paulo Giubbina Lorenzini

Ricardo Ribeiro Mandacaru Guerra

Sérgio Guillinet Fajerman

Diretores

Adriano Cabral Volpini

Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues

Andre Balestrin Cestare

André Maurício Geraldes Martins

Cristiano Guimarães Duarte

Daniel Menezes Santana

Daniel Sposito Pastore

Daniela Pereira Bottai

Emerson Macedo Bortoloto

Eric André Altafim

Felipe Piccoli Aversa

Felipe Xavier Minhoto Tambelini

Guilherme Barros Leite de Albuquerque Maranhão

Gustavo Lopes Rodrigues (1)

João Filipe Fernandes da Costa Araújo

José Geraldo Franco Ortiz Junior

Lineu Carlos Ferraz de Andrade

Luciana Nicola

Luis Eduardo Gross Siqueira Cunha

Maira Blini de Carvalho

Marcia Kinsch de Lima

Mário Newton Nazareth Miguel

Mayara Arci Rezeck

Michele Maria Vita

Paulo Sergio Miron

Pedro Henrique Moreira Ribeiro

Rafael Vietti da Fonseca

Renato Barbosa do Nascimento

Renato da Silva Carvalho

Renato Lulia Jacob

Ricardo Nuno Delgado Gonçalves

Rita Rodrigues Ferreira de Carvalho

Rodrigo Andre Leiras Carneiro

Rubens Fogli Netto

Tatiana Grecco

Thales Ferreira Silva Vinícius Santana

Diretor de Relações com Investidores.

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Diretor Presidente e Integrante do Comitê Executivo

Milton Maluhy Filho

Diretores e Integrantes do Comitê Executivo

André Luís Teixeira Rodrigues

Carlos Fernando Rossi Constantini

Carlos Orestes Vanzo

Flávio Augusto Aguiar de Souza

Gabriel Amado de Moura

José Virgílio Vita Neto

Matias Granata

Ricardo Ribeiro Mandacaru Guerra

Sérgio Guillinet Fajerman

Diretores

Adriana Maria dos Santos

Adriano Cabral Volpini

Adriano Tchen Cardoso Alves

Alessandro Anastasi

Alexandre Borin Ribeiro

Álvaro de Alvarenga Freire Pimentel

Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues

Andre Balestrin Cestare

André Mauricio Geraldes Martins

Andrea Carpes Blanco

Angelo Russomano Fernandes

Atilio Luiz Magila Albiero Junior

Badi Maani Shaikhzadeh

Beatriz Couto Dellevedove Bernardi

Bruno Bianchi

Bruno Machado Ferreira

Caio Barbosa Lima Moreno

Carlos Augusto Salamonde

Carlos Eduardo de Almeida Mazzei

Carlos Eduardo Mori Peyser

Carlos Henrique Donegá Aidar

Cintia Carbonieri Fleury de Camargo Cláudio José Coutinho Arromatte

Cristiano Guimarães Duarte

Cristina Gouveia Aguiar

Daniel Menezes Santana

Daniel Nascimento Goretti Daniel Sposito Pastore

Davi Faleiros Franco da Rocha

Eduardo Cardoso Armonia

Eduardo Corsetti

Eduardo Coutinho de Oliveira Amorim

Eduardo Nogueira Domeque

Eric André Altafim

Estevão Carcioffi Lazanha

Fabio Horta Motta Marques da Costa

Fábio Napoli

Fábio Rodrigo Villa

Fabricio Dore de Magalhães

Felipe Piccoli Aversa

Felipe Sampaio Nabuco

Felipe Weil Wilberg

Felipe Xavier Minhoto Tambelini Fernando Della Torre Chagas

Fernando Kontopp de Oliveira Fernando Mattar Beyruti

Fernando Silva Dias de Castro

Flávia Davoli

Flavio Ribeiro Iglesias Francis Roberto Gallo

Gabriel Brabo de Bernardes Gabriel Guedes Pinto Teixeira

Gabriela Figueiredo Denadai

Diretores (continuação)

Gabriela Rodrigues Ferreira

Giovana Aparecida Braccialli Vinci

Guilherme Pessini Carvalho

Gustavo Andres

Gustavo Lopes Rodrigues

Gustavo Nobuaki Aoki

Haroldo Coutinho de Lucena Neto João Carlos do Amaral dos Santos

João Filipe Fernandes da Costa Araúio

José de Castro Araújo Rudge Filho

José Geraldo Franco Ortiz Junior

Laila Regina de Oliveira Pena de Antonio

Leandro Alves

Leandro Roberto Dominiquini

Leandro Rocha de Andrade

Lineu Carlos Ferraz de Andrade

Luciana Nicola

Luís Eduardo Gross Sigueira Cunha

Luiz Felipe Monteiro Arcuri Trevisan

Maira Blini de Carvalho

Marcelo Bevilacqua Gambarini

Marcia Kinsch de Lima

Marcio Luís Domingues da Silva

Marco Flavio Trajano Mattos

Marcos Zani Della Manna

Marcus Viana de Gusmão

Maria Estela Castanheira Saab Caiuby Novaes

Mariana Mauriz Rodrigues

Mário Lúcio Gurgel Pires

Mario Magalhães Carvalho Mesquita

Mário Newton Nazareth Miguel

Mayara Arci Rezeck

Michel Cury Chain

Michele Maria Vita

Milena de Castilho Lefon Martins

Pamela Vaiano

Paola Archibusacci Sarkis

Pedro Barros Barreto Fernandes

Pedro Campos Bias Fortes

Pedro Henrique Moreira Ribeiro

Pedro Prates Rodrigues
Priscilla Marques Dias Ciolli

Rafael Bastos Heringer

Naidei Bastos Hering

Rafael Burini Ohde

Rafael Vietti da Fonseca

Renata Cristina de Oliveira

Renato Bereznjak Cunha Renato Cesar Mansur

Renato da Silva Carvalho

Renato Giongo Vichi

Renato Lulia Jacob

Ricardo Nuno Delgado Gonçalves

Rita Rodrigues Ferreira Carvalho

Roberta Anchieta da Silva

Rodrigo Andre Leiras Carneiro

Rodrigo Jorge Dantas de Oliveira Rodrigo Rodrigues Baia

Rogerio Vasconcelos Costa Rubens Fogli Netto

Sandra Cristina Mischiatti Lancellotti

Tatiana Grecco

Tatyana Montenegro Gil

Thales Ferreira Silva

Thiago Luiz Charnet Ellero

Tiago Augusto Morelli Ullisses Christian Silva Assis

Valéria Aparecida Marretto

Vinicius Santana

Itaú Unibanco Holding S.A. Balanço Patrimonial Consolidado Condensado

(Em milhões de reais)

	1		01/01/2025
Ativo	Nota	30/06/2025	Informações Suplementares (não auditado)
Circulante e Não Circulante		2.863.268	2.851.314
Disponibilidades		32.177	36.127
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2c IV, 4	278.452	302.560
Aplicações no Mercado Aberto		214.094	233.209
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		60.427	66.752
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	10b	3.978	2.626
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)		(47)	(27)
Títulos e Valores Mobiliários	2c IV, 5	910.522	835.714
Carteira Própria		289.118	226.461
Vinculados		290.020	301.936
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	10b	332.579	308.623
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)		(1.195)	(1.306)
Derivativos	2c IV, 6	73.536	96.488
Operações com Característica de Concessão de Crédito	8	1.147.354	1.157.247
Operações de Crédito, Arrendamentos e Outros Créditos	2c IV, 2c VII	1.011.835	1.022.078
Títulos e Valores Mobiliários	2c IV	188.268	188.540
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)	2c IV	(52.749)	(53.371)
Relações Interfinanceiras e Interdependências		255.829	246.261
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		87.955	85.470
Ativos Fiscais Correntes		16.074	16.735
Ativos Fiscais Diferidos	20b I	71.881	68.735
Outros Ativos	9a	77.443	91.447
Permanente		34.782	34.793
Investimentos	2c VI	8.591	8.527
Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		8.582	8.362
Outros Investimentos		9	165
Imobilizado	2c VIII, 14	9.064	9.080
Imóveis		9.430	6.932
Outras Imobilizações		15.738	18.137
(Depreciações Acumuladas)		(16.104)	(15.989)
Ágio e Intangível	2c IX, 15	17.127	17.186
Ágio		812	865
Ativos Intangíveis		49.865	47.755
(Amortização Acumulada)		(33.550)	(31.434)
Total do Ativo		2.898.050	2.886.107

(Em milhões de reais)

			01/01/2025
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2025	Informações Suplementares (não auditado)
Circulante e Não Circulante		2.688.498	2.674.458
Depósitos	2c IV, 16b	1.019.760	1.054.741
Depósitos à Vista		123.475	124.920
Depósitos de Poupança		173.230	180.730
Depósitos Interfinanceiros		6.816	7.224
Depósitos a Prazo		715.703	735.376
Outros Depósitos		536	6.491
Captações no Mercado Aberto	2c IV, 16c	432.862	409.656
Carteira Própria		266.269	178.922
Carteira de Terceiros		113.660	129.536
Carteira Livre Movimentação		52.933	101.198
Instrumentos de Dívida	2c IV, 16d	402.470	377.344
Recursos de Emissões		247.184	236.430
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		76.876	76.279
Captação por Certificados de Operações Estruturadas		23.734	19.411
Instrumentos de Dívidas com Cláusulas de Subordinação	16d III	54.676	45.224
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2c IV, 16e	119.493	135.113
Empréstimos		100.788	117.170
Repasses		18.705	17.943
Derivativos	2c IV, 6	74.149	96.611
Relações Interfinanceiras e Interdependências		118.199	103.820
Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	8a, 8c	1.514	1.153
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	2c XI, 10a	336.372	311.812
Demais Provisões	2c XII, 11b	16.059	16.628
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		20.720	22.988
Obrigações Fiscais Correntes	20c	14.370	14.255
Obrigações Fiscais Diferidas	20b II	6.350	8.733
Outros Passivos	9b	146.900	144.592
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	18	200.815	202.705
Capital Social		124.063	90.729
Reservas de Capital		2.328	2.729
Reservas de Lucros		77.093	110.400
Outros Resultados Abrangentes	2c IV	(2.651)	(244)
(Ações em Tesouraria)		(18)	(909)
Participação de Acionistas Não Controladores	18e	8.737	8.944
Total do Patrimônio Líquido		209.552	211.649
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.898.050	2.886.107

Itaú Unibanco Holding S.A.

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado

(Em milhões de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira	24	160.755
Resultado de Operações com Característica de Concessão de Crédito		84.859
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Outros		46.950
Receitas Financeiras de Recursos Garantidores de Provisões Técnicas		21.024
Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Outros		7.922
Despesas da Intermediação Financeira	24	(105.328)
Depósitos e Captações no Mercado Aberto		(88.403)
Instrumentos de Dívida		(2.663)
Empréstimos e Repasses		6.086
Despesas Financeiras de Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização		(20.348)
Resultado da Intermediação Financeira Antes da Perda de Crédito Esperada		55.427
Resultado da Perda de Crédito Esperada	24	(15.554)
Despesa de Provisão para Perda de Crédito Esperada		(17.982)
Receita de Recuperação de Ativos Financeiros Baixados como Prejuízo		2.428
		39.873
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(14.792)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	25	23.666
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização		3.407
Despesas de Pessoal	26	(16.486)
Outras Despesas Administrativas	26	(13.407)
Despesas de Demais Provisões	11b	(1.659)
Provisões Cíveis		(556)
Provisões Trabalhistas		(1.899)
Provisões Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos		796
Despesas Tributárias	2c XIII, 20a II	(5.723)
Resultado de Participações em Coligadas, Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos		694
Outras Receitas Operacionais		(427)
Outras Despesas Operacionais	26	(4.857)
Resultado Operacional		25.081
Resultado não Operacional		166
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações		25.247
Imposto de Renda e Contribuição Social	2c XIII, 20a I	(2.324)
Devidos sobre Operações do Período		(6.825)
Referentes a Diferenças Temporárias		4.501
Participações no Lucro - Administradores - Estatutárias	19b	(266)
Participações de Não Controladores	18e	(484)
Lucro Líquido		22.173
Lucro por Ação - Básico	21	
Ordinárias		2,12
Preferenciais		2,12
Lucro por Ação - Diluído	21	0.40
Ordinárias Preferenciais		2,10
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica	21	2,10
Ordinárias		5.288.843.050
Preferenciais		5.163.622.107
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída	21	
Ordinárias		5.288.843.050
Preferenciais As notes explicatives são parte integrante das demonstrações contábeis		5.252.616.003

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado Abrangente

(Em milhões de reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido Consolidado		22.657
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	5c	1.396
Variação de Valor Justo	_	(1.184)
Efeito Fiscal	_	1.365
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado	_	2.211
Efeito Fiscal	_	(996)
Hedge	_	1.151
Hedge de Fluxo de Caixa	 7b	98
Variação de Valor Justo	_	178
Efeito Fiscal		(80)
Hedge de Investimentos Líquidos em Operação no Exterior	- 7c	1.053
Variação de Valor Justo	_	2.031
Efeito Fiscal	_	(978)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego (1)	_	(9)
Remensurações	22	(16)
Efeito Fiscal		7
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	_	(4.954)
Outros	_	9
Outros Resultados Abrangentes dos Acionistas não Controladores		(251)
Total de Outros Resultados Abrangentes Consolidado	_	(2.658)
Total dos Resultados Abrangentes Consolidado		19.999
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		19.766
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		233

¹⁾ Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

						Atribuído à Part	icipação dos Acior	nistas Controladores					_		
							Outro	os Resultados Abrange	ntes			_	T-4-1 DI	Total PL -	
	Nota	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Títulos Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ⁽¹⁾	Contratos de Seguro e Previdência Privada	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós- Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - <i>Hedge</i> ⁽²⁾	Outros	Lucros Acumulados	Total PL - Acionistas Controladores	Acionistas não Controladores	Total
Total - 01/01/2025		90.729	(909)	2.729	110.400	(835)	259	(1.959)	10.994	(8.703)			202.705	8.944	211.649
Transações com os Acionistas		33.334	891	(401)	(33.334)	-			-	-			490	-	490
Aquisição de Ações em Tesouraria	18	-	(83)	_		-			-	-			(83)	-	(83)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	18	-	974	(9)	-	-			-	-			965	-	965
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações		-	_	(392)	-	-			-	-			(392)	-	(392)
Capitalização por Reservas		33.334	-	_	(33.334)	-			-	-				-	-
Reorganização Societária	2c I, 3	-	_	-	57	-			-	-			. 57	-	57
Outros		-	_	-	(514)	-			-	-			(514)	-	(514)
Dividendos - Declarados após período anterior		-	-	-	(12.229)	-			-	-			(12.229)	-	(12.229)
Juros sobre o Capital Próprio - Declarados após período anterior		-	_	-	(3.260)	-			-	-			(3.260)	-	(3.260)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos		-	_	-		-			-	-		- 18	18	-	18
Total do Resultado Abrangente		-	_	-	-	1.396		- (9)	(4.954)	1.151		9 22.173	19.766	233	19.999
Lucro Líquido Consolidado		-	_	-	-	-			-	-		- 22.173	22.173	484	22.657
Outros Resultados Abrangentes		-	_	-	-	1.396		- (9)	(4.954)	1.151		9 -	(2.407)	(251)	(2.658)
Destinações:															
Reserva Legal		-	-	-	1.113	-			-	-		- (1.113)	-	-	-
Reservas Estatutárias		-	_	-	12.466	-			-	-		- (12.466)		-	-
Dividendos		-	_	-	-	-			-	-		- ' -		(440)	(440)
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	2.394	-			-	-		- (8.612)	(6.218)		(6.218)
Total - 30/06/2025	18	124.063	(18)	2.328	77.093	561	259	(1.968)	6.040	(7.552)		9 -	200.815	8.737	209.552
Mutações do Período		33.334	891	(401)	(33.307)	1.396		- (9)	(4.954)	1.151		9 -	(1.890)	(207)	(2.097)

¹⁾ Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.
2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

	Nota	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido Ajustado		63.30
Lucro Líquido	_	22.17
Ajustes ao Lucro Líquido:	_	41.136
Pagamento Baseado em Ações	_	(368
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		5.030
Perda de Crédito Esperada com Instrumentos Financeiros	24	17.98
Resultado de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada	_	884
Variação das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização	_	10.68
Depreciações e Amortizações	_	3.66
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos	11b	1.14
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos	- 11b	1.20
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia	_	(445
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do <i>Hedge</i>)		(734
Resultado de Participações em Coligadas, Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos		(694
Resultado de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	_	18
Resultado de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	_	(464
Resultado na Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-	2.21
Resultado na Alienação de Investimentos e Imobilizado	_	(98
Resultado de Participações de Não Controladores	18e	48
Outros		46
Variações de Ativos e Passivos	-	(33.351
(Aumento) / Redução em Ativos	-	•
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	_	52.63
Títulos e Valores Mobiliários	_	(86.705
Derivativos (Ativos / Passivos)	_	49
Operações com Característica de Concessão de Crédito	_	(8.089
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	_	(4.819
Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos / Passivos)	_	9.63
Ativos Fiscais		(1.751
Outros Ativos		6.89
(Redução) / Aumento em Passivos	_	
Depósitos		(34.981
Captações no Mercado Aberto		23.20
Instrumentos de Dívida		15.67
Obrigações por Empréstimos e Repasses	_	(15.620
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização	_	13.88
Obrigações Fiscais	_	3.55
Demais Provisões e Outros Passivos	_	(1.527
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	_	(5.826
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	_	29.95
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Recebidos de Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	31
(Aquisição) / Recursos da Venda de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(17.484
(Aquisição) / Recursos da Venda de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	_	32.47
(Aquisição) / Alienação de Investimentos	_	(22
(Aquisição) / Alienação de Imobilizado	_	(495
(Aquisição) / Alienação de Distrato de Contratos do Intangível	_	(3.020
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	_	11.77
Captação de Obrigações por Dívida Subordinada	_	9.40
Resgate de Obrigações por Dívida Subordinada	_	(83:
Variação da Participação de Não Controladores	_	(25)
Aquisição de Ações em Tesouraria	_	(8:
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	_	94
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Não Controladores	_	(20, 86,
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Pagos Caiva I (guido Proveniente / (Aplicado) pas Atividades de Financiamento.	_	(20.864
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	_	(12.129 29.60
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	_	99.07
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	_	(5.030
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	2c III	123.64
Disponibilidades	20 111	32.17
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	_	40.55
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Demonstração Consolidada Condensada do Valor Adicionado

(Em milhões de reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2025
Receitas		175.780
Intermediação Financeira		164.522
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	25	23.666
Resultado das Operações com Seguros, Previdência Privada e Capitalização		3.407
Perdas de Crédito Esperadas com Instrumentos Financeiros	8	(15.554)
Outras		(261)
Despesas		(109.945)
Intermediação Financeira		(105.328)
Outras		(4.617)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(9.963)
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança, Transportes e Viagens	26	(4.150)
Outras		(5.813)
Processamento de Dados e Telecomunicações	26	(2.847)
Propaganda, Promoções e Publicações	26	(882)
Instalações e Materiais		(1.207)
Outras		(877)
Valor Adicionado Bruto		55.872
Depreciação e Amortização	26	(2.930)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		52.942
Valor Adicionado Recebido em Transferência - Resultado de Equivalência Patrimonial		694
Valor Adicionado Total a Distribuir		53.636
Distribuição do Valor Adicionado		53.636
Pessoal		16.490
Remuneração Direta		12.902
Benefícios		2.922
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço		666
Impostos, Taxas e Contribuições		13.975
Federais		13.075
Municipais		900
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		514
Remuneração de Capitais Próprios		22.657
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		8.612
Lucros Retidos Atribuível aos Acionistas Controladores		13.561
Lucros Retidos Atribuível aos Acionistas Não Controladores		484

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. Balanço Patrimonial Condensado

(Em milhões de reais)

Ativo	Nota	30/06/2025
Circulante e Não Circulante		284.214
Disponibilidades		1.643
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2c IV, 4	46.710
Aplicações no Mercado Aberto		35.419
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		11.291
Títulos e Valores Mobiliários	2c IV, 5	36.556
Carteira Própria		36.556
Derivativos	2c IV, 6	492
Operações com Característica de Concessão de Crédito	2c IV, 8	164.704
Operações de Crédito, Arrendamentos e Outros Créditos		178.129
(Provisão para Perda de Crédito Esperadas)		(13.425
Relações Interfinanceiras e Interdependências		24
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		22.605
Ativos Fiscais Correntes		5.194
Ativos Fiscais Diferidos	20b I	17.411
Outros Ativos	2c V	11.480
Permanente		195.459
Investimentos	2c VI, 12	195.083
Controladas	,	195.083
Imobilizado	2c VIII	4
Imóveis		4
Outras Imobilizações		93
(Depreciações Acumuladas)		(93)
Intangível	2c IX	372
Ativos Intangíveis		3.094
(Amortização Acumulada)		(2.722)
Total do Ativo		479.673
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante e Não Circulante		278.859
Depósitos	2c IV, 16b	97.489
Depósitos à Vista		114
Depósitos Interfinanceiros		97.375
Captações no Mercado Aberto	2c IV	838
Carteira de Terceiros		838
Instrumentos de Dívida	2c IV, 16d III	56.455
Recursos de Emissões	2014, 100111	1.483
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		7.389
Instrumentos de Dívidas com Cláusulas de Subordinação		47.583
•		
Relações Interfinanceiras e Interdependências	90.90	75.477 148
Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar Demais Provisões	8a, 8c	1,264
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		3.527
	20 VII 20 VIII 200	
Obrigações Fiscais Correntes	2c XII, 2c XIII, 20c	2.817
Obrigações Fiscais Diferidas Outros Passivos	20b II	710
	9b	43.661
Patrimônio Líquido	18	200.814
Capital Social		124.063
Reservas de Capital		2.328
Reservas de Lucros	0.87	76.982
Outros Resultados Abrangentes	2c IV	(2.541)
(Ações em Tesouraria)		(18)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		479.673

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Demonstração Condensada do Resultado

(Em milhões de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira		14.636
Resultado de Operações com Característica de Concessão de Crédito		10.702
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Outros		3.934
Despesas da Intermediação Financeira		(9.242)
Depósitos e Captações no Mercado Aberto		(6.823)
Instrumentos de Dívida		(2.341)
Empréstimos e Repasses		(78)
Resultado da Intermediação Financeira Antes da Perda de Crédito Esperada		5.394
Resultado de Perda de Crédito Esperada		(5.557)
Despesa de Provisão para Perda de Crédito Esperada		(6.369)
Receita de Recuperação de Ativos Financeiros Baixados como Prejuízo		812
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(163)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		20.789
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias		6.161
Despesas de Pessoal		(222)
Outras Despesas Administrativas		(3.018)
Despesas de Demais Provisões		6
Provisões Cíveis		(74)
Provisões Trabalhistas		(11)
Provisões Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos		91
Despesas Tributárias	20a II	(1.168)
Resultado de Participações em Controladas	12	20.350
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(1.320)
Resultado Operacional		20.626
Resultado não Operacional		(2)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		20.624
Imposto de Renda e Contribuição Social	2c XIII	1.653
Devidos sobre Operações do Período		(592)
Referentes a Diferenças Temporárias		2.245
Participações no Lucro - Administradores - Estatutárias		(26)
Lucro Líquido		22.251
Lucro por Ação - Básico		
Ordinárias		2,13
Preferenciais		2,13
Lucro por Ação - Diluído		
Ordinárias		2,11
Preferenciais		2,11
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica		
Ordinárias		5.288.843.050
Preferenciais		5.163.622.107
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída		
Ordinárias		5.288.843.050
Preferenciais		5.252.616.003

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Demonstração Condensada do Resultado Abrangente

(Em milhões de reais)

	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido	22.251
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	1.313
Variação de Valor Justo	8
Efeito Fiscal	(6)
Coligadas / Controladas	1.311
Hedge	1.028
Hedge de Fluxo de Caixa	(25)
Coligadas / Controladas	(25)
Hedge de Investimentos Líquidos em Operação no Exterior	1.053
Variação de Valor Justo	520
Efeito Fiscal	(277)
Coligadas / Controladas	810
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego (1)	(9)
Coligadas / Controladas	(9)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	(4.953)
Variação de Valor Justo	(776)
Coligadas / Controladas	(4.177)
Outros	9
Total de Outros Resultados Abrangentes	(2.612)
Total do Resultado Abrangente	19.639

¹⁾ Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. Demonstração Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhões de reais)

						Outros Resultados Abrangentes						_	
	Nota	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Contratos de Seguro e Previdência Privada	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós- Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge	Outros	Lucros Acumulados	Total
Total - 01/01/2025		90.729	(909)	2.729	109.902	(1.961)	259	(1.959	9.756	(6.024)	-	_	202.522
Transações com os Acionistas		33.334	891	(401)	(33.334)	-	-			-	-	-	490
Aquisição de Ações em Tesouraria	18	-	(83)) -	-	-	-			-	-	-	(83)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	18	-	974	(9)	-	-	-			-	-	-	965
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações		-	-	(392)	-	-	-			-	-	-	(392)
Capitalização por Reservas		33.334	-		(33.334)	-	-			-	-	-	-
Reorganização Societária	3, 2c l	-	-		57	-	-			-	-	-	57
Outros		-			(205)	-	-			-	-	-	(205)
Dividendos - Declarados após período anterior		-	-		(12.229)	-	-			-	-	-	(12.229)
Juros sobre o Capital Próprio - Declarados após período anterior		-	-		(3.260)	-	-			-	-	-	(3.260)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos		-			-	-	-			-	-	18	18
Total do Resultado Abrangente		-	-		-	1.313	-	(9) (4.953)	1.028	9	22.251	19.639
Lucro Líquido		-	-		-	-	-			-	-	22.251	22.251
Outros Resultados Abrangentes		-			-	2	-		- (776)	243	-	-	(531)
Parcela de Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas		-			-	1.311	-	(9) (4.177)	785	9	-	(2.081)
Destinações:													
Reserva Legal		-			1.113	-	-			-	-	(1.113)	-
Reservas Estatutárias		-	-		12.544	-	-			-	-	(12.544)	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-		2.394	-	-			-	-	(8.612)	(6.218)
Total - 30/06/2025	18	124.063	(18)	2.328	76.982	(648)	259	(1.968) 4.803	(4.996)	9	-	200.814
Mutações do Período	'	33.334	891	(401)	(32.920)	1.313	-	(9) (4.953)	1.028	9	-	(1.708)

¹⁾ Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Demonstração Condensada dos Fluxos de Caixa

(Em milhões de reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido Ajustado		5.472
Lucro Líquido		22.251
Ajustes ao Lucro Líquido:		(16.779)
Pagamento Baseado em Ações		(368)
Perdas de Crédito Esperadas		6.369
Resultado de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		944
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos		19
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos		85
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(118)
Tributos Diferidos		(2.245)
Resultado de Participações em Controladas	12	(20.350)
Amortização de Ágio		23
Receita de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(928)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(224)
Outros		14
Variação de Ativos e Passivos		(5.880)
(Aumento) / Redução em Ativos		, ,
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		7.920
Títulos e Valores Mobiliários		(12.235)
Derivativos (Ativos / Passivos)		(629)
Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos / Passivos)		8.571
Operações com Característica de Concessão de Crédito		(14.864)
Ativos Fiscais		(1.489)
Outros Ativos		1.612
(Redução) / Aumento em Passivos		
Depósitos		5.873
Captações no Mercado Aberto		(7.409)
Instrumentos de Dívida		3.863
Obrigações Fiscais		1.048
Outros Passivos		1.859
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		(408)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		21.095
(Aquisição) / Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(9.739)
(Aquisição) / Alienação de Investimentos		3.777
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		15.133
Captação em Obrigações por Dívida Subordinada		9.400
Resgate em Obrigações por Dívida Subordinada		(568)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria		941
Aquisição de Ações para Tesouraria		(83)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(20.864)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(11.174)
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa		3.551
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		32.449
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		224
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	2c III	36.224
Disponibilidades		1.643
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada		34.581

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Demonstração Condensada do Valor Adicionado

(Em milhões de reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2025
Receitas		17.345
Intermediação Financeira		14.636
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		6.161
Perda de Crédito Esperada com Instrumentos Financeiros		(5.557)
Outras		2.105
Despesas		(10.723)
Intermediação Financeira		(9.242)
Outras		(1.481)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(3.018)
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança, Transportes e Viagens		(153)
Propaganda, Promoções e Publicações		(127
Outras		(2.738
Valor Adicionado Bruto		3.604
Depreciação e Amortização		(5)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		3.599
Valor Adicionado Recebido em Transferência - Resultado de Equivalência Patrimonial	12	20.350
Valor Adicionado Total a Distribuir		23.949
Distribuição do Valor Adicionado		23.949
Pessoal		180
Remuneração Direta		163
Beneficios		14
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço		3
Impostos, Taxas e Contribuições		1.518
Federais		1.339
Municipais		179
Remuneração de Capitais Próprios		22.251
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		8.612
Lucros Retidos aos Acionistas		13.639

Itaú Unibanco Holding S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 30/06/2025 para Contas Patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2025 para Resultado

(Em milhões de reais, exceto quando indicado)

Nota 1 - Contexto Operacional

Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras, sua matriz está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está presente em 18 países e territórios e fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, controladas e afiliadas internacionais. Atua na atividade bancária em todas as modalidades, por meio de suas carteiras: comercial; de investimento; de crédito imobiliário; de crédito, financiamento e investimento; de arrendamento mercantil e de operações de câmbio.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51,71% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa S.A. ("ITAÚSA"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. JOHNSTON"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 39,21% das ações ordinárias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 05 de agosto de 2025.

Nota 2 - Políticas Contábeis Materiais

a) Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas controladas (ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO) foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING optou por apresentar as suas Demonstrações Contábeis Condensadas Individuais e Consolidadas, incluindo notas explicativas selecionadas, conforme normativos vigentes.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou em 01 de janeiro de 2025 a Resolução CMN n° 4.966/21 que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou pela dispensa da apresentação nas Demonstrações Contábeis Condensadas Individuais e Consolidadas dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 desta Resolução. Com o objetivo de melhor compreensão destas Demonstrações Contábeis Condensadas Individuais e Consolidadas, foram incluídas informações suplementares no Balanço Patrimonial Consolidado Condensado e Demonstração Condensada da Mutação do Patrimônio Líquido Individual e Consolidada, que corresponde aos saldos de 31 de dezembro de 2024, ajustados com os novos conceitos na data inicial da vigência da Resolução CMN n° 4.966/21. Mais informações sobre os efeitos da transição normativa estão detalhadas na Nota 2b I.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

- I Aplicáveis para o Período Findo em 30 de junho de 2025
 - Resolução CMN nº 4.966/21 Instrumentos Financeiros Estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito e designação e reconhecimento contábil da contabilidade de *hedge*. Adoção foi prospectiva, sem efeitos materiais, a partir de 1° de janeiro de 2025, com exceção da contabilidade de *hedge* e do ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados cuja vigência será em 1° de janeiro de 2027.

A Resolução CMN n° 4.966/21 considera os seguintes pilares:

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: as categorias de classificação dos Títulos e Valores Mobiliários que, anteriormente, eram Mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda e Mantidos para Negociação deixaram de existir, sendo introduzidas três categorias de mensuração para todos os ativos financeiros:

- Custo Amortizado (CA): utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Uma parcela significativa dos ativos financeiros classificados anteriormente em Mantidos até o Vencimento e Disponíveis para Venda foi contabilizada nesta categoria, além das Operações de Crédito e Outros Créditos.
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. A parcela remanescente dos ativos financeiros contabilizados anteriormente como Disponíveis para Venda foi classificada nesta categoria.
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. Foram registrados nesta categoria os Derivativos, ativos financeiros Mantidos para Negociação e Instrumentos Patrimoniais.

Dois critérios devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros descritos acima:

- **Definição de modelo de negócios:** que reflita como os instrumentos financeiros são gerenciados para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa, não dependendo das intenções da administração em relação a um instrumento individual.
- Características do fluxo de caixa contratual: testados individualmente para validar se atendem ao critério de pagamento de somente principal e juros.

Na adoção inicial houve designação de instrumentos patrimoniais ao VJORA cujo objetivo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO não é gerar retorno pela sua venda, pois referem-se principalmente a companhias para o desenvolvimento do mercado em que atua. Adicionalmente, com o objetivo de eliminar assimetrias contábeis, houve designação de ativos financeiros ao VJR que fazem parte da estratégia de gerenciamento de risco de mercado.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO manteve a mensuração dos passivos financeiros, os quais permanecem mensurados ao CA, exceto Derivativos que são mensurados ao VJR.

Os instrumentos financeiros mensurados ao CA e ao VJORA utilizam o método de juros efetivos para calcular a receita ou despesa de juros, considerando aspectos de materialidade dos custos de transação na originação. Para cálculo da taxa de juros efetiva das operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria CA, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO adotou a metodologia diferenciada para reconhecimento das receitas e despesas relativas aos custos de transação.

Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito: inclui o uso de informações prospectivas e a classificação dos instrumentos financeiros em três estágios:

- Estágio 1 perdas de crédito esperadas para os próximos 12 meses. Aplicável aos instrumentos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO não adotou a faculdade de apurar a perda de crédito esperada para toda a vida do instrumento financeiro nesse estágio.
- Estágio 2 perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro. Aplicável aos instrumentos financeiros com aumento significativo no risco de crédito desde a sua origem.
- Estágio 3 perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro. Aplicável aos ativos com problemas de recuperação de crédito (ativos problemáticos), evidenciados pelo atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou de encargos ou pelo indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada. Nesse estágio o reconhecimento de juros é por regime de caixa.

Um instrumento financeiro migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO não reconheceu os juros das operações que, na transição, apresentaram atraso acima de 60 dias e não foram caracterizadas como ativo problemático.

Para fins de comparabilidade, os saldos de 31 de dezembro de 2024 estão apresentados nas mesmas rubricas de 1º de janeiro de 2025, os efeitos não alteraram o valor do Patrimônio Líquido.

A seguir resumo das mudanças realizadas nos instrumentos financeiros a partir de 1° de janeiro de 2025:

Itaú Unibanco Holding S.A. Balanço Patrimonial Consolidado em 01/01/2025 (Em milhões de Reais)

	31/12/2024		31/12/2024		01/01/2025		
Ativo	Saldo Transferências Divulgado		Saldo Informações Suplementares (não auditado) ⁽¹⁾	Remensurações / Modificações ⁽²⁾	Classificação	Saldo Informações Suplementares (não auditado)	
Circulante e Não Circulante	3.013.832	(159.212)	2.854.620	(3.306)		2.851.314	
Disponibilidades	36.127	-	36.127	-		36.127	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, líquidas de Provisão para Perda de Crédito Esperada	302.587	-	302.587	(27)	CA	302.560	
Títulos e Valores Mobiliários	1.020.761	(184.007)	836.754	(1.040)		835.714	
Títulos para Negociação	536.294	(2.430)	533.864		VJR	553.997	
Títulos Disponíveis para Venda	304.692	(135.019)	169.673	266	VJORA	125.384	
Títulos Mantidos até o Vencimento	179.775	(46.558)	133.217	17	CA	157.639	
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)	-	-	-	(1.306)		(1.306)	
Derivativos (Negociação) (3)	94.180	1.786	95.966	522	VJR	96.488	
Operações com Característica de Concessão de Crédito	974.715	181.817	1.156.532	715		1.157.247	
Operações de Crédito, Arrendamento e Outros Créditos	1.022.135	(57)	1.022.078	-		1.022.078	
Títulos Disponíveis para Venda	-	135.019	135.019	5.036	CA	140.055	
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	47.031	47.031	1.454		48.485	
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)	(47.420)	(176)	(47.596)	(5.775)		(53.371)	
Relações Interfinanceiras e Interdependências	246.261	-	246.261	-	CA	246.261	
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	88.756	-	88.756	(3.286)		85.470	
Outros Ativos	250.445	(158.808)	91.637	(190)	CA / VJR	91.447	
Investimentos, Líquido	8.439	-	8.439	88		8.527	
Imobilizado, Líquido	9.080	-	9.080	-		9.080	
Ágio e Intangível, Líquido	17.186	-	17.186	-		17.186	
Total de Ativo	3.048.537	(159.212)	2.889.325	(3.218)		2.886.107	

¹⁾ Os valores apresentados incluem transferências de saldos.

²⁾ Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21.

³⁾ Inclui operações de câmbio.

	31/12/2024	_	31/12/2024		01/01/2025		
Passivo	Saldo Divulgado	Transferências	Saldo Informações Suplementares (não auditado) ⁽¹⁾	Remensurações / Modificações ⁽²⁾	Classificação	Saldo Informações Suplementares (não auditado)	
Circulante e Não Circulante	2.838.080	(159.212)	2.678.868	(4.410)		2.674.458	
Depósitos	1.054.741	-	1.054.741	-	CA	1.054.741	
Captações no Mercado Aberto	409.656	-	409.656	-	CA	409.656	
Instrumentos de Dívida	332.120	45.224	377.344	-	CA	377.344	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	135.113	-	135.113	-	CA	135.113	
Derivativos (3)	87.175	9.446	96.621	(10)	VJR	96.611	
Relações Interfinanceiras e Interdependências	103.820	-	103.820	-	CA	103.820	
Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	4.176	-	4.176	(3.023)	CA	1.153	
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	311.812	-	311.812	-		311.812	
Demais Provisões	16.628	-	16.628	-		16.628	
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	24.365	-	24.365	(1.377)		22.988	
Outros Passivos	358.474	(213.882)	144.592	-	CA / VJR	144.592	
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	201.055	-	201.055	1.650		202.705	
Participação de Acionistas Não Controladores	9.402	-	9.402	(458)		8.944	
Total do Patrimônio Líquido	210.457	-	210.457	1.192		211.649	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	3.048.537	(159.212)	2.889.325	(3.218)		2.886.107	

¹⁾ Os valores apresentados incluem transferências de saldos.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as novas classificações de instrumentos financeiros não produziram efeitos no patrimônio líquido na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21. A classificação envolveu a transferência de ativos financeiros classificados anteriormente como Títulos Disponíveis para Venda para Valor Justo por meio do Resultado no montante de R\$ 2. Em relação a perda esperada associadas ao risco de crédito, houve um aumento de R\$ 1.638 em Perda de Crédito Esperada de Operações com Característica de Concessão de Crédito em contrapartida do Patrimônio Líquido, correspondente a R\$ 652, líquido de efeitos fiscais e impactos reflexos de coligadas e controladas correspondentes a R\$ (271), líquido de efeitos fiscais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO teria reconhecido em Resultado ou em Outros Resultados Abrangentes o montante de R\$ 1.254 durante o período de 01/01/2025 a 30/06/2025 caso os instrumentos financeiros não tivessem sido reclassificados de categoria.

	31/12/2024	01/01/2025	01/01 a 30/06/2025				
	31/12/2024	0 1/0 1/2025	Ganhos/(Perdas) do Aju	ste ao Valor Justo não Reconhecido			
	Valor Justo	Classificação	Resultado	Outros Resultados Abrangentes			
Títulos e Valores	840.986	CA		- 1.254			
Mobiliários	640.960	VJORA					

²⁾ Referem-se às perdas de crédito esperadas e ao ajuste ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21.

³⁾ Inclui operações de câmbio.

No que se refere às provisões de perda de crédito esperada dos instrumentos financeiros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO apresenta o seguinte resumo das mudanças realizadas:

		31/12/2024		01/01/2025				
Instrumentos Financeiros	Rating	Saldo Contábil	Provisão para Perda	Estágio	Saldo Contábil Bruto	Provisão para Perda de Crédito Esperada		
				1	292.498	(110)		
Títulos e Valores Mobiliários	N/A	940,000	(616)	2	241	(1)		
ritulos e valores Mobiliarios	IN/A	849.002	(616)	3	1.595	(1.195)		
				N/A (1)	554.726	-		
Total		849.002	(616)		849.060	(1.306)		
	AA	558.075	(1.720)					
	Α	262.116	(2.185)					
	В	118.618	(3.257)					
Operações com Característica de Concessão de Crédito	С	32.559	(3.253)					
	D	8.600	(2.579)					
	E	5.240	(2.620)					
	F	6.331	(4.431)					
	G	5.485	(5.452)					
	Н	25.054	(25.054)					
	N/A	188.540	(3.549)					
				1	1.098.610	(9.958)		
				2	56.770	(13.068)		
				3	55.238	(30.345)		
Total (2)		1.210.618	(54.100)		1.210.618	(53.371)		
Compromisso de crédito,				1	611.267	(337)		
crédito a liberar e garantias		623.730	(1.045)	2	8.509	(124)		
financeiras prestadas ⁽³⁾				3	3.954	(692)		
Total		623.730	(1.045)		623.730	(1.153)		

¹⁾ Ativos financeiros não sujeitos a perda de crédito esperada, composto por títulos públicos classificados na categoria VJR mensurados no nível 1 da hierarquia do valor justo e por instrumentos patrimoniais (VJR ou VJORA).

Resolução CMN nº 4.975/21 - Arrendamento - Recepciona o Pronunciamento Contábil (CPC) 06 (R2)

- Arrendamentos que apresenta um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos como direito de uso no ativo e a respectiva obrigação a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do direito de uso e as despesas de juros do arrendamento separadamente no resultado.

Transição para a Resolução CMN nº 4.975/21

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou o Pronunciamento Contábil (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, prospectivamente, desde 1° de janeiro de 2025, utilizando os seguintes critérios: (1) taxa de desconto unificada, considerando uma carteira de contratos semelhantes; e (2) cálculo do Ativo de Direito de Uso e do passivo de arrendamento para os novos contratos firmados, nos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING figura como arrendatário, a partir da vigência da norma.

II - Aplicáveis para Períodos Futuros

• Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros e normativos relacionados - Estabelece a designação e reconhecimento contábil de *hedge* e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

c) Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais

Esta nota apresenta as principais estimativas críticas e julgamentos utilizados na elaboração e aplicação das políticas contábeis específicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. Estas estimativas e julgamentos apresentam risco material e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos devido às incertezas e

²⁾ Em 1º de janeiro de 2025, a provisão para perda de crédito esperada contempla R\$ 47.983 referente às operações de crédito, arrendamento e outros créditos com característica de concessão de crédito e R\$ 5.388 referente a títulos e valores mobiliários com característica de concessão de crédito.

³⁾ Os valores são resgistrados em conta de compensação.

ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. Desta forma, os resultados reais podem ser diferentes daqueles obtidos pelas estimativas e julgamentos.

I - Consolidação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO contemplam as operações realizadas por suas agências e entidades controladas no país e no exterior, inclusive os fundos de investimentos, nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO detém controle direto ou indireto. O principal julgamento exercido na avaliação de controle é a análise dos fatos e circunstâncias que indicam se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis e tem a capacidade de afetar estes retornos através de seu poder sobre a entidade de forma contínua.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os ágios registrados em controladas são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura e em laudos de avaliação ou pela realização dos investimentos, conforme normas e orientações do CMN e do BACEN.

A diferença no Lucro Líquido e no Patrimônio Líquido entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO (Nota 18d) resulta, substancialmente, da adoção de critérios distintos na amortização de ágios originados nas aquisições de investimentos, no registro de transações com acionistas não controladores onde não há alteração de controle, anterior a 1º de janeiro de 2022, e no registro da variação cambial, anterior a 1º de janeiro de 2017, sobre os investimentos no exterior e *hedge* desses investimentos, cuja moeda funcional é diferente da controladora, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior estão apresentados na rubrica Resultado de Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Outros na Demonstração do Resultado para as controladas cuja moeda funcional é igual à da controladora e na rubrica Outros Resultados Abrangentes para as controladas cuja moeda funcional é diferente da controladora.

Em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e com a finalidade de manter a qualidade e confiabilidade das demonstrações contábeis, além de proporcionar uma representação mais adequada da posição patrimonial, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO adotou a política contábil de corrigir, a partir de 01/07/2023, as demonstrações contábeis de suas controladas localizadas em economias hiperinflacionárias de acordo com o CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária.

A tabela a seguir apresenta as principais entidades consolidadas, cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes:

	Moeda Funcional ⁽¹⁾	País de Constituição	Atividade	Participação % no capital votante	Participação % no capital total
		Constituição		30/06/2025	30/06/2025
No País					
Banco Itaú Consignado S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização	Real	Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%
Dibens Leasing S.A Arrendamento Mercantil	Real	Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Real	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Real	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Real	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Real	Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Real	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	Real	Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%
No Exterior					
Itaú Colombia S.A.	Peso Colombiano	Colômbia	Instituição Financeira	67,06%	67,06%
Banco Itaú (Suisse) SA	Franco Suiço	Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Guarani	Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Peso Uruguaio	Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.	Real	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Itau BBA International plc	Dólar	Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Itau BBA USA Securities Inc.	Dólar	Estados Unidos	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%
Banco Itaú Chile	Peso Chileno	Chile	Instituição Financeira	67,42%	67,42%

¹⁾ Todas as dependências no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possuem moeda funcional igual a da controladora, com exceção do Itaú Chile New York Branch e Itaú Unibanco S.A. Miami Branch cuja moeda funcional é o Dólar.

I.I - Combinações de Negócios

Na contabilização das combinações de negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO exerce julgamentos na identificação, reconhecimento e mensuração de: ajustes de preço; contraprestações contingentes; e opções ou obrigações de comprar ou vender participações societárias da entidade adquirida.

A participação de acionistas não controladores é mensurada na data de aquisição pela participação proporcional no patrimônio líquido da entidade adquirida.

I.II - Transações de Capital Com Acionistas não Controladores

Alterações de participação em uma controlada, que não resultam em perda de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líguido.

II - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada entidade controlada, coligada e controlada em conjunto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO exerceu julgamento na definição da sua moeda funcional, considerando a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações, e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

Para conversão das demonstrações contábeis das entidades no exterior com moeda funcional diferente de Reais, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza a taxa de câmbio na data de fechamento para converter os ativos e passivos e a taxa de câmbio média mensal para converter as receitas e despesas, exceto para as entidades no exterior localizadas em economias hiperinflacionárias. As diferenças de câmbio geradas por esta conversão são reconhecidas nos Outros Resultados Abrangentes, líquidas de efeitos fiscais, e reclassificadas, total ou parcial, para o resultado quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO perde o controle da entidade no exterior. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza *hedge* de investimento líquido da operação no exterior, cuja parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido.

III - Caixa e Equivalentes de Caixa

São definidas como caixa e equivalentes de caixa, as contas correntes em bancos e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa, ou seja, possuem prazo original igual ou inferior a 90 dias, e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, consideradas no Balanço Patrimonial nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada).

IV - Ativos e Passivos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da negociação.

Os ativos financeiros são baixados se:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem.
- não houver expectativas razoáveis de sua recuperação. Neste caso, a baixa é realizada simultaneamente com a utilização da provisão para perda de crédito esperada relacionada e os procedimentos de cobrança são mantidos. As recuperações subsequentes são contabilizadas como receita em contrapartida do ativo, com a constituição da sua respectiva provisão de perda de crédito esperada.
- o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO transferir substancialmente os riscos e benefícios do ativo financeiro.

Os principais julgamentos exercidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO na baixa de ativos financeiros são: avaliação do momento em que os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram; expectativa razoável de recuperação do ativo financeiro e da transferência substancial dos riscos e benefícios ou controle.

Quando o fluxo de caixa contratual de um ativo financeiro é renegociado ou de outro modo modificado, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO avalia se o evento de renegociação se caracteriza como uma reestruturação, ou seja, se houve uma concessão significativa à contraparte, em razão da deterioração da qualidade creditícia do cliente. O valor contábil bruto dos ativos financeiros renegociados é recalculado com as novas condições pactuadas.

Os passivos financeiros são baixados quando extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada, vencida ou expirada.

IV.I - Classificação de Ativos Financeiros

A classificação e mensuração subsequente dos ativos financeiros estão detalhados na Nota 2b I.

Contratos Híbridos: para identificar se um contrato contém derivativos embutidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO considera, principalmente se há indexação à componentes diferentes de juros e incerteza quanto ao vínculo com a indexação final.

Os contratos híbridos em que o componente principal é um ativo financeiro são contabilizados de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento (componente principal e derivativo) é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Nos demais casos, os derivativos embutidos são tratados como instrumentos separados se: suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do componente principal; o instrumento separado satisfaz a definição de derivativo; e o instrumento subjacente não é contabilizado ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos Patrimoniais: as ações e cotas são classificadas ao valor justo por meio do resultado, exceto quando o instrumento financeiro é mantido com outro propósito que não a sua negociação, situação na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, designa, de forma irrevogável ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

IV.II - Classificação de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto por:

- Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado: classificação aplicada aos derivativos e aos passivos financeiros gerados em empréstimo ou aluguel de ativos financeiros.
 - Compromissos de Créditos, Créditos a Liberar.
- Garantias Financeiras: mensurados pelo maior valor entre (i) a provisão para perdas de crédito esperada; e (ii) o saldo da tarifa sobre o serviço a ser diferido no resultado, conforme prazo do contrato.

IV.III - Mensuração subsequente de Instrumentos Financeiros

Valor Justo dos Instrumentos Financeiros: para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO classifica estas informações conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração do valor justo:

Nível 1: Informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em

intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) informações que são derivadas principalmente de dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo permitindo a utilização de modelos e técnicas internas.

A parcela da variação no valor justo de passivos financeiros derivativos mensurados nos níveis 2 ou 3, decorrente de alterações no risco de crédito próprio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é reconhecida em Outros Resultados Abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo, é utilizado o custo médio, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Resultado de Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Outros e Receitas Financeiras de Recursos Garantidores de Provisões Técnicas.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo de forma recorrente, incluindo Derivativos, que não são negociados em mercados ativos, o valor justo é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

As principais premissas consideradas na estimativa do valor justo são: base de dados históricos, informações de transações similares, taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros.

Os principais julgamentos aplicados no cálculo do valor justo de instrumentos financeiros mais complexos, ou que não são negociados em mercados ativos ou não possuam liquidez, são: determinação do modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, aplicação de ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

A aplicação destes julgamentos pode resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado.

O valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a hierarquia de valor justo estão detalhados na Nota 17.

Custo Amortizado: é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, acrescido dos ajustes efetuados pelo método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, e qualquer provisão para perda de crédito esperada.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza o método de juros efetivos no cálculo da receita ou despesa de juros para os instrumentos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o qual considera custos e taxas diretamente atribuíveis na originação do contrato, como comissões pagas ou recebidas pelas partes do contrato, custos de transação e outros prêmios e descontos quando superiores a 1% das receitas ou encargos totais do instrumento. Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO adotou a metodologia diferenciada para ativos financeiros com característica de concessão de crédito classificados na categoria Custo Amortizado, os custos e receitas incrementais são diferidos pela curva da taxa de juros efetiva.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO classifica os instrumentos financeiros como ativo problemático se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso superior a 90 dias ou indicativos de que a obrigação não será honrada nas condições pactuadas. Neste caso, a apropriação de juros passa a ser reconhecida pelo regime de caixa.

Perda de Crédito Esperada: Os principais julgamentos exercidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no cálculo da perda de crédito esperada são: seleção dos modelos quantitativos para avaliação da perda de crédito esperada; determinação dos *triggers* para o aumento ou redução significativa no risco de crédito; identificação e agrupamento das carteiras com características de risco de crédito semelhante; definição do período contratual máximo dos ativos sem vencimento determinado; determinação das informações prospectivas, dos cenários macroeconômicos e dos cenários ponderados pela probabilidade.

Para a avaliação da perda de crédito esperada associada aos instrumentos financeiros (exceto instrumentos patrimoniais, derivativos, títulos públicos mensurados ao valor justo por meio do resultado no nível 1 da hierarquia de valor justo) e aos compromissos de créditos e créditos a liberar não canceláveis, aplica-se a abordagem de três estágios para demonstrar as mudanças no risco de crédito.

- Estágio 1 considera os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito ou cujo risco de crédito diminuiu significativamente.
- Estágio 2 considera todos os eventos de inadimplência possíveis ao longo da vida do instrumento financeiro. Aplicável aos instrumentos financeiros cujo risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial ou que deixou de ter problemas de recuperação de crédito, mas seu risco de crédito não diminuiu significativamente.
- Estágio 3 aplicável aos ativos problemáticos, para os quais é considerado uma probabilidade de *default* (PD) de 100%.

A avaliação da perda de crédito esperada está detalhada na Nota 2b I.

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas e uso de modelos quantitativos. A Administração exerce seu julgamento na avaliação do adequado montante de perda de crédito esperada resultante dos modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem.

As principais premissas consideradas na estimativa da perda de crédito esperada são:

• Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO determina *triggers* (indicadores) de aumento significativo no risco de crédito de um ativo financeiro desde o seu reconhecimento inicial de forma individual e, no caso das carteiras de varejo, de forma coletiva. Para fins de avaliação coletiva das carteiras do varejo, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito semelhante, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, garantias, dentre outros fatores relevantes. Para as carteiras de negócios do atacado a avaliação é realizada de forma individual.

A migração do ativo financeiro para um estágio anterior ocorre com a redução consistente e sustentável do risco de crédito, caracterizada, principalmente, pela comprovação de pagamentos recorrentes e pelo não acionamento dos *triggers* de deterioração de crédito.

- Período Contratual Máximo: o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO estima a vida esperada de ativos que não tenham vencimento determinado com base no período de exposição ao risco de crédito e termos contratuais, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem.
- Informações prospectivas: o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. A principal informação prospectiva utilizada na determinação da perda esperada é a inadimplência projetada, a qual está relacionada com projeções da Taxa Selic, Credit Default Swap (CDS), taxa de desemprego, Produto Interno Bruto (PIB), massa salarial, produção industrial e venda no varejo ampliado. A definição de cenários macroeconômicos envolve riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequado à classificação em estágios, os quais são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza a faculdade de mensurar a perda de crédito esperada com base no atraso no pagamento de principal ou juros, no histórico de perdas e outras informações relevantes para os instrumentos financeiros reconhecidos na rubrica Outros Ativos.

IV.IV - Derivativos e uso de Hedge Contábil

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor justo em relação ao valor justo do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- Hedge de Fluxo de Caixa: a parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido. A parcela inefetiva é reconhecida diretamente na Demonstração do Resultado.
- *Hedge* de Valor Justo: os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.
- Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior: é contabilizado de forma similar ao hedge de fluxo de caixa: a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do instrumento de hedge é registrada diretamente no Patrimônio Líquido, reclassificado para o resultado do período em caso de alienação da operação no exterior. A parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

V - Outros Ativos Não Financeiros

Os Outros Ativos Não Financeiros são compostos por Despesas Antecipadas, Ativos Digitais Criptografados, Bens Destinados à Venda, entre outros.

Os Ativos Digitais Criptografados podem ser usados como meio de troca ou reserva de valor e são adquiridos para negociação. O reconhecimento e a mensuração são realizados pelo valor justo e são classificados no nível 1 da hierarquia do valor justo, uma vez que seus valores refletem os preços cotados (não ajustados) disponíveis em mercados ativos. As valorizações e desvalorizações apuradas subsequentemente são reconhecidas no resultado do período.

Os Bens Destinados à Venda são registrados quando ocorre seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o seu valor contábil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO exerce julgamento na avaliação do valor justo do ativo, seja no reconhecimento inicial ou na mensuração subsequente, considerando, quando aplicável, laudos de avaliação e a probabilidade de impedimento definitivo de venda.

VI - Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto

Coligadas são as empresas nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui influência significativa, representada, principalmente, pela participação no conselho de administração ou diretoria e nos processos de elaboração de políticas operacionais e financeiras, inclusive sobre distribuição de dividendos, desde que não sejam consideradas direitos de proteção à participação minoritária.

Entidades controladas em conjunto (*joint ventures*) são empreendimentos nos quais as partes têm direito sobre os ativos líquidos do negócio, o qual é controlado em conjunto, ou seja, as decisões sobre o negócio são tomadas de forma unânime entre as partes, independente do percentual de participação.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada. São reconhecidos ao custo de aquisição e avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

VII - Operações de Arrendamento (Arrendatário)

Para realização de suas atividades comerciais, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é arrendatário, principalmente, de imóveis (ativos subjacentes). Na assinatura do contrato, os pagamentos futuros dos aluguéis são reconhecidos a valor presente descontados por uma taxa média de captação (taxa incremental) na rubrica Outros Passivos e a despesa financeira é reconhecida no resultado. Em contrapartida deste passivo financeiro é reconhecido um direito de uso nas rubricas de Imobilizado e/ou Intangível, depreciado de forma linear pelo prazo do arrendamento e testado semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Nos casos que o ativo subjacente é de baixo valor (exceto imóveis), os pagamentos são reconhecidos no passivo em contrapartida de despesa.

Na definição do prazo do arrendamento, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO considera o período não cancelável do contrato, a expectativa de renovação, rescisão contratual e o prazo previsto de desocupação, conforme o caso.

Os principais julgamentos exercidos nas operações de arrendamento são: determinação da taxa de desconto que reflete o custo que seria incorrido para comprar o ativo; definição dos ativos de baixo valor; e avaliação de expectativa de renovação contratual.

VIII - Imobilizado

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO reconhece no imobilizado os gastos que aumentam a (i) produtividade, (ii) eficiência ou (iii) vida útil do ativo por mais de um exercício social.

Os principais julgamentos são sobre a definição dos valores residuais e a vida útil dos ativos.

IX - Ágio e Ativos Intangíveis

O ágio é gerado nas combinações de negócios e aquisições de participações societárias em coligadas e entidades controladas em conjunto. Representa os benefícios econômicos futuros esperados com a operação que não são individualmente identificados nem separadamente reconhecidos, sendo amortizado com base na expectativa de rentabilidade futura.

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos adquiridos ou desenvolvidos internamente, incluem a Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros, *Softwares,* Direitos de Uso de Arrendamentos e Direitos de Aquisição de Folha de Pagamentos.

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo após o reconhecimento inicial e amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada.

X - Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos não financeiros

O valor recuperável dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, ativos de direito de uso, imobilizados, ágios e ativos intangíveis é avaliado semestralmente ou quando existe indicativo de perda. A avaliação é realizada individualmente por classe de ativo sempre que possível ou por unidade geradora de caixa (UGC).

Para avaliação do valor recuperável, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO considera a materialidade dos ativos, exceto pelo ágio, que é testado, independentemente do seu montante. Os principais indicativos, internos

e externos, que podem impactar o valor recuperável são: as estratégias de negócio definidas pela gestão; a obsolescência e/ou desuso de *softwares/hardwares*; e o panorama macroeconômico, de mercado e regulatório.

A depender da classe do ativo, o valor recuperável é estimado utilizando, principalmente as metodologias de Fluxo de Caixa Descontado, Múltiplos e Fluxo de Dividendos, utilizando uma taxa de desconto que geralmente reflete variáveis financeiras e econômicas, como a taxa de juros livre de risco e um prêmio de risco.

A avaliação do valor recuperável reflete a melhor estimativa da Administração sobre a expectativa dos fluxos de caixa futuros dos ativos individuais ou das UGC, conforme o caso.

Os principais julgamentos exercidos na avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros são: a escolha da metodologia mais adequada, da taxa de desconto e das premissas de entradas e saídas de caixa.

XI - Operações de Seguros, Previdência Privada e Capitalização

Contratos de seguros estabelecem para uma das partes, mediante pagamento (prêmio) pela outra parte, a obrigação de pagar, a esta, determinada importância, no caso de ocorrência de um sinistro. O risco de seguro é definido quando um evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevista, independente da vontade do segurado, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

Os planos de Previdência Privada referem-se a contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) que garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Os prêmios de Seguros são contabilizados pela vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e despesas de comercialização diferidas. Os juros decorrentes do fracionamento de prêmios de seguros são contabilizados quando incorridos. As receitas de contribuições previdenciárias e as correspondentes constituições das provisões técnicas são reconhecidas por ocasião do recebimento. A receita decorrente das quotas de capitalização e de sorteios é reconhecida no recebimento e a quota de carregamento após atendimento da contraprestação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO constitui, caso haja evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, uma provisão suficiente para cobrir tal perda, com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas.

Resseguros: no curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO exerce seu julgamento na avaliação ao valor recuperável dos recebíveis de resseguros, com base na sua experiência e *rating* dos resseguradores.

Provisões Técnicas: são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se nas projeções macroeconômicas, na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial.

Teste de Adequação do Passivo: o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza, semestralmente, o teste de adequação dos passivos utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro e planos de previdência privada vigentes na data base do teste.

Caso a análise demonstre insuficiência, esta será contabilizada no resultado do período, quando proveniente de alterações no risco não financeiro de seguros e em Outros Resultados Abrangentes, quando decorrente de mudanças na taxa de juros (ETTJ).

XII - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

As provisões e passivos contingentes são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais. O tratamento contábil das provisões e passivos contingentes depende da probabilidade do desembolso de recursos financeiros para liquidar as obrigações. De acordo com a probabilidade de perda são classificados como: (i) provável e são provisionados nas Demonstrações Contábeis; (ii) possível, não são provisionados e são informados nas Notas Explicativas; e (iii) remota, nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes não são divulgados nas Demonstrações Contábeis.

As provisões e passivos contingentes são estimados de forma massificada ou individualizada:

- Processos Massificados: ações cíveis e trabalhistas com características semelhantes, cujos valores individuais não são relevantes. O valor esperado da perda é estimado mensalmente, conforme modelo estatístico. As provisões e contingências cíveis e trabalhistas são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado. Para as ações cíveis, observa-se a natureza das ações e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). Para as ações trabalhistas, o montante estimado é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas.
- Processos Individualizados: ações cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias com características peculiares ou de valor relevante. Para as ações cíveis e trabalhistas, o valor esperado da perda é estimado periodicamente, conforme o caso, a partir da determinação do valor do pedido e particularidades das ações. A probabilidade de perda é avaliada de acordo com as características de fato e de direito relativas àquela ação. As ações fiscais e previdenciárias são avaliadas de forma individualizada e são contabilizadas pelo montante devido.

Os ativos dados em garantia de processos cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciários devem ser feitos em juízo e são retidos até que seja tomada uma decisão judicial definitiva. São oferecidos em garantia Depósitos em dinheiro, Seguro Garantia, Fiança e Títulos Públicos, e em caso de decisão desfavorável o montante é pago à contraparte. O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

As provisões cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias, garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros, em que há liquidez, são reconhecidas quando da notificação judicial, simultaneamente com os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

Os principais julgamentos exercidos na mensuração das provisões e contingências são: avaliação da probabilidade de perda; agregação dos processos massificados; seleção do modelo estatístico para avaliação da perda; e estimativa do valor das provisões.

Informações sobre as provisões e contingências dos processos judiciais estão detalhadas na Nota 11.

XIII - Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

Os ativos fiscais diferidos podem surgir de: diferenças temporárias, que poderão ser dedutíveis em períodos futuros; e prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, que poderão ser compensados no futuro.

A realização esperada do ativo fiscal diferido é estimada com base na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, observando o histórico de rentabilidade para cada controlada individualmente e para o consolidado tomado em conjunto.

As principais premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros são: variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras, tarifas de serviços, informações internas dos negócios, entre outras, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Os principais julgamentos que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO exerce no reconhecimento do ativo e passivo fiscal diferidos são: identificação das diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis em períodos futuros; e avaliação da probabilidade da existência de lucro tributável futuro contra a qual o ativo fiscal diferido poderá ser utilizado, considerando o histórico de lucros ou receitas tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais.

As alíquotas dos tributos, bem como suas bases de cálculo estão detalhadas na Nota 20.

XIV - Benefícios Pós-Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO patrocina Planos de benefícios pós-emprego aos colaboradores nas modalidades Benefício Definido, Contribuição Definida e Contribuição Variável.

É reconhecido no passivo atuarial, o valor presente das obrigações, líquido do valor justo dos ativos, conforme as características do plano e as estimativas atuariais. Quando o valor justo dos ativos do plano exceder o valor presente das obrigações, um ativo é reconhecido, limitado aos direitos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

As estimativas atuariais são baseadas em premissas de natureza (i) demográfica: principalmente a tábua de mortalidade; e (ii) financeira: sendo as mais relevantes a projeção da inflação e a taxa de desconto utilizada para determinar o valor presente das obrigações que considera os rendimentos de títulos públicos e o vencimento das respectivas obrigações.

As remensurações anuais dos planos são reconhecidas no Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes.

Os principais julgamentos exercidos no cálculo da obrigação dos planos de benefícios pós-emprego são: seleção da tábua de mortalidade e da taxa de desconto.

XV - Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias são reconhecidas quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO espera receber em troca desses serviços. Os custos incrementais, quando materiais, são reconhecidos no ativo e apropriados no resultado conforme o prazo esperado do contrato.

As receitas dos serviços relacionados aos cartões de crédito, débito, conta corrente, pagamentos e recebimentos e assessoria econômica, financeira e corretagem são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços, como taxas de administração de recursos, cobrança e custódia, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos, à medida que os serviços são prestados.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO exerce julgamento para identificar se a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo da vida do contrato ou no momento em que o serviço é prestado.

Nota 3 - Desenvolvimento de Negócios

Zup I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A.

Em 31 de outubro de 2019, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada Redecard Instituição de Pagamento S.A. (REDE), celebrou contrato de compra e venda de 100% do capital social da Zup I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A. (ZUP) em três etapas, sendo que a primeira etapa, realizada em março de 2020, concedeu o controle ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em 2023, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING aumentou sua participação em 20,57% (2.228.342 ações) pelo valor de R\$ 199, passando a deter 72,51%.

Em 2024, houve a diluição de 1,32% (emissão de 200.628 novas ações) na participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e a realização da terceira etapa, com aquisição da participação remanescente de 28,81% (3.178.623 ações) no capital social da ZUP pelo valor de R\$ 312.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorreram em 31 de maio, 14 de junho de 2023 e 28 de março de 2024.

Avenue Holding Cayman Ltd

Em 08 de julho de 2022, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou contrato de compra e venda de ações com a Avenue Controle Cayman Ltd e outros acionistas vendedores para aquisição do controle da Avenue Holding Cayman Ltd (AVENUE). A compra será realizada em três etapas ao longo de 5 anos. Na primeira etapa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada ITB Holding Brasil Participações Ltda., adquiriu 35% do capital da AVENUE, que passou a ser uma controlada em conjunto, pelo valor aproximado de R\$ 563. Na segunda etapa, no 4° trimestre de 2025, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adquirirá participação adicional equivalente para deter o controle com 50,1% do capital da AVENUE. E após 5 anos da primeira etapa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING poderá exercer uma opção de compra da participação remanescente.

A AVENUE detém uma corretora digital norte-americana que tem o objetivo de democratizar o acesso de investidores brasileiros ao mercado internacional.

As aprovações regulatórias foram concluídas em 31 de outubro de 2023 e o processo para a aquisição e liquidação financeira ocorreu em 30 de novembro de 2023.

Em agosto de 2024, a AVENUE emitiu novas ações, o que resultou na redução da participação societária do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para 33,6% no capital da AVENUE.

Nota 4 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

A política contábil sobre Aplicações Interfinanceiras de Liquidez está apresentada na Nota 2c IV.

	30/06/2025
	Custo Amortizado
Aplicações no Mercado Aberto	214.094
Posição Bancada	50.418
Posição Financiada	112.060
Livre Movimentação	15.269
Sem Livre Movimentação	96.791
Posição Vendida	51.616
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	60.427
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	3.978
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)	(47)
Total	278.452
Circulante	269.453
Não Circulante	8.999

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez estão classificadas no estágio 1.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é classificada como custo amortizado e composta por Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada no montante de R\$ 34.581, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada no montante de R\$ 838, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 11.291 sendo o valor justo dessas aplicações o total de R\$ 46.710.

Nota 5 - Títulos e Valores Mobiliários

A política contábil sobre Títulos e Valores Mobiliários está apresentada na Nota 2c IV.

a) Resumo

		-	30/06/	2025	
	Nota	Valor Contábil Bruto	Perda de Crédito Esperada	Ajuste ao Valor Justo	Saldo Contábil
Ao Custo Amortizado (CA)	5b	126.213	(244)	_	125.969
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	5c	146.344	(807)	(1.060)	144.477
Designados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Designado VJORA)	5c	1.826	-	(1.242)	584
Ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)	5d	611.703	(129)	(977)	610.597
Designados ao Valor Justo por Meio do Resultado (Designado VJR)	5d	29.022	(15)	(112)	28.895
Total		915.108	(1.195)	(3.391)	910.522
Circulante					464.429
Não Circulante					446.093

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO avalia 22,8% da carteira como de baixo risco de crédito (principalmente Títulos Públicos - Brasil) e por essa razão não mantém provisão de perda de crédito esperada.

Os Títulos e Valores Mobiliários estão classificados: R\$ 295.756 no estágio 1, R\$ 78 no estágio 2 e R\$ 1.348 no estágio 3. As provisões para perda de crédito esperada dos Títulos e Valores Mobiliários estão classificadas: R\$ (108) no estágio 1, R\$ (12) no estágio 2 e R\$ (1.075) no estágio 3.

Do saldo total dos 3 estágios, R\$ 704 são de operações renegociadas, das quais 100% referem-se a operações reestruturadas.

	,	30/06/2025							
	Nota	_		Vin	culados a			Recursos Garantidores	
		Carteira Própria –	Compromisso	os de Recompra	Drantonão do	Banco Central		Nota	Total
		тторпа –	Sem Livre Movimentação	Livre Movimentação	Prestação de Garantias ⁽¹⁾	do Brasil	Empréstimos	10b	
Títulos Públicos	1	192.907	195.845	38.644	33.260	8.907	-	20.393	489.956
Brasil		142.174	189.497	30.165	14.501	8.907	-	20.393	405.637
América Latina		37.090	6.348	3 4.404	7.194	-	-	-	55.036
Outros Países		13.643		4.075	11.565	-	-	-	29.283
Títulos Privados		31.388	104	1.458	10.015	-	-	309	43.274
Cédula do Produtor Rural		37			-	-	-	-	37
Certificados de Depósito Bancário		187			-	-	-	-	187
Certificados de Recebíveis Imobiliários		5.579			-	-	-	-	5.579
Debêntures		7.665	36	-	-	-	-	3	7.704
Eurobonds e Assemelhados		8.534	68	3 1.458	10.015	-	-	-	20.075
Letras Financeiras		533			-	-	-	223	756
Notas Promissórias e Comerciais		70			-	-	-	-	70
Outros		8.783			-	-	-	83	8.866
Ações		18.306			1.678	-	2	4	19.990
Fundos de Investimentos		46.517			107	-	-	107	46.731
Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos (PGBL/VGBL)		-			-	-	-	311.766	311.766
Total		289.118	195.949	40.102	45.060	8.907	2	332.579	911.717
CA	5b	62.872	15.617	7 12.885	24.649	3.743	-	6.447	126.213
VJORA e Designados VJORA	5c	69.411	42.661	11.073	8.849	5.164	-	8.710	145.868
VJR e Designados VJR	5d	156.835	137.671	I 16.144	11.562	-	2	317.422	639.636

¹⁾ Representam os Títulos Vinculados a saldos em conta pré-paga, Benefícios Pós-Emprego (Nota 22b), Bolsas e Câmaras de Liquidação e Custódia.

	30/06/2025
	Valor Contábil Bruto
Títulos Públicos	84.902
Brasil	61.943
América Latina	9.808
Outros Países	13.151
Títulos Privados	41.311
Certificado de Recebíveis Imobiliários	5.292
Cotas de Fundos	15.299
Debêntures	37
Eurobonds e Assemelhados	12.969
Letras Financeiras	474
Outros	7.240
Total	126.213
Perda de Crédito Esperada	(244)
Custo Amortizado	125.969
Circulante	33.094
Não Circulante	92.875

c) Títulos e Valores Mobiliários ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

		30/06/2025	
	Valor Contábil Bruto	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo
Títulos Públicos	138.758	(1.026)	137.732
Brasil	98.498	(1.153)	97.345
América Latina	27.504	102	27.606
Outros Países	12.756	25	12.781
Títulos Privados	7.586	(841)	6.745
Certificado de Depósito Bancário	122	-	122
Debêntures	2.481	(125)	2.356
Eurobonds e Assemelhados	4.457	(723)	3.734
Letras Financeiras	5	-	5
Notas Promissórias e Comerciais	41	-	41
Outros	480	7	487
Total	146.344	(1.867)	144.477
Ações (Designadas ao VJORA)	1.826	(1.242)	584
Total	148.170	(3.109)	145.061
Perda de Crédito Esperada (Resultado)	(807)		_
Ajustes ao Valor Justo (ORA)	(2.302)		
Valor Justo	145.061		
Circulante			33.314
Não Circulante			111.747

Em relação as ações designadas a VJORA, não houve recebimento de dividendos e alienação de ações no período.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é composta por *Eurobonds* e Assemelhados no valor de R\$ 1.489 e Letras Financeiras no valor de R\$ 22.331.

d) Títulos e Valores Mobiliários ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)

	,	30/06/2025				
	Valor Contábil Bruto	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo			
Títulos Públicos	237.807	600	238.407			
Brasil	228.752	550	229.302			
América Latina	6.384	11	6.395			
Outros Países	2.671	39	2.710			
Títulos Privados	9.670	(84)	9.586			
Cédula do Produtor Rural	37	-	37			
Certificado de Depósito Bancário	64	-	64			
Certificado de Recebíveis Imobiliários	288	(1)	287			
Debêntures	5.163	(106)	5.057			
Eurobonds e Assemelhados	2.699	(1)	2.698			
Letras Financeiras	273	5	278			
Notas Promissórias e Comerciais	29	-	29			
Outros	1.117	19	1.136			
Ações	20.928	(1.522)	19.406			
Fundos de Investimentos	31.532	(100)	31.432			
Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos (PGBL/VGBL)	311.766	-	311.766			
Total	611.703	(1.106)	610.597			
Títulos Públicos (Designados VJR)	29.022	(127)	28.895			
Total	640.725	(1.233)	639.492			
Perda de Crédito Esperada (Resultado)	(144)					
Ajuste ao Valor Justo (Resultado)	(1.089)					
Valor Justo	639.492					
Ativos Financeiros não sujeitos à Perda de Crédito Esperada	616.100	(1.111)	614.989			
Ativos Financeiros sujeitos à Perda de Crédito Esperada	24.625	(122)	24.503			
Circulante			398.024			
Não Circulante			241.468			

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é composta por Ações no valor de R\$ 12, Cotas de Fundos de Renda Fixa no valor de R\$ 5.793 e *Eurobonds* e Assemelhados no valor de R\$ 6.931.

Nota 6 - Derivativos

A política contábil sobre Derivativos está apresentada na Nota 2c IV.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO negocia derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - São acordos para comprar ou vender instrumentos financeiros ou não financeiros em uma data futura a um preço fixo. Estes contratos podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega física. O valor nominal desses contratos representa o valor de face do instrumento associado.

Termo - São contratos a termo que envolvem a compra ou venda de instrumentos financeiros e não financeiros em uma data futura, a um preço contratado, e são liquidados com ou sem entrega do item subjacente em contrapartida de um valor financeiro. Inclui os contratos de câmbio que são termos de moedas.

Opções - São contratos que permitem ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito de comprar ou vender instrumentos financeiros ou não financeiros, a um preço fixo durante um prazo específico.

Swaps - São contratos para liquidar em dinheiro, em uma ou mais datas, o diferencial entre dois índices financeiros especificados, aplicados sobre um valor referencial de principal.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros que visam a transferência do risco de crédito:

• Credit Default Swap (CDS): São contratos cujo valor depende do risco de crédito de um ativo financeiro (entidade de referência), permitindo que o comprador da proteção transfira esse risco ao vendedor da proteção. O

vendedor, em troca de um prêmio, assume a obrigação de realizar pagamentos quando ocorre um evento de crédito.

• *Total Return Swap* (TRS): São contratos nos quais as partes trocam o retorno total de um ativo ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos.

Mais informações sobre os parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos, podem ser consultadas na Nota 27.

a) Derivativos por prazo de vencimento e contraparte

Balcão

Total

Instituições Financeiras

Pessoas Jurídicas

Pessoas Físicas

Por Valor de Referência —		30/06/2025										
Por valor de Referencia —	Futuros	Termo	Opções	Swaps	NDF	Derivativos de Créditos	Outros	Total				
Faixas de Vencimento												
0 - 30	131.231	54.522	1.336.798	201.782	57.315	587	2.420	1.784.655				
31 - 90	230.723	35.719	175.775	324.478	63.918	744	313	831.670				
91 - 365	203.721	69.931	1.522.727	833.744	482.635	47.247	3.865	3.163.870				
365 - 720	203.441	11.165	951.060	493.639	29.283	9.035	1.730	1.699.353				
Acima de 720 dias	263.971	8.951	698.270	1.074.339	9.688	48.876	6.446	2.110.541				
Total	1.033.087	180.288	4.684.630	2.927.982	642.839	106.489	14.774	9.590.089				
Contrapartes												
Bolsa	1.033.046	4.880	4.543.165	1.354.892	193.996	50.917	106	7.181.002				
Balcão	41	175.408	141.465	1.573.090	448.843	55.572	14.668	2.409.087				
Instituições Financeiras	-	139.464	94.518	1.192.439	249.397	55.572	6.345	1.737.735				
Pessoas Jurídicas	41	35.501	43.895	32.171	196.103	-	8.323	316.034				
Pessoas Físicas	-	443	3.052	348.480	3.343	-	-	355.318				
Total	1.033.087	180.288	4.684.630	2.927.982	642.839	106.489	14.774	9.590.089				
Por Valor Justo - Ativo —	1	-	'	30/06/2025		1						
Por valor Justo - Ativo —	Futuros	Termo	Opções	Swaps	NDF	Derivativos de Créditos	Outros	Total				
Faixas de Vencimento												
0 - 30	-	4.662	4.844	388	781	46	818	11.539				
31 - 90	-	816	783	1.101	1.202	3	1	3.906				
91 - 365	-	1.981	9.192	7.558	4.354	164	12	23.26				
365 - 720	-	552	873	7.316	365 52		17	9.175				
Acima de 720 dias	-	369	1.503	22.902	267	311	303	25.655				
Total	-	8.380	17.195	39.265	6.969	576	1.151	73.536				
Contrapartes												
Bolsa	-	414	14.028	13.155	1.312	169	767	29.845				

1 000000 1 101000			1.120	0.7 12	2.021		100	10.700
Total	-	8.380	17.195	39.265	6.969	576	1.151	73.536
Por Valor Justo - Passivo —				30/06/2025			-	
FOI VAIOI JUSIO - PASSIVO —	Futuros	Termo	Opções	Swaps	NDF	Derivativos de Créditos	Outros	Total
Faixas de Vencimento	-							
0 - 30	-	(6.256)	(3.074)	(923)	(633)	-	(12)	(10.898)
31 - 90	-	(1.680)	(985)	(689)	(1.062)	(2)	(3)	(4.421)
91 - 365	-	(2.221)	(8.728)	(8.070)	(5.764)	(21)	(29)	(24.833)
365 - 720	-	(177)	(970)	(7.501)	(1.421)	(32)	(68)	(10.169)
Acima de 720 dias	-	(71)	(688)	(22.197)	(401)	(384)	(115)	(23.856)
Total	-	(10.405)	(14.445)	(39.380)	(9.281)	(439)	(227)	(74.177)
Contrapartes								
Bolsa	-	-	(10.618)	(15.173)	(2.400)	(202)	(83)	(28.476)
Balcão	-	(10.405)	(3.827)	(24.207)	(6.881)	(237)	(144)	(45.701)
Instituições Financeiras	-	(8.486)	(2.196)	(16.166)	(2.293)	(237)	(71)	(29.449)
Pessoas Jurídicas	-	(1.597)	(45)	(1.681)	(88)	-	-	(3.411)
Pessoas Físicas	-	(322)	(1.586)	(6.360)	(4.500)	_	(73)	(12.841)

26.110

18.897

501

6.712

(39.380)

5.657

2.740

2.821

(9.281)

96

407

407

(439)

384

279

105

(227)

3.167

1.970

1.128

(14.445)

69

O Risco de Crédito Próprio (DVA) foi de R\$ 28 e é composto por derivativos.

O valor das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING foi de R\$ 16.870, composto basicamente por títulos públicos.

7.966

7.454

(10.405)

490

22

(74.177)

43.691

31.747

1.156

10.788

b) Derivativos por Indexador

				30/06/202	25			
	Futuros	Termo	Opções	Swaps	NDF	Derivativos de Crédito	Outros	Total
Ações								
Valor de Referência	29.890	423	2.393.897	11.440	-	6.821	2.815	2.445.286
Valor Justo - Ativo	-	414	10.805	242	-	140	11	11.612
Valor Justo - Passivo	-	-	(9.268)	(1.023)	-	(102)	(25)	(10.418)
Commodities								
Valor de Referência	9.499	17	18.695	20	6.214	-	303	34.748
Valor Justo - Ativo	-	17	761	1	159	-	2	940
Valor Justo - Passivo	-	(14)	(565)	(1)	(377)	-	(2)	(959)
Juros								
Valor de Referência	920.484	4.178	2.078.168	2.887.938	2.005	99.653	7.492	5.999.918
Valor Justo - Ativo	-	4.178	2.108	37.658	-	436	379	44.759
Valor Justo - Passivo	-	(4.188)	(1.988)	(37.313)	(6)	(336)	(111)	(43.942)
Moeda Estrangeira								
Valor de Referência	73.214	175.670	193.870	28.584	634.620	15	4.164	1.110.137
Valor Justo - Ativo	-	3.771	3.521	1.364	6.810	-	759	16.225
Valor Justo - Passivo	-	(6.203)	(2.624)	(1.043)	(8.898)	(1)	(89)	(18.858)

c) Derivativos de Crédito

		30/06/2025					
	Risco Recebido	Risco Transferido	Risco Líquido				
Derivativos de Crédito							
CDS	(36.185)	29.054	(7.131)				
TRS	(41.251)	-	(41.251)				
Total	(77.436)	29.054	(48.382)				

O efeito no Patrimônio de Referência do risco recebido de Derivativos de Crédito (Nota 27c) foi de R\$ 62.

Durante os períodos não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos de Derivativos de Crédito.

Nota 7 - Hedge Contábil

A política contábil sobre Hedge Contábil está apresentada na Nota 2c IV.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui uma estrutura de limites de risco aplicada a cada fator de risco, que tem como objetivo aprimorar o monitoramento e a compreensão dos riscos, além de evitar a sua concentração.

Na contabilidade de *hedge*, os grupos de fatores de risco abrangem:

- Taxa de Juros: Risco de perda nas operações sujeitas às variações de taxas de juros.
- Moeda: Risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial.
- Crédito: Risco de perda nas operações sujeitas às variações no risco de crédito da contraparte.

As estruturas designadas para os grupos de fatores de risco são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de *hedge* compatíveis. Por decisão da administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de *hedge*.

Os demais fatores de risco protegidos pela instituição são apresentados na Nota 27.

Para proteger os fluxos de caixa e o valor justo dos instrumentos designados como objeto de *hedge*, são utilizados instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO gerencia o risco através da relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e objetos de *hedge*, esperando que esses instrumentos se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, a fim de neutralizar os fatores de riscos.

Para as estratégias de portfólio, a relação de cobertura é frequentemente reestabelecida, uma vez que tanto o item protegido quanto os instrumentos mudam ao longo do tempo, refletindo as diretrizes de gerenciamento de risco aprovadas pela administração.

O índice de cobertura designado é sempre 100% do fator de risco elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*.

a) Resumos por Instrumento e Objeto de Hedge, Valor Nominal e Prazo de Vencimento

	,	30/06/2025	;
	Instrumento	s de <i>Hedg</i> e	Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Ajuste ao Valor Justo	Valor Contábil Bruto
Hedge de Fluxo de Caixa	270.664	(224)	273.004
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	114.794	-	115.192
Hedge de Operações Ativas	3.851	-	3.831
Hedge de Compromissadas Ativas	58.451	-	60.454
Hedge de Operações de Crédito	14.866	91	14.866
Hedge de Captações	27.458	(116)	27.458
Hedge Ativos Denominados em UF	50.059	(205)	50.059
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	1.185	6	1.144
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior	24.868	3	24.397
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior	24.868	3	24.397
Hedge de Valor Justo	141.836	(1.032)	143.355
Hedge de Operações de Crédito	32.921	(143)	32.921
Hedge de Captações	21.177	(30)	21.179
Hedge de Títulos VJORA	23.521	19	22.596
Hedge de Títulos Custo Amortizado	64.157	(878)	66.601
Hedge de Compromissos Firmes	60	-	58
Total	437.368	(1.253)	440.756

	30/06/2025							
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	Total
Hedge de Fluxo de Caixa	143.822	74.206	23.271	11.568	12.079	5.718	_	270.664
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	52.959	41.909	9.771	2.671	1.924	5.560	-	114.794
Hedge de Operações Ativas	-	-	1.395	1.943	513	-	-	3.851
Hedge de Compromissadas Ativas	24.791	19.897	8.524	5.239	-	-	-	58.451
Hedge de Operações de Crédito	5.688	2.800	770	1.172	4.436	-	-	14.866
Hedge de Captações	11.795	6.945	2.811	543	5.206	158	-	27.458
Hedge de Ativos Denominados em UF	47.404	2.655	-	-	-	-	-	50.059
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	1.185	_	-	-	-	-	-	1.185
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior	24.868	-	-	-	-	-	-	24.868
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior (1)	24.868	_	-	-	-	-	-	24.868
Hedge de Valor Justo	43.642	24.772	17.667	18.528	5.862	25.904	5.461	141.836
Hedge de Operações de Crédito	11.606	8.057	6.090	4.042	1.465	1.394	267	32.921
Hedge de Captações	9.983	4.420	1.603	1.144	2.684	1.343	-	21.177
Hedge de Títulos VJORA	14.390	4.619	79	2.770	74	635	954	23.521
Hedge de Títulos Custo Amortizado	7.603	7.676	9.895	10.572	1.639	22.532	4.240	64.157
Hedge de Compromissos Firmes	60	_	-	-	-	-	-	60
Total	212.332	98.978	40.938	30.096	17.941	31.622	5.461	437.368

¹⁾ Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

b) Hedge de Fluxo de Caixa

Estratégias utilizadas para gerenciar a variação:

- No fluxo de caixa de pagamento de juros utilizando contratos futuros: *Hedge* de Depósitos a Prazo e Operações Compromissadas (DI): *Hedge* de Operações Ativas (DI); *Hedge* de Operações Compromissadas Ativas (Selic):
- No fluxo de caixa de pagamento de juros utilizando contratos de *Swap: Hedge* de Operações de Crédito (TPM*); *Hedge* de Captações (TPM*); *Hedge* de Ativos Denominados em UF*:
- No valor de compromissos assumidos, causado pelas variações nas taxas de câmbio: *Hedge* de Transações Previstas Altamente Prováveis (Moeda Estrangeira), não reconhecidas no Balanço Patrimonial.

*UF – Unidade de Fomento / TPM – Taxa de Política Monetária

			30/06/2025							
				Objetos de Hedge		Instrumentos de Hedge				
Estratégias	Rubrica	Valor Contábil		Variação no Valor	Reserva de Hedge	Valor	Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedg</i> e			
		Ativos Passiv		Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	de Fluxo de Caixa	Nominal				
Risco de Taxa de Juros										
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	Captações no Mercado Aberto e Depósitos	-	115.192	398	398	114.794	398			
Hedge de Operações Ativas	Oper. com Caractéristica de Concessão de Crédito	3.831	-		-	3.851	-			
Hedge de Compromissadas Ativas	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	60.454	-	(1.426)	(1.426)	58.451	(1.426)			
Hedge de Operações de Crédito	Operações de crédito, Arrendamento e Outros créditos	14.866	-	93	168	14.866	93			
Hedge de Captações	Depósitos	-	26.205	(95)	(127)	26.205	(95)			
Hedge de Ativos Denominados em UF	Titulos e Valores Mobiliários	50.059	-	2	(17)	50.059	2			
Risco Cambial										
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis		105	1.039	52	150	1.185	52			
Hedge de Captações	Depósitos	-	1.253	(9)	(9)	1.253	(9)			
Total		129.315	143.689	(985)	(863)	270.664	(985)			

Os hedges de depósitos e operações compromissadas, operações ativas e compromissadas ativas são estratégias de portfólio.

O saldo remanescente na reserva de *hedge* de fluxo de caixa para o qual o *hedge* contábil não é mais aplicado é de R\$ 122.

	30/06/2025										
Instrumentos de Hedge	Valor Nominal -	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no Valor Justo	Variação no Valor Reconhecida em Outros	Inefetividade do <i>Hedge</i> Reconhecida no	Montante Reclassificado da				
	valor Nominai –	Ativos	Passivos	Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>	Resultados Abrangentes	Resultado	Reserva de <i>Hedg</i> e de Fluxo de Caixa para o Resultado				
Risco de Taxa de Juros											
Futuros	177.096	-	-	(1.028)	(1.028)		- (1)				
Forward	43.621	-	179	2	2		- (15)				
Swaps	47.509	165	130	(2)	(2)		- 9				
Risco Cambial											
Futuros	977	-	-	40	40		- (1)				
Forward	1.461	7	87	3	3		-				
Total	270.664	172	396	(985)	(985)		- (8)				

¹⁾ Valores registrados na rubrica Derivativos.

c) Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

As estratégias têm como objetivo reduzir a exposição à variação cambial decorrente de investimentos no exterior em moeda estrangeira diferente da moeda funcional da matriz.

	30/06/2025							
			Inst	Instrumentos de Hedge				
Estratégias	Valor Co	ntábil ⁽¹⁾	Variação no Valor Reconhecida	Reserva de	Valer	Variação no Valor Justo		
	Ativos	Passivos	em Outros Resultados Conversão de M s Abrangentes Estrangeir		Valor Nominal	Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedg</i> e		
Risco Cambial								
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior	24.397	-	(13.142)	(13.142)	24.868	(13.220)		
Total	24.397	-	(13.142)	(13.142)	24.868	(13.220)		

¹⁾ Registrado na rubrica Derivativos.

Instrumentos de <i>Hedg</i> e	Valor Contábil ⁽¹⁾		ntábil ⁽¹⁾	Variação no Valor Justo	Variação no Valor	Inefetividade de Hedge	Montante Reclassificado da Reserva de Conversão de	
3	Nominal	Ativos	Passivos	Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>	Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	econhecida em Outros Reconhecida no		
Risco Cambial								
Futuro	9.977	-	-	(4.683)	(4.641)	(42)	-	
Futuro / NDF	7.346	46	-	(6.706)	(6.605)	(101)	-	
Futuro / Ativos Financeiros	7.545	-	43	(1.831)	(1.896)	65	-	
Total	24.868	46	43	(13.220)	(13.142)	(78)	-	

¹⁾ Registrado na rubrica Derivativos.

Os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros deverão ocorrer e impactar a demonstração do resultado quando houver a baixa total ou parcial dos investimentos.

d) Hedge de Valor Justo

Estratégias utilizadas para mitigar a exposição à variação de risco de valor justo em recebimentos de juros e às oscilações nas taxas de câmbio futuras, atribuíveis a alterações nas taxas de juros e de câmbio relativas a ativos e passivos reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza contratos de *Swap* de taxa de juros e futuros de moeda para proteger a variação no risco de valor justo no recebimento e pagamento de juros e as exposições de taxa de câmbio futuro.

Os objetos de *hedge* são os ativos e passivos prefixados denominados em unidade de fomento, taxa fixa, em reais e/ou moedas estrangeiras.

	30/06/2025								
			Inst	Instrumentos de Hedge					
Estratégias	Valor Contábil ⁽¹⁾		Valor Justo		Variação no Valor	Valor	Variação no Valor Justo		
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	Justo Reconhecida no Resultado	Nominal	Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedg</i> e		
Risco de Taxa de Juros									
Hedge de Operações de Crédito	32.921	-	33.375	-	454	32.921	(453)		
Hedge de Captações	-	21.179	-	21.212	(33)	21.177	34		
Hedge de Títulos VJORA	22.596	-	22.567	-	(29)	23.521	26		
Hedge de Títulos Custo Amortizado	66.601	-	67.068	-	467	64.157	(457)		
Risco Cambial									
Hedge de Compromissos Firmes	-	58	-	75	(17)	60	17		
Total	122.118	21.237	123.010	21.287	842	141.836	(833)		

¹⁾ Valores registrados na rubrica de Depósitos, Títulos e Valores Mobiliários e Operações com Característica de Concessão de Crédito.

Os Hedges de Operações de Crédito são estratégias de portfólio.

O valor acumulado remanescente dos ajustes de hedge de valor justo para itens que deixaram de ser protegidos é de R\$ 5.084, com efeito no resultado de R\$ 1.491.

	30/06/2025								
Instrumentos de Hedge	Valor Nominal -	Valor Co	ntábil ⁽¹⁾	Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a	Inefetividade do <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado				
	Valor Nominal –	Ativos	Passivos	Inefetividade do <i>Hedge</i>					
Risco de Taxa de Juros									
Swaps	102.155	422	883	(803)	(1)				
Outros Derivativos	4.347	-	571	(11)	-				
Futuros	35.274	-	-	(36)	10				
Risco Cambial									
Futuros	60	-	-	17	-				
Total	141.836	422	1.454	(833)	9				

¹⁾ Registrado na rubrica Derivativos.

Nota 8 - Operações com Característica de Concessão de Crédito

A política contábil sobre Operações com Característica de Concessão de Crédito, que contempla Operações de Crédito, Arrendamento, Outros Créditos e Títulos e Valores Mobiliários, está apresentada na 2c IV.

a) Composição da Carteira de Operações com Característica de Concessão de Crédito e Arrendamento

	30/06/2025
	Valor Contábil Bruto
Pessoas Físicas	451.100
Cartão de Crédito	141.085
Crédito Pessoal	66.610
Crédito Consignado	72.807
Veículos	36.247
Crédito Imobiliário	134.351
Pessoas Jurídicas	542.272
Grandes Empresas	327.872
Micro / Pequenas e Médias Empresas	214.400
Unidades Externas América Latina	206.731
Total	1.200.103
Perda de Crédito Esperada	(54.263)
Total	1.145.840
Circulante	635.338
Não circulante	510.502

A Provisão para Perda de Crédito Esperada contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar de R\$ (1.514).

	30/06/2025
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor Contábil Bruto
Pessoas Físicas	155.042
Cartão de Crédito	113.063
Crédito Pessoal	6.022
Veículos	35.957
Pessoas Jurídicas	23.087
Grandes Empresas	454
Micro / Pequenas e Médias Empresas	22.633
Total	178.129
Perda de Crédito Esperada	(13.573)
Total	164.556
Circulante	129.635
Não circulante	34.921

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a Provisão para Perda de Crédito Esperada contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar de R\$ (148).

b) Valor contábil bruto por estágios

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3 ⁽¹⁾	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 30/06/2025
Pessoas Físicas	382.930	(15.755)	(1.980)	5.717	199	18.157	-	389.268
Pessoas Jurídicas	514.435	(5.802)	(784)	1.593	235	3.394	-	513.071
Unidades Externas América Latina	201.245	(4.828)	(620)	2.720	307	(11.308)	-	187.516
Total	1.098.610	(26.385)	(3.384)	10.030	741	10.243	-	1.089.855
Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 30/06/2025
Pessoas Físicas	34.367	(5.717)	(6.495)	15.755	1.496	(4.060)	-	35.346
Pessoas Jurídicas	11.471	(1.593)	(3.437)	5.802	301	(172)	-	12.372
Unidades Externas América Latina	10.932	(2.720)	(2.161)	4.828	540	(1.207)	-	10.212
Total	56.770	(10.030)	(12.093)	26.385	2.337	(5.439)	-	57.930
Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 30/06/2025
Pessoas Físicas	26.650	(199)	(1.496)	1.980	6.495	6.573	(13.517)	26.486
Pessoas Jurídicas	18.812	(235)	(301)	784	3.437	(2.634)	(3.034)	16.829
Unidades Externas América Latina	9.776	(307)	(540)	620	2.161	(894)	(1.813)	9.003
Total	EE 239	(741)	(2 227)	3 394	12 093	3 045	(18 364)	52 249

¹⁾ Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2.

Total dos 3 Estágios	Saldo em 01/01/2025	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 30/06/2025
Pessoas Físicas	443.947	20.670	(13.517)	451.100
Pessoas Jurídicas	544.718	588	(3.034)	542.272
Unidades Externas América Latina	221.953	(13.409)	(1.813)	206.731
Total	1.210.618	7.849	(18.364)	1.200.103

Do saldo total dos 3 estágios, R\$ 38.779 são operações renegociadas das quais 58,4% referem-se às operações reestruturadas.

No período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO renegociou R\$ 924 de ativos financeiros baixados anteriormente, sendo constituído R\$ (924) de provisão para perda de crédito esperada.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3 ⁽¹⁾	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 30/06/2025
Pessoas Físicas	123.535	(5.841)	(455)	1.945	27	12.898	-	132.109
Pessoas Jurídicas	22.547	(512)	(71)	200	15	(497)	-	21.682
Total	146.082	(6.353)	(526)	2.145	42	12.401	-	153.791
ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 30/06/2025
Pessoas Físicas	11.286	(1.945)	(1.969)	5.841	562	(728)	-	13.047
Pessoas Jurídicas	766	(200)	(228)	512	15	(160)	-	705
Total	12.052	(2.145)	(2.197)	6.353	577	(888)	-	13.752
ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 30/06/2025
Pessoas Físicas	8.990	(27)	(562)	455	1.969	4.582	(5.521)	9.886
Pessoas Jurídicas	660	(15)	(15)	71	228	33	(262)	700
Total	9.650	(42)	(577)	526	2.197	4.615	(5.783)	10.586

¹⁾ Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - dos 3 Estágios	Saldo em 01/01/2025	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 30/06/2025
Pessoas Físicas	143.811	16.752	(5.521)	155.042
Pessoas Jurídicas	23.973	(624)	(262)	23.087
Total	167.784	16.128	(5.783)	178.129

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, do saldo total dos 3 estágios, R\$ 6.959 são operações renegociadas das quais 64% referem-se às operações reestruturadas.

c) Perda de Crédito Esperada por estágios

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3 ⁽¹⁾	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Write Off	Saldo em 30/06/2025
Pessoas Físicas	(6.321)	934	73	(1.069)	(68)	(94)	-	(6.545)
Pessoas Jurídicas	(2.064)	297	16	(285)	(17)	234	-	(1.819)
Unidades Externas América Latina	(1.910)	204	53	(408)	(101)	462	-	(1.700)
Total	(10.295)	1.435	142	(1.762)	(186)	602	-	(10.064)

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Write Off	Saldo em 30/06/2025
Pessoas Físicas	(8.429)	1.069	2.925	(934)	(832)	(3.159)	-	(9.360)
Pessoas Jurídicas	(2.828)	285	1.244	(297)	(215)	(1.137)	-	(2.948)
Unidades Externas América Latina	(1.935)	408	497	(204)	(112)	(419)	-	(1.765)
Total	(13.192)	1.762	4.666	(1.435)	(1.159)	(4.715)	-	(14.073)

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Constituição / (Reversão)	Write Off	Saldo em 30/06/2025
Pessoas Físicas	(15.931)	68	832	(73)	(2.925)	(11.177)	13.517	(15.689)
Pessoas Jurídicas	(11.360)	17	215	(16)	(1.244)	(1.467)	3.034	(10.821)
Unidades Externas América Latina	(3.746)	101	112	(53)	(497)	(1.346)	1.813	(3.616)
Total	(31.037)	186	1.159	(142)	(4.666)	(13.990)	18.364	(30.126)

¹⁾ Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2.

Total dos 3 Estágios	Saldo em 01/01/2025	Constituição / (Reversão)	Write Off	Saldo em 30/06/2025
Pessoas Físicas	(30.681)	(14.430)	13.517	(31.594)
Pessoas Jurídicas	(16.252)	(2.370)	3.034	(15.588)
Unidades Externas América Latina	(7.591)	(1.303)	1.813	(7.081)
Total	(54.524)	(18.103)	18.364	(54.263)

O saldo consolidado dos 3 Estágios contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar de R\$ (1.514).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3 ⁽¹⁾	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Constituição/ (Reversão)	Write Off	Saldo em 30/06/2025
Pessoas Físicas	(2.225)	331	19	(448)	(14)	(286)	-	(2.623)
Pessoas Jurídicas	(226)	25	3	(40)	(3)	4	-	(237)
Total	(2.451)	356	22	(488)	(17)	(282)	-	(2.860)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Constituição/ (Reversão)	Write Off	Saldo em 30/06/2025
Pessoas Físicas	(3.139)	448	730	(331)	(296)	(1.361)	-	(3.949)
Pessoas Jurídicas	(185)	40	62	(25)	(10)	(75)	-	(193)
Total	(3.324)	488	792	(356)	(306)	(1.436)	-	(4.142)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Constituição/ (Reversão)	Write Off	Saldo em 30/06/2025
Pessoas Físicas	(5.514)	14	296	(19)	(730)	(5.742)	5.521	(6.174)
Pessoas Jurídicas	(389)	3	10	(3)	(62)	(218)	262	(397)
Total	(5.903)	17	306	(22)	(792)	(5.960)	5.783	(6.571)

¹⁾ Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Total dos 3 Estágios	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ (Reversão)	Write Off	Saldo em 30/06/2025
Pessoas Físicas	(10.878)	(7.389)	5.521	(12.746)
Pessoas Jurídicas	(800)	(289)	262	(827)
Total	(11.678)	(7.678)	5.783	(13.573)

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o saldo consolidado dos 3 Estágios contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar de R\$ (148).

d) Bens Retomados

A política contábil sobre bens destinados à venda está apresentada na Nota 2c V.

Os bens retomados destinados à venda contêm, principalmente, imóveis e sua venda contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado. O total de bens retomados no período foi de R\$ 268.

e) Operações Vinculadas e Transferência de Ativos Financeiros

	30/06/2	01/01 a 30/06/2025	
Vinculadas e Com Coobrigação	Valor Contá		
	Ativo	Passivo	Resultado
Operações Ativas Vinculadas	8.910	8.919	(10)
Operações de Crédito	8.910	-	(933)
Obrigações por Títulos e Valores Mobilíários no Exterior	-	8.919	923
Transferência de Ativos Financeiros	226	226	-
Total	9.136	9.145	(10)

Com occhvigación	01/01 a 30/06/2025			
Sem coobrigação	Carteira Transferida	Resultado		
Operações de Crédito e Outros Créditos	6.172	26		
Operações baixadas (WO)	1.765	66		
Total	7.937	92		

f) Exigibilidade de Crédito Rural

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza o atendimento da Exigibilidade do Crédito Rural por meio de operações de empréstimos, emissões de títulos e aplicações em instrumentos financeiros, sendo o saldo total dos recursos obrigatórios de R\$ 15.028 em 30/06/2025 e a exigibilidade de aplicação de R\$ 14.491, que representa 104%. Os custos para atendimento do normativo foram de R\$ 82 no período.

g) Operações de Arrendamento - Arrendador

Os arrendamentos estão compostos por veículos, máquinas, equipamentos e imóveis no Brasil e no Exterior. A análise de vencimento da carteira é apresentada abaixo:

		30/06/2025	
	Pagamentos a receber	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	2.493	(585)	1.908
Não Circulante	8.192	(2.316)	5.876
De 1 a 2 anos	1.832	(458)	1.374
De 2 a 3 anos	1.361	(351)	1.010
De 3 a 4 anos	991	(275)	716
De 4 a 5 anos	859	(221)	638
Acima de 5 anos	3.149	(1.011)	2.138
Total	10.685	(2.901)	7.784

As receitas de arrendamentos foram de R\$ 405 no período.

Nota 9 - Outros Ativos e Passivos

a) Outros Ativos

	Nota	30/06/2025
Financeiros		58.690
Negociação e Intermediação de Valores		26.956
Depósitos em Garantia - Contingências, Provisões e Obrigações Legais	11d	13.732
Operações sem Características de Concessão de Crédito, líquidas de provisão		8.132
Rendas a Receber		4.155
Valores Líquidos a Receber de Reembolso de Provisões	11c	365
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros		2.941
Outros Ativos Financeiros		2.409
Não Financeiros		18.753
Diversos no País		5.322
Diversos no Exterior		798
Despesas Antecipadas		5.731
Ativos Atuariais de Planos de Benefícios Pós-Emprego	22e	291
Outros Ativos Não Financeiros		5.665
Outros		946
Total		77.443
Circulante		59.220
Não Circulante		18.223

b) Outros Passivos

	Nota	30/06/2025
Passivos Financeiros		102.702
Transações de Pagamento		71.074
Negociação e Intermediação de Valores		26.876
Obrigações de Arrendamento		259
Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	8e	226
Recursos a Liberar		2.928
Outros Passivos		1.339
Passivos Não Financeiros		44.198
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		12.023
Sociais e Estatutárias		9.799
Diversos no País		4.252
Diversos no Exterior		4.629
Provisão de Pessoal		3.284
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento		1.823
Provisão para Pagamentos Diversos		2.473
Passivos de Planos de Benefícios Pós-Emprego	22e	2.280
Rendas Antecipadas		2.488
Outros Passivos Não Financeiros		1.147
Total		146.900
Circulante		139.412
Não Circulante		7.488

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os Outros Passivos são representados basicamente por Valores a Pagar a Sociedades Ligadas no montante de R\$ 34.257.

Nota 10 - Operações de Seguros, Previdência Privada e Capitalização

A política contábil sobre operações de seguros, previdência privada e capitalização está apresentada na Nota 2c XI.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, as provisões técnicas visam reduzir os riscos envolvidos nos contratos de Seguros, Previdência Privada e Capitalização e são calculadas de acordo com as Notas Técnicas aprovadas pela SUSEP.

I - Seguros e Previdência Privada:

- Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) constituída com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer. No cálculo, considera-se o prazo a decorrer tanto dos riscos assumidos e emitidos quanto dos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) nas apólices ou endossos dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata die.*
- Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido, quando aplicável. Abrange valores relativos às indenizações e benefícios, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais. Quando necessário, deve contemplar ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.
- Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR) constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. Abrange valores relativos a indenizações, benefícios e rendas considerando os montantes referentes às ações judiciais.
- Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização.
- Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento.
- Provisão de Excedentes Financeiros (PEF) constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro, quando previsto em contrato. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.
- Provisão Complementar de Cobertura (PCC) constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.
- Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) constituída para cobertura dos valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, às portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não cotizados, às rendas vencidas e aos benefícios a regularizar relativos a coberturas por sobrevivência.
- Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples (PDR) e Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura (PDC) constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer, sendo segregadas conforme o regime financeiro do produto.

II - Capitalização:

- Provisão Matemática para Capitalização (PMC) constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização.
- Provisão para Resgate (PR) constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.
- Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.
- Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) constituída a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.
- Provisão Complementar de Sorteios (PCS) constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar. Utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar.

a) Saldo das Provisões Técnicas

	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025
Prêmios não Ganhos (PPNG)	5.235	10	-	5.245
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Concedidos (PMBC)	17	323.770	-	323.787
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	76	786	-	862
Excedente Financeiro (PEF)	-	725	-	725
Sinistros a Liquidar (PSL)	476	13	-	489
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	407	24	-	431
Despesas Relacionadas (PDR/PDC)	33	57	-	90
Matemática para Capitalização (PMC) e Resgates (PR)	-	-	4.592	4.592
Sorteios a Pagar (PSP) e a Realizar (PSR)	-	-	9	9
Outras Provisões	142	-	-	142
Total Provisões Técnicas (a)	6.386	325.385	4.601	336.372
Circulante	4.599	801	4.601	10.001
Não Circulante	1.787	324.584	-	326.371

b) Recursos Garantidores das Provisões Técnicas

	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.528	599	1.851	3.978
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3.117	326.290	3.172	332.579
Cotas de Fundos de PGBL / VGBL (1)	-	311.766	-	311.766
Outros Títulos Públicos e Privados	3.117	14.524	3.172	20.813
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros (2)	2.886	238	-	3.124
Direitos Creditórios	2.550	-	-	2.550
Outros Créditos	336	238	-	574
Total Recursos Garantidores (b)	7.531	327.127	5.023	339.681
Total Cobertura Excedente (b-a)	1.145	1.742	422	3.309

¹⁾ Carteira de títulos dos planos de previdência PGBL e VGBL cuja propriedade e os riscos envolvidos são de clientes, contabilizada como Título e Valores Mobiliários - VJR, tendo como contrapartida no Passivo, a rubrica Provisões Técnicas de Previdência (Nota 10a).

²⁾ Registrado em Outros Ativos.

Nota 11 - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

A política contábil sobre provisões, ativos e passivos contingentes está apresentada na Nota 2c XII.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências

As provisões relativas às discussões administrativas e judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO são de longo prazo, e em virtude do tempo de tramitação desses processos impedem a divulgação de prazo para encerramento.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, além dos destacados no decorrer desta nota, que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

Ações Cíveis

As provisões e as contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, apesar de ter observado as regras vigentes à época, figura como réu em ações ajuizadas por pessoas físicas que versam sobre a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 80 e 90, bem como em ações coletivas ajuizadas por: (i) associações de defesa do consumidor; e (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. Em relação a essas ações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO constitui provisões quando do recebimento da citação, bem como no momento em que as pessoas físicas exigem a execução da decisão proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

Em dezembro de 2017, sob mediação da Advocacia-Geral da União (AGU) e supervisão do BACEN, poupadores (representados por duas associações civis, FEBRAPO e IDEC) e a FEBRABAN assinaram instrumento de acordo com o objetivo de finalizar os litígios relacionados aos planos econômicos, tendo o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO aderido aos seus termos. Referido acordo foi homologado, em 01/03/2018, pelo Plenário do STF e os poupadores puderam aderir a seus termos pelo prazo de 24 meses.

Em razão do encerramento desse prazo, as partes assinaram um aditivo ao instrumento de acordo para prorrogar o período de adesão e, assim, contemplar um número maior de poupadores e, consequentemente, aumentar o encerramento das ações judiciais. Em maio de 2020, o STF homologou esse aditivo e concedeu o prazo de 30 meses para novas adesões, prorrogado posteriormente por mais 30 meses, condicionado à prestação de contas da quantidade de adesões ao longo do primeiro período.

Em maio de 2025, o STF por unanimidade declarou a constitucionalidade dos planos econômicos Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991) e reafirmou a homologação do acordo coletivo. Em decorrência dessa decisão, foi prorrogado o prazo para adesão por mais 24 meses.

Ações Trabalhistas

As provisões e as contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros.

Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) cedidos.

I - Provisões Cíveis e Trabalhistas e Outros Riscos

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros riscos:

	30/06/2025				
	Cíveis	Trabalhistas	Outros Riscos	Total	
Saldo Inicial - 01/01	3.207	8.213	1.066	12.486	
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização	(169)	(671)	-	(840)	
Subtotal	3.038	7.542	1.066	11.646	
Atualização / Encargos	75	287	-	362	
Movimentação do Período Refletida no Resultado	556	1.899	87	2.542	
Constituição	815	2.100	373	3.288	
Reversão	(259)	(201)	(286)	(746)	
Pagamento / Transferência	(657)	(1.350)	(28)	(2.035)	
Subtotal	3.012	8.378	1.125	12.515	
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização	174	681	-	855	
Saldo Final	3.186	9.059	1.125	13.370	
Circulante	1.409	3.539	427	5.375	
Não Circulante	1.777	5.520	698	7.995	

II - Provisões Fiscais e Previdenciárias

As provisões fiscais e previdenciárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e, encargos, quando aplicável.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	-	30/06/2025				
	Obrigação Legal - Nota 20c	Ações Fiscais e Previdenciárias	Total			
Saldo Inicial - 01/01	2.581	4.142	6.723			
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização	-	(83)	(83)			
Subtotal	2.581	4.059	6.640			
Atualização / Encargos	67	714	781			
Movimentação do Período Refletida no Resultado	21	(1.361)	(1.340)			
Constituição	21	113	134			
Reversão	-	(1.474)	(1.474)			
Pagamento	(22)	(807)	(829)			
Subtotal	2.647	2.605	5.252			
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização	-	84	84			
Saldo Final	2.647	2.689	5.336			
Circulante	-	=	-			
Não Circulante	2.647	2.689	5.336			

A principal discussão relativa a Ações Fiscais e Previdenciárias está descrita a seguir:

• PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 758: defende-se a incidência de PIS e COFINS sobre o faturamento, devendo este ser entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 735.

No período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO aderiu aos editais 25/2024 (dedução da amortização fiscal do ágio na apuração do IRPJ e da CSLL) e 27/2024 (incidência da contribuição previdenciária sobre verbas pagas a título de PLR a empregados e contribuintes individuais), do Programa de Transação Integral instituído pelo Ministério da Fazenda. Adicionalmente, houve constituição de provisão para contingência fiscal por mudança de probabilidade de perda. O efeito líquido em resultado foi de R\$ 507 (Nota 28d).

III - Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

Ações Cíveis e Trabalhistas

Nas Ações Cíveis de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 5.097, sendo que neste montante não existem valores decorrentes de participação em Entidades Controladas em Conjunto.

Para as Ações Trabalhistas de perda possível, o risco estimado é de R\$ 1.134.

Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 43.721, sendo as principais discussões descritas a seguir:

- INSS Verbas não Remuneratórias R\$ 3.042: defende-se a não incidência da contribuição sobre verbas não remuneratórias, participação nos lucros e plano para outorga de opções de ações.
- ISS Atividades Bancárias/Estabelecimento Prestador R\$ 8.614: discute-se a incidência e/ou local do recolhimento de ISS para determinadas receitas bancárias.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS Despesas de Captação R\$ 6.169: discute-se a dedutibilidade de despesas de captação (DI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas do Grupo.
- IRPJ e CSLL Ágio Dedução R\$ 2.001: discute-se a dedutibilidade do ágio com expectativa de rentabilidade futura na aquisição de investimentos.
- PIS e COFINS Estorno da Receita de Superveniência de Depreciação R\$ 4.039: discute-se o tratamento contábil e fiscal do PIS e da COFINS na liquidação das operações de arrendamento mercantil.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS Indeferimento de Pedido de Compensação R\$ 2.397: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.
- IRPJ e CSLL Glosa de Prejuízos R\$ 5.851: discute-se o montante do prejuízo fiscal (IRPJ) e/ou base negativa de CSLL utilizados pela Receita Federal na lavratura de autos de infração, que ainda estão pendentes de decisão definitiva.
- IRPJ e CSLL Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito R\$ 3.501: autuações lavradas para exigência de IRPJ e de CSLL pela suposta inobservância dos critérios legais para a dedução de perdas no recebimento de créditos.

c) Contas a Receber - Reembolso de Provisões

O saldo de valores a receber relativo a reembolso de provisões totaliza R\$ 365 (Nota 9a) e decorre, basicamente, da garantia estabelecida em 1997, no processo de privatização do Banco Banerj S.A., quando o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias.

d) Garantias de Contingências, Provisões e Obrigações Legais

As garantias relativas a discussões judiciais que envolvem o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO são compostas, basicamente por:

	,	30/06/2025						
	Nota	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total			
Depósitos em Garantia	9a	1.762	2.127	9.843	13.732			
Cotas de Fundos de Investimento		306	71	-	377			
Fiança		76	62	5.326	5.464			
Seguro Garantia		2.207	1.886	20.322	24.415			
Garantia por Títulos Públicos		-	-	384	384			
Total		4.351	4.146	35.875	44.372			

Nota 12 - Investimentos

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	_				M	lovimentação de 0	1/01 a 30/06/2	2025			
	Saldos em			Resu	Itado de Participa	ções em Controlad	las	Variação Cambial e Hedge de	Ajuste de TVM		Saldos em
Empresas 01	01/01/2025	Amortização de Ágio	Dividendos Pagos / Provisionados ⁽²⁾	Lucro Líquido / (Prejuízo)	Ajuste a critério da investidora ⁽¹⁾	Resultado não Realizado e Outros	Total	Investimento - Moeda Funcional Diferente de Real		Eventos Societários ⁽³⁾	30/06/2025
Controladas									-		
No País	191.211	-	(21.273)	19.391	352	(244)	19.499	(3.594)	1.040	(3.797)	183.086
Itaú Unibanco S.A.	166.330	-	(18.848)	17.351	316	(245)	17.422	(3.594)	992	-	162.302
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	8.724	-	(701)	355	1	-	356	-	(2)	(1.043)	7.334
Banco Itaucard S.A.	51	-	-	2	-	-	2	-	-	-	53
Itaú Corretora de Valores S.A.	3.295	-	-	104	2	-	106	-	(2)	-	3.399
Itauseg Participações S.A.	2.545	-	(159)	465	-	-	465	1	49	-	2.901
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	1.213	-	(51)	58	-	-	58	-	-	-	1.220
Outras Participações	9.053	-	(1.514)	1.056	33	1	1.090	(1)	3	(2.754)	5.877
No Exterior	12.071	(23)	(292)	837	-	14	851	(630)	-	20	11.997
Banco Itaú Chile	5.715	(23)	(179)	205	-	-	205	(354)	10	-	5.374
Banco Itaú Uruguay S.A.	5.059	-	-	477	-	-	477	(182)	(10)	-	5.344
Outras Participações	1.297	-	(113)	155	-	14	169	(94)	-	20	1.279
Total	203.282	(23)	(21.565)	20.228	352	(230)	20.350	(4.224)	1.040	(3.777)	195.083

¹⁾ Ajustes decorrentes de uniformização das demonstrações contábeis da investida às políticas contábeis da investidora.

³⁾ Contemplam eventos societários decorrentes de aquisições, alienações, cisões, incorporações, aumentos ou reduções de capital.

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido / (Prejuízo)	N° de Ações / Cotas de Propriedade do ITAÚ UNIBANCO HOLDING			Participação no Capital (%) em 30/06/2025	
		Liquido	(110)0120)	Ordinárias	Preferenciais	Cotas	Votante	Social
No País								
Itaú Unibanco S.A.	75.385	162.302	17.351	3.514.908.377	3.404.188.272	-	100,00%	100,00%
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	23.923	37.862	1.833	348.555.621	-	-	19,37%	19,37%
Banco Itaucard S.A.	50	53	2	2.531.224.947	13.593.462	-	100,00%	100,00%
Itaú Corretora de Valores S.A.	1.650	3.400	104	32.882.585	970.956	-	100,00%	100,00%
Itauseg Participações S.A.	6.970	10.987	1.762	1.583.854.716	-	-	26,42%	26,42%
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	645	1.220	58	548.954	1.097.907	-	100,00%	100,00%
No Exterior								
Banco Itaú Chile	17.641	20.332	779	56.896.856	-	-	26,29%	26,29%
Banco Itaú Uruguay S.A.	559	5.340	477	4.465.133.954	-	-	100,00%	100,00%

O Itaú Unibanco Holding S.A. - Cayman Branch, consolidado nessas Demonstrações Contábeis, tem sua moeda funcional igual à da controladora. A variação cambial desse investimento é de R\$ (18) e está alocado na rubrica de Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos e Outros.

No resultado de participações em controladas, a variação cambial dos investimentos indiretos em moeda funcional igual à da controladora corresponde a R\$ (4.141).

²⁾ Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Rendas a Receber.

A tabela a seguir apresenta o resumo das informações financeiras dos investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

		30/06/2025	01/01 a 30/06/2025		
	Ativos Totais	Passivos Contingentes	Outros Passivos	Outros Resultados Abrangentes	Total do Resultado Abrangente
No País					
Itaú Unibanco S.A.	2.122.480	13.724	44.656	(4.974)	12.073
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	126.187	89	67.361	(4)	1.829
Banco Itaucard S.A.	55	-	-	-	2
Itaú Corretora de Valores S.A.	8.841	19	5.136	-	104
Itauseg Participações S.A.	11.821	1	-	1.242	3.058
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	1.371	75	1	1	58
No Exterior					
Banco Itaú Chile	189.454	55	6.273	2.631	3.410
Banco Itaú Uruguay S.A.	49.154	-	715	494	971

Nota 13 - Operações de Arrendamento - Arrendatário

A política contábil sobre Operações de Arrendamento – Arrendatário está apresentada na Nota 2c VII.

A saída de caixa com arrendamentos totalizou R\$ 22 e foram renovados contratos no montante de R\$ 218. Não há contratos de subarrendamento relevantes.

O total de passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados, é apresentado abaixo:

	30/06/2025
Até 3 meses	16
3 meses a 1 ano	45
1 a 5 anos	205
Acima de 5 anos	127
Total do Passivo Financeiro	393

Valores de arrendamento reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

	01/01 a 30/06/2025
Receitas de Subarrendamentos	17
Despesas de Depreciação	(15)
Despesas de Juros	(11)
Despesas de Arrendamentos de Ativos de Baixo Valor	(48)
Despesas Variáveis Não Incluídas nos Passivos de Arrendamento	(22)
Total	(79)

Não houve ajuste de redução ao valor recuperável no período.

Nota 14 - Imobilizado

As políticas contábeis sobre imobilizado e redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros estão apresentadas nas Notas 2c VIII, 2c X.

		30/06/2025							
Imobilizado	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação	Redução ao Valor Recuperável	Residual				
Imóveis		9.864	(3.945)	(434)	5.485				
Terrenos		1.936	-	-	1.936				
Edificações e Benfeitorias	4% a 10%	7.928	(3.945)	(434)	3.549				
Outras Imobilizações		15.806	(12.159)	(68)	3.579				
Instalações e Mobiliário	10% a 20%	3.538	(2.724)	(17)	797				
Sistemas de Processamento de Dados	20% a 50%	9.226	(8.046)	(51)	1.129				
Obras de Arte		154	-	-	154				
Direito de Uso		263	(18)	-	245				
Outros (1)	10% a 20%	2.625	(1.371)	-	1.254				
Total		25.670	(16.104)	(502)	9.064				

¹⁾ Referem-se às tratativas de Imobilizações em Curso e demais Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte.

Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 1, realizáveis até 2028.

Nota 15 - Ágio e Ativos Intangíveis

As políticas contábeis sobre ágio e ativos intangíveis e redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros estão apresentadas nas Notas 2c IX, 2c X.

		Ativos Intangíveis					
	Ágio e Intangível de Incorporação	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Softwares Adquiridos	Softwares Desenvolvidos Internamente	Direito de Uso	Outros Ativos Intangíveis ⁽¹⁾	Total
Taxas Anuais de Amortização	Até 20%	8%	20%	20%		10% a 20%	
Custo							
Saldo em 01/01/2025	13.111	2.366	5.892	23.568	-	7.978	52.915
Aquisições	60	-	585	2.194	-	279	3.118
Distratos / Baixas	-	-	(2)	(96)	-	(162)	(260)
Variação Cambial	(524)	(71)	(132)	(82)	-	(62)	(871)
Outros	-	- (8)	5	(5)	-	-	(8)
Saldo em 30/06/2025	12.647	2.287	6.348	25.579	-	8.033	54.894
Amortização							
Saldo em 01/01/2025	(10.221)	(1.378)	(4.318)	(11.557)	-	(4.569)	(32.043)
Despesa de Amortização	(371)	(40)	(249)	(1.627)	-	(615)	(2.902)
Distratos / Baixas	-	.	1	-	-	162	163
Variação Cambial	408	35	82	51	-	59	635
Outros	-	. 8	-	-	-	-	8
Saldo em 30/06/2025	(10.184)	(1.375)	(4.484)	(13.133)	-	(4.963)	(34.139)
Redução ao Valor Recuperável							
Saldo em 01/01/2025	(1.357)	(729)	(174)	(1.326)	-	(100)	(3.686)
Constituição	-	.	-	(60)	-	-	(60)
Variação Cambial	83	35	-	-	-	-	118
Saldo em 30/06/2025 Valor Contábil	(1.274)	(694)	(174)	(1.386)	-	(100)	(3.628)
Saldo em 30/06/2025	1.189	218	1.690	11.060	-	2.970	17.127

¹⁾ Inclui valores pagos para direito de aquisição de folhas de pagamentos, proventos, aposentadorias, pensões e similares.

A Despesa de Amortização do direito de aquisição de folhas de pagamentos e associações, no montante de R\$ (639), é divulgada na rubrica Despesas de Intermediação Financeira.

O Ágio e os Intangíveis de Incorporação são representados, principalmente, pelo ágio do Banco Itaú Chile no montante de R\$ 429.

Nota 16 - Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

A política contábil sobre Captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e repasses e dívidas subordinadas está apresentada na Nota 2c IV.

a) Resumo

		30/06/2025	
	Nota	Custo Amortizado	
Depósitos	16b	1.019.760	
Captações no Mercado Aberto	16c	432.862	
Instrumentos de Dívida	16d	402.470	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16e	119.493	
Total		1.974.585	
Circulante		1.125.513	
Não Circulante		849.072	

b) Depósitos

	30/06/2025
	Custo Amortizado
Depósitos Remunerados	895.749
De Poupança	173.230
Interfinanceiros	6.816
A Prazo	715.703
Depósitos não Remunerados	124.011
À Vista	123.475
Outros Depósitos	536
Total	1.019.760
Circulante	486.368
Não Circulante	533.392

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os Depósitos são representados basicamente por Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 97.375.

c) Captações no Mercado Aberto

	30/06/2025
	Custo Amortizado
Carteira Própria	266.269
Títulos Públicos	202.043
Títulos Privados	37.809
Emissão Própria	2
Títulos no Exterior	26.415
Carteira de Terceiros	113.660
Carteira Livre Movimentação	52.933
Total	432.862
Circulante	383.436
Não Circulante	49.426

d) Instrumentos de Dívida

I - Instrumentos de Dívida

	30/06/2025
	Custo Amortizado
Recursos de Emissões	247.184
Letras Financeiras	65.311
Letras de Crédito Imobiliário	61.012
Letras de Crédito do Agronegócio	56.746
Letras Imobiliárias Garantidas	64.115
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	76.876
Brazil Risk Note Programme	12.912
Structure Note Issued	10.600
Bônus	41.683
Fixed Rate Notes	9.072
Eurobonds	114
Outros	2.495
Certificados de Operações Estruturadas	23.734
Instrumentos de Dívidas com Cláusulas de Subordinação	54.676
Letras Financeiras	36.775
Euronotes	10.800
Bônus	7.101
Total	402.470
Circulante	98.840
Não Circulante	303.630

II - Letras Imobiliárias Garantidas

As Letras Imobiliárias Garantidas (LIGs) são títulos de crédito nominativos, transferíveis e de livre negociação, garantidos pela carteira de ativos do próprio emissor, submetida ao regime fiduciário.

O "Termo de emissão registrado", que esclarece as condições por operação de LIG, está disponível no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Resultados e relatórios / Documentos regulatórios / Letra imobiliária garantida.

II.I - Composição da Carteira de Ativos

A carteira de ativos vinculada às LIGs corresponde a 2,55% do ativo total do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. Sua composição é apresentada no quadro abaixo. Mais detalhes estão disponíveis no "Demonstrativo de carteira de ativos (mensal)", na seção Resultados e relatórios / Documentos regulatórios / Letra imobiliária garantida.

	30/06/2025
Créditos Imobiliários	69.770
Títulos Públicos - Brasil	4.181
Total da Carteira de Ativos	73.951
Total da Carteira de Ativos Ajustada	73.951
Obrigação por Emissão de LIGs	64.115
Remuneração do Agente Fiduciário	3

II.II - Requisitos da Carteira de Ativos

	30/06/2025
Composição	94,4%
Suficiência	
Valor Nominal	115,3%
Valor Presente sob Estresse	101,2%
Prazo Médio Ponderado	
Da Carteira de Ativos	138,7 meses
Das LIGs em Circulação	34,0 meses
Liquidez	
Ativos Líquidos	9.673

III - Instrumentos de Dívidas com Cláusulas de Subordinação

Nome do Papel / Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	30/06/2025
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	2.146	2019	Perpétua	114% da SELIC	1.389
	935	2019	Perpétua	SELIC + 1,17% a 1,19%	98
	450	2020	2029	CDI + 1,85%	76
	106	2020	2030	IPCA + 4,64%	17:
	1.556	2020	2030	CDI + 2%	2.67
	5.488	2021	2031	CDI + 2%	9.07
	1.005	2022	Perpétua	CDI + 2,4%	1.10
	1.161 108	2023	2034	102% do CDI	1.21
	108	2023 2023	2034 2034	CDI + 0,2% 10,63%	11. 12
	700	2023		CDI + 1,9%	
	107	2023	Perpétua 2034	IPCA + 5,48%	76 11
	530	2023	2034	100% do CDI	54
	3.100	2024	2034	CDI + 0,65%	3.44
	1.000	2024	Perpétua	CDI + 0,65%	1.10
	2.830	2024	Perpétua	CDI + 1,1%	3.03
	470	2024	2039	102% do CDI	48
	4.984	2025	Perpétua	CDI + 1,25%	5.04
	4.415	2025	Perpétua	CDI + 1,35%	4.62
			•	Total	36.77
Euronotes Subordinado - USD					
	750	2018	Perpétua	7,86%	4.18
	700	2020	Perpétua	7,56%	3.88
	501	2021	2031	3,88%	2.73
				Total	10.80
Bônus Subordinado - CLP					
	180.351	2008	2033	3,50% a 4,92%	1.50
	97.962	2009	2035	4,75%	1.19
	1.060.250	2010	2032	4,35%	11
	1.060.250	2010	2035	3,90% a 3,96%	27
	1.060.250	2010	2036	4,48%	1.29
	1.060.250	2010	2038	3,93%	95
	1.060.250	2010	2040	4,15% a 4,29%	73
	1.060.250	2010	2042	4,45%	35
	57.168	2014	2034	3,80%	46
				Total	6.90
Bônus Subordinado - COP					
	146.000	2013	2028	IPC + 2% Total	19 19
				iotai	13
Bônus Subordinado - USD					
	172	2025	2025	8,90%	
	878	2024	2024	7,18%	
Total					54.67

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é composta por Letras Financeiras Subordinadas no montante de R\$ 36.774 e por *Euronotes* Subordinados no montante de R\$ 10.809.

	30/06/2025
	Custo Amortizado
Empréstimos	100.788
no País	2.402
no Exterior ⁽¹⁾	98.386
Repasses - do País - Instituições Oficiais	18.705
BNDES	8.261
FINAME	9.429
Outros	1.015
Total	119.493
Circulante	97.785
Não Circulante	21.708

¹⁾ Os Empréstimos no Exterior estão representados, basicamente, por aplicações em operações comerciais de câmbio, relativas a pré-financiamento à Exportação e financiamentos à Importação.

Nota 17 - Valor Justo

A política contábil sobre Valor Justo dos instrumentos financeiros está apresentada na Nota 2c IV.

a) Ativos e Passivos Mensurados ao Valor Justo

Os ativos e passivos mensurados ao valor justo de forma recorrente foram classificados conforme abaixo:

Nível 1: Títulos e valores mobiliários e ativos não financeiros com preços líquidos disponíveis em um mercado ativo e derivativos negociados em bolsa. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro, da América Latina e de outros países, ações, debêntures com preço publicado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e outros negociados em mercado ativo.

Nível 2: Títulos, valores mobiliários, derivativos e outros que não tem informações de preço disponíveis e são precificados por modelos convencionais ou internos. Os insumos utilizados pelos modelos são capturados diretamente ou construídos a partir de observações de mercados ativos. Neste nível, estão a maior parte dos derivativos, alguns títulos públicos brasileiros, debêntures e outros títulos privados cujo efeito do componente de crédito não é considerado relevante.

Nível 3: Títulos e valores mobiliários, derivativos para os quais os insumos para precificação são gerados por modelos estatísticos e matemáticos. Neste nível, estão debêntures e outros títulos privados que não se enquadram na regra do Nível 2 e derivativos com vencimentos superiores aos últimos vértices observáveis das curvas de descontos.

I - Valor Justo de Ativos e Passivos

	30/06/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Ativos Financeiros	416.134	368.019	400	784.553
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	141.932	2.906	223	145.061
Títulos Públicos	137.732	-	-	137.732
Brasil	97.345	-	-	97.345
América Latina	27.606	-	-	27.606
Outros Países	12.781	-	-	12.781
Títulos Privados	3.670	2.852	223	6.745
Certificados de Depósito Bancário	-	122	-	122
Debêntures	1.394	739	223	2.356
Eurobonds e Assemelhados	2.264	1.470	-	3.734
Letras Financeiras	-	5	-	5
Notas Promissórias e Comerciais	-	41	-	41
Outros	12	475	-	487
Ações	530	54	-	584
Ao Valor Justo por meio do Resultado	274.202	365.113	177	639.492
Títulos Públicos	263.870	3.432	_	267.302
Brasil	242.917	3.432	_	246.349
América Latina	17.604	_	_	17.604
Outros Países	3.349	_	_	3.349
Títulos Privados	5.787	3.737	62	9.586
Cédula do Produtor Rural	-	37	-	37
Certificados de Depósito Bancário	_	64	_	64
Certificados de Recebíveis Imobiliários	110	164	13	287
Debêntures	3.056	1.957	44	5.057
Eurobonds e Assemelhados	2.523	1.937	5	2.698
Letras Financeiras	2.020	278	-	2.030
Notas Promissórias e Comerciais	-	278	-	270
	-		-	
Outros	98	1.038	-	1.136
Ações	3.622	15.669	115	19.406
Fundos de Investimento	923	30.509	-	31.432
Fundos de Investimento Especialmente Constituídos (PGBL/ VGBL) Derivativos Ativo	- 319	311.766 73.087	130	311.766 73.536
	319	17.174	21	17.195
Opções Tamas	316	8.047	17	8.380
Termo	310		90	39.265
Swaps	-	39.175		
NDF	-	6.969	-	6.969
Derivativos de Crédito	-	574	2	576
Outros	3	1.148	-	1.151
Outros Ativos Financeiros	-	2.337	-	2.337
Ativos Não Financeiros	3.102	-	-	3.102
Derivativos Passivo	(1.881)	(71.748)	(548)	(74.177)
Opções _	-	(14.433)	(12)	(14.445)
Termo	(1.830)	(8.561)	(14)	(10.405)
Swaps	-	(38.858)	(522)	(39.380)
NDF	-	(9.281)	-	(9.281)
Derivativos de Crédito	-	(439)	-	(439)
Outros	(51)	(176)		(227)

II - Resultado de Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos

	01/01 a 30/06/2025				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Ajuste ao Valor Justo	
Ativos Financeiros	8.365	336	(90)	8.611	
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	1.626	62	(4)	1.684	
Títulos Públicos	1.392	-	-	1.392	
Brasil	1.272	-	-	1.272	
América Latina	49	-	-	49	
Outros Países	71	-	-	71	
Títulos Privados	73	57	(5)	125	
Debêntures	28	30	(5)	53	
Eurobonds e Assemelhados	45	27	-	72	
Ações	161	5	1	167	
Ao Valor Justo por meio do Resultado	6.739	274	(86)	6.927	
Títulos Públicos	5.881	60	-	5.941	
Brasil	5.754	60	-	5.814	
América Latina	70	-	-	70	
Outros Países	57	-	-	57	
Títulos Privados	165	134	8	307	
Cédula do Produtor Rural	-	1	-	1	
Certificados de Recebíveis Imobiliários	(2)	16	-	14	
Debêntures	132	92	7	231	
Eurobonds e Assemelhados	35	2	1	38	
Letras Financeiras	-	(2)	-	(2)	
Outros	-	25	-	25	
Ações	625	(291)	(94)	240	
Fundos de Investimento	68	371	-	439	
Derivativos - Ativo	321	(15.427)	(214)	(15.320)	
Opções	-	(1.068)	(27)	(1.095)	
Termo	324	(3.218)	-	(2.894)	
Swaps	-	(10.954)	(186)	(11.140)	
NDF	-	(102)	-	(102)	
Derivativos de Crédito	-	82	(1)	81	
Outros	(3)	(167)	-	(170)	
Derivativos Passivo	(45)	10.891	(411)	10.435	
Opções	-	(386)	24	(362)	
Termo	(58)	4.310	(6)	4.246	
Swaps	-	6.608	(429)	6.179	
NDF	5	(166)	· · ·	(161)	
Derivativos de Crédito	-	556	-	556	
Outros	8	(31)	-	(23)	

Nos períodos, não existiram transferências materiais entre Nível 1 e Nível 2. Transferências para dentro e fora do nível 3 são apresentadas nas movimentações do Nível 3.

Governança da Mensuração de Valor Justo Recorrente de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. Os processos diários de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados e títulos privados cujo componente de crédito é relevante. Fatores como a curva prefixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa.

Movimentações de Valor Justo Recorrente de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a *swaps* e opções.

	Valor Justo em		ou Perdas (Realizado / Realizado)			Transferências	Valor Justo em	Total de	
	01/01/2025	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	Compras	Liquidações	no e/ou Fora do Nível	30/06/2025	Ganhos ou Perdas (Não Realizado)	
Ativos Financeiros	378	36	1	28	(32)	(11)	400	(85)	
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	218	18	1	8	(22)	-	223	(3)	
Títulos Privados	218	18	1	8	(22)	-	223	(3)	
Debêntures	218	18	1	2	(16)	-	223	(3)	
Letras Financeiras	-	-	-	. 6	(6)	-	-		
Valor Justo por meio do Resultado	160	18	-	20	(10)	(11)	177	(82	
Títulos Privados	160	18	-	20	(10)	(11)	177	(82	
Ações	105	5	-		-	-	115	(94	
Certificado de Recebíveis Imobiliários	5	9	-	. 1	-	(2)	13		
Debêntures	50	3	-		(3)	(9)	44	11	
Eurobonds e Assemelhados	-	1	-	11	(7)	-	5		
Derivativos - Ativo	367	36	-	103	(112)	(264)	130	(33	
Termo	17	(1)	-	. 1	-	-	17		
Opções	26	46	-	47	(98)	-	21	(1	
Swaps	322	(9)	-	55	(14)	(264)	90	(32	
Derivativos de Crédito	2	-	-		-	-	2		
Derivativos - Passivo	(175)	60	-	(382)	25	(76)	(548)	239	
Termo	(15)	1	-	(15)	15	-	(14)		
Opções	(8)	25	-	(37)	7	1	(12)	(5	
Swaps	(152)	34	-	(330)) 3	(77)	(522)	244	

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 é mensurado utilizando técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis materiais usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e volatilidade. Variações materiais em quaisquer desses *inputs* isolados podem resultar em alterações materiais no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos e em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares, considerando:

Taxa de juros: Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Commodities, Índices e Ações: Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de ativos, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares:

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Sensibilidade - Operações Nível 3	30/06/2025			
	a ()	Impactos		
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários -	Resultado	Patrimônio	
	I	(2,0)	(0,1)	
Taxa de Juros	II	(51,9)	(3,1)	
	III	(104,0)	(6,2)	
Commodities, Índices e Ações	I	(6,3)	-	
Commodities, maices e Ações	II	(12,6)	-	
Não Lineares	I	(9,5)	-	
Nao Lineares	II	(18,6)	-	

	30/06/2	2025
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	1.896.134	1.898.790
Disponiblidades	32.177	32.177
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1)	278.452	278.452
Títulos e Valores Mobiliários ⁽¹⁾	125.969	124.935
Relações Interfinanceiras e Interdependências	255.829	255.829
Operações com Característica de Concessão de Crédito (1)	1.147.354	1.151.044
Outros Ativos Financeiros	56.353	56.353
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	2.195.486	2.197.944
Depósitos	1.019.760	1.019.702
Captações no Mercado Aberto	432.862	432.862
Instrumentos de Dívida	402.470	405.217
Obrigações por Empréstimos e Repasses	119.493	119.262
Outros Passivos Financeiros	102.702	102.702
Relações Interfinanceiras e Interdependências	118.199	118.199

¹⁾ Montantes apresentados líquidos da provisão para perda de crédito esperada.

Os métodos utilizados para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo são:

- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez O valor contábil das Aplicações no Mercado Aberto se aproxima de seu valor justo e o valor justo das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros é calculado descontando os fluxos de caixa estimados por taxas de juros de mercado.
- Títulos e Valores Mobiliários Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos desses instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, são precificados por modelos convencionais ou internos, com insumos capturados diretamente, construídos a partir de observações de mercados ativos ou, ainda, gerados por modelos estatísticos e matemáticos.
- Operações com Característica de Concessão de Crédito O valor justo das operações de crédito é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil é considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamentos de curso normal é calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento. O valor justo das operações de crédito e arrendamentos de curso anormal é baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador. Para os títulos e valores mobiliários com característica de concessão de crédito, sob condições normais, são utilizados os preços cotados de mercado e para os que não possuem liquidez ou cotação, são precificados por modelos convencionais ou internos.
- Depósitos, Instrumentos de Dívida e Obrigações por Empréstimos e Repasses São calculados descontando-se os fluxos de caixa estimados por taxas de juros de mercado.
 - Captações no Mercado Aberto O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- Outros Ativos / Passivos Financeiros Basicamente compostos por recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de contingências e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos ITAÚ

UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos materiais de mercado, de crédito e de liquidez.

Nota 18 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em reunião realizada em 05 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 33.334, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros — Reserva Estatutária, com bonificação de 10% em ações. As ações bonificadas foram emitidas e passaram a ser negociadas a partir de 20 de março de 2025. Em consequência, o capital social foi elevado em 980.413.535 ações.

O capital social está representado por 10.784.548.883 ações escriturais sem valor nominal, sendo 5.454.119.395 ações ordinárias e 5.330.429.488 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, em eventual alienação de controle, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

A composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado no início e no fim do período são demonstradas abaixo:

			30/06	/2025	
	-		Quantidade		
	-	Ordinárias	Preferenciais	Total	Valor
Residentes no País	01/01/2025	4.918.480.340	1.325.492.746	6.243.973.086	57.783
Residentes no Exterior	01/01/2025	39.810.019	3.520.352.243	3.560.162.262	32.946
Ações Representativas do Capital Social	01/01/2025	4.958.290.359	4.845.844.989	9.804.135.348	90.729
Bonificação de Ações - Em Circulação a partir de 20/03/2025		495.829.036	484.584.499	980.413.535	
Ações Representativas do Capital Social	30/06/2025	5.454.119.395	5.330.429.488	10.784.548.883	124.063
Residentes no País	30/06/2025	5.410.182.256	1.280.506.963	6.690.689.219	76.968
Residentes no Exterior	30/06/2025	43.937.139	4.049.922.525	4.093.859.664	47.095
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	01/01/2025	-	28.030.833	28.030.833	(909)
Aquisição de Ações em Tesouraria		-	2.500.000	2.500.000	(83)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria		-	(30.039.527)	(30.039.527)	974
Bonificação de Ações - Em Tesouraria a partir de 20/03/2025		-	86.718	86.718	
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	30/06/2025	-	578.024	578.024	(18)
Número total de Ações no final do período (2)	30/06/2025	5.454.119.395	5.329.851.464	10.783.970.859	

¹⁾ Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

Abaixo, são discriminados o custo das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das ações em tesouraria e o seu valor de mercado em 30/06/2025:

	30/06/2	2025	
Custo / Valor de Mercado	Ordinárias	Preferenciais	
Mínimo	-	32,81	
Médio ponderado	-	33,08	
Máximo	-	33,29	
Ações em Tesouraria			
Custo médio	-	31,17	
Valor de Mercado no último dia útil da data base	32,99	36,95	

²⁾ Ações representativas do capital social líquidas das ações em tesouraria.

b) Dividendos

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social. As ações ordinárias e preferenciais participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ações ordinárias, dividendo igual ao prioritário mínimo anual a ser pago às ações preferenciais (R\$ 0,022 por ação não cumulativo).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING antecipa mensalmente o dividendo mínimo obrigatório, utilizando a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

I - Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	30/06/2025
Lucro Líquido Individual Estatutário	22.251
Ajustes:	
(-) Reserva Legal - 5%	(1.113)
Base de Cálculo do Dividendo	21.138
Dividendo Mínimo Obrigatório - 25%	5.285
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados / Destacados	7.320

II - Remuneração aos Acionistas

	Valor por Ação (R\$)	Valor	IRF	Líquido
Pagos / Antecipados		899	(135)	764
Juros sobre o Capital Próprio - 5 parcelas mensais pagas de fevereiro a junho de 2025	0,0150	899	(135)	764
Provisionados (Registrados em Outros Passivos - Sociais e Estatutárias)		5.319	(798)	4.521
Juros sobre o Capital Próprio - 1 parcela mensal paga em 01/07/2025	0,0150	191	(29)	162
Juros sobre o Capital Próprio - creditados em 29/05/2025 a serem pagos até 29/08/2025	0,2840	3.603	(540)	3.063
Juros sobre o Capital Próprio	0,1202	1.525	(229)	1.296
Destacados em Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido		2.394	(359)	2.035
Juros sobre o Capital Próprio	0,1887	2.394	(359)	2.035
Total - 01/01 a 30/06/2025		8.612	(1.292)	7.320

c) Reservas de Capital e de Lucros - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

	30/06/2025
Reservas de Capital	2.328
Ágio na Subscrição de Ações	284
Pagamento Baseado em Ações	2.043
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1
Reservas de Lucros (1)	76.982
Legal ⁽²⁾	19.259
Estatutárias ⁽³⁾	55.329
Especiais de Lucros ⁽⁴⁾	2.394

¹⁾ Eventual excesso de Reservas de Lucros em relação ao Capital Social será distribuído ou capitalizado conforme determinação da próxima Assembleia Geral Ordinária/Assembleia Geral Extraordinária.

²⁾ Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, compensar prejuízo ou aumentar capital.

³⁾ Tem por finalidade principal assegurar o fluxo de remuneração aos acionistas.

⁴⁾ Refere-se a Juros sobre o Capital Próprio declarados após 30/06/2025.

d) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido (Nota 2c I)

	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
	01/01 a 30/06/2025	30/06/2025
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	22.251	200.814
Amortização de Ágios	(1)	2
Hedge de Operações no Exterior	276	(946)
Outros	(353)	945
ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO	22.173	200.815

e) Participações de Não Controladores

	Patrimônio Líquido	Resultado	
	30/06/2025	01/01 a 30/06/2025	
Banco Itaú Chile	6.621	(254)	
Itaú Colombia S.A.	20	-	
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	683	(102)	
Luizacred S.A. Soc. de Crédito, Financiamento e Investimento	893	(89)	
Outras	520	(39)	
Total	8.737	(484)	

f) Pagamento Baseado em Ações

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas possuem planos de Pagamentos Baseados em Ações para seus colaboradores e administradores, visando engajá-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.

As outorgas desses benefícios ocorrem somente em exercícios em que os lucros são suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório, limitando a diluição até 0,5% da totalidade das ações possuídas pelos acionistas majoritários e minoritários na data do encerramento do exercício. A liquidação desses planos é feita mediante entrega de ações ITUB4 mantidas em tesouraria.

As despesas com os planos de pagamento baseado em ações são demonstradas no quadro abaixo:

	01/01 a 30/06/2025
Programas de Sócios	(231)
Plano de Remuneração Variável	(295)
Total	(526)

I - Programa de Sócios

Este programa permite que colaboradores e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING invistam um percentual de seu bônus na aquisição de ações e instrumentos baseados em tais ações que deverão ser mantidos pelos beneficiários pelos prazos de 3 a 5 anos, a contar do investimento inicial, sujeitando-os à variação da cotação de mercado. Após satisfeitas as condições suspensivas determinadas pelo programa, os beneficiários terão direito a receber uma contrapartida em ações, conforme as quantidades estipuladas no regimento interno do programa.

O preço de aquisição das ações e dos instrumentos baseados em tais ações é fixado semestralmente e equivale à média da cotação das ações nos 30 dias anteriores à apuração, que é realizada no 7º dia útil anterior à data da outorgada remuneração.

O valor justo da contrapartida em ações é o preço de mercado cotado na data de outorga, descontado da expectativa de dividendos.

Movimentação do Programa de Sócios

	01/01 a 30/06/2025
	Quantidade
Saldo Inicial	81.734.142
Novos	32.469.946
Entregues	(14.108.697)
Cancelados	(562.235)
Saldo Final	99.533.156
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,69
Valor de Mercado Médio Ponderado (R\$)	21,87

II - Remuneração Variável

Neste plano, parte da remuneração variável dos administradores é paga em dinheiro e parte em ações pelo prazo de 3 anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo um terço por ano, mediante o cumprimento das condições previstas em regulamento interno. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

Os administradores tornam-se elegíveis ao recebimento desses benefícios conforme seu desempenho individual, do negócio ou ambos. O montante do benefício é definido de acordo com as atividades de cada administrador, que deve atender, no mínimo, os requisitos de desempenho e conduta.

O valor justo das ações é o preço de mercado cotado na data de sua outorga, descontado da expectativa de dividendos.

Movimentação da Remuneração Variável em Ações

	01/01 a 30/06/2025
	Quantidade
Saldo inicial	46.421.099
Novos	25.506.105
Entregues	(23.266.269)
Cancelados	(428.102)
Saldo Final	48.232.833
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	1,40
Valor de Mercado Médio Ponderado (R\$)	25,69

Nota 19 - Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas e fundos de investimentos, incluídas na consolidação (Nota 2c I), foram eliminadas, e não representam efeitos nas demonstrações consolidadas.

As principais partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Controladoras: IUPAR, a E. JOHNSTON e a ITAÚSA.
- Coligadas e Controladas em Conjunto: Dos quais destacam-se: Avenue Holding Cayman Ltd.; Biomas Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.; BSF Holding S.A.; Conectcar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.; Kinea Private Equity Investimentos S.A.; Olímpia Promoção e Serviços S.A.; Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.; Pravaler S.A. e Tecnologia Bancária S.A.
 - Outras Partes Relacionadas:
 - Participações diretas e indiretas da ITAÚSA, destacando-se: Aegea Saneamento e Participações S.A.; Águas do Rio 1 SPE S.A., Águas do Rio 4 SPE S.A.; Alpargatas S.A.; Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.; Copa Energia Distribuidora de Gás S.A. e Dexco S.A.
 - Previdências, destacando-se: Fundação Itaú Unibanco Previdência Complementar e FUNBEP Fundo de Pensão Multipatrocinado, entidades fechadas de previdência complementar, que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, criados exclusivamente para seus colaboradores.
 - Associações, destacando-se: Associação Cubo Coworking Itaú e Associação Itaú Viver Mais.

• Fundações e Institutos, destacando-se: Fundação Saúde Itaú; Instituto Itaú Ciência, Tecnologia e Inovação e Instituto Unibanco.

a) Transações com Partes Relacionadas

	30/06/2025				
ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO	Controladoras	Coligadas e Controladas em Conjunto	Outras Partes Relacionadas	Total	
Ativo					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	666	-	666	
Operações de Crédito	-	153	382	535	
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos (Posição Ativa e Passiva)	532	361	2.888	3.781	
Outros Ativos	-	422	336	758	
Total do Ativo	532	1.602	3.606	5.740	
Passivo					
Depósitos	-	(132)	(1.185)	(1.317)	
Captações no Mercado Aberto	-	(255)	(333)	(588)	
Instrumentos de Dívida	-	(44)	(163)	(207)	
Outros Passivos	(1)	(150)	(4.204)	(4.355)	
Total do Passivo	(1)	(581)	(5.885)	(6.467)	
	01/01 a 30/06/2025				
Demonstração do Resultado					
Receitas da Intermediação Financeira	38	61	70	169	
Despesas da Intermediação Financeira	-	(20)	(377)	(397)	
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	2	(103)	(352)	(453)	
Resultado	40	(62)	(659)	(681)	

	30/06/2025				
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Controladoras	Controladas ⁽¹⁾	Coligadas e Controladas em Conjunto	Outras Partes Relacionadas	Total
Ativo					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	46.710	-	-	46.710
Operações de Crédito	-	10	2	219	231
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos (Posição Ativa e Passiva)	-	35.381	-	12	35.393
Outros Ativos	-	159	-	-	159
Total do Ativo	-	82.260	2	231	82.493
Passivo					
Depósitos	-	(97.375)	-	-	(97.375)
Captações no Mercado Aberto	-	(131)	-	-	(131)
Instrumentos de Dívida	-	(93)	-	-	(93)
Relações Interfinanceiras e Interdependências (Posição Ativa e Passiva)	-	(1.094)	-	-	(1.094)
Outros Passivos	-	(34.379)	-	(83)	(34.462)
Total do Passivo	-	(133.072)	-	(83)	(133.155)
	01/01 a 30/06/2025				
Demonstração do Resultado					
Receitas da Intermediação Financeira	-	4.671	-	-	4.671
Despesas da Intermediação Financeira	-	(6.177)	-	-	(6.177)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	-	(1.710)	-	(5)	(1.715)
Resultado	-	(3.216)	-	(5)	(3.221)

¹⁾ Empresas relacionadas na Nota 2c I.

As operações com o Pessoal-Chave da Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO apresentam Ativos de R\$ 215, Passivos de R\$ (8.290) e Resultado de R\$ (49).

b) Remunerações e Benefícios do Pessoal-Chave da Administração

As remunerações e benefícios atribuídos aos Administradores, membros do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no período correspondem a:

	01/01 a 30/06/2025
Honorários	(404)
Participações no Lucro	(266)
Benefícios Pós-Emprego	(7)
Plano de Pagamento Baseado em Ações	(163)
Total	(840)

Os valores totais referentes a despesas de pessoal, planos de pagamento baseado em ações e benefícios pósemprego, encontram-se detalhados nas Notas 26, 18f e 22, respectivamente.

Nota 20 - Tributos

A política contábil sobre imposto de renda e contribuição social está apresentada na Nota 2c XIII.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas controladas apuram separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00% PIS ⁽²⁾	0,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00% COFINS ⁽²⁾	4,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (1)	20,00% ISS até	5,00%

¹⁾ Para as controladas de seguro, de capitalização e demais financeiras a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é de 15% e para as não financeiras é de 9%.

²⁾ Para as controladas não financeiras que se enquadram no regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS é de 1,65% e da COFINS é de 7,60%.

a) Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 30/06/2025
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	25.247
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(11.361)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:	
Participações em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	862
Juros sobre o Capital Próprio	3.583
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (1)	91
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.825)
Referentes a Diferenças Temporárias	
Constituição / (Reversão) do Período	4.501
(Despesas) / Receitas de Tributos Diferidos	4.501
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.324)

¹⁾ Contempla (inclusões) e exclusões temporárias.

II - Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2025
PIS e COFINS	(4.470)
ISS	(824)
Outros	(429)
Total	(5.723)

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as Despesas Tributárias totalizam R\$ (1.168) e são compostas basicamente por PIS, COFINS e ISS.

III - Efeitos Fiscais sobre a Administração Cambial dos Investimentos no Exterior

De forma a minimizar os efeitos no resultado referentes à exposição da variação cambial dos investimentos no exterior, líquida dos respectivos efeitos fiscais, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza operações de derivativos em moeda estrangeira (hedge), conforme observado na Nota 28b.

O resultado dessas operações é computado na apuração das bases de impostos, de acordo com a sua natureza e a legislação fiscal vigente, assim como a variação cambial da parcela dos investimentos no exterior com cobertura de risco (*hedge*), conforme regras estabelecidas pela Lei nº 14.031, de 28 de julho de 2020.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Ativos Fiscais Diferidos e sua movimentação, segregado em função das origens e desembolsos, estão representados por:

		Ativo	os Fiscais Diferio	dos
	01/01/2025	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2025
Refletido no Resultado	65.388	(11.308)	14.700	68.780
Provisão para Perda de Crédito Esperada	45.144	(1.168)	5.233	49.209
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa	2.029	(1.203)	829	1.655
Provisão para Participação nos Lucros	3.258	(3.258)	2.293	2.293
Ajustes ao Valor Justo de Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado e Derivativos	337	(337)	318	318
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	883	(883)	182	182
Ágio na Aquisição do Investimento	74	(1)	3	76
Provisões	6.277	(1.912)	<u>1.637</u>	<u>6.002</u>
Ações Cíveis	1.239	(304)	295	1.230
Ações Trabalhistas	3.174	(582)	970	3.562
Fiscais e Previdenciárias	1.864	(1.026)	372	1.210
Obrigações Legais	375	(4)	69	440
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	390	(25)	16	381
Outras Provisões Indedutíveis	6.621	(2.517)	4.120	8.224
Refletido no Patrimônio Líquido	3.347	(383)	137	3.101
Ajustes ao Valor Justo de Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	2.003	(383)	75	1.695
Hedge de Fluxo de Caixa	434	-	55	489
Benefícios Pós-Emprego	910	-	7	917
Total ⁽¹⁾	68.735	(11.691)	14.837	71.881

¹⁾ Os Ativos Fiscais Diferidos são classificados em sua totalidade como Não Circulante.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os Ativos Fiscais Diferidos totalizam R\$ 17.411 e estão representados basicamente por Prejuízo Fiscal e Base Negativa de R\$ 35, Provisão para Perda de Crédito Esperada de R\$ 15.178, Provisões Administrativas de R\$ 144, Provisões relativas a Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias de R\$ 528, cuja expectativa de realização depende da evolução processual da lide, Ajustes ao Valor Justo de Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes de R\$ 1, e Provisão para Programa de Recompensa de R\$ 490.

II - O saldo das Obrigações Fiscais Diferidas e sua movimentação estão representados por:

	01/01/2025	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2025
Refletido no Resultado	5.427	(2.330)	2.517	5.614
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Financeiro	107	(5)	-	102
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Provisões	1.763	(318)	204	1.649
Benefícios Pós-Emprego	260	(16)	50	294
Ajustes ao Valor Justo de Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.697	(1.697)	2.112	2.112
Outros	1.600	(294)	151	1.457
Refletido no Patrimônio Líquido	3.306	(2.580)	10	736
Ajustes ao Valor Justo de Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	3.302	(2.580)	10	732
Benefícios Pós-Emprego	4	-	-	4
Total	8.733	(4.910)	2.527	6.350

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as Obrigações Fiscais Diferidas totalizam R\$ 710 e estão representadas basicamente por Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Provisões de R\$ 405, Ajustes ao Valor Justo de Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes de R\$ 98, Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil de R\$ 100, e Ajustes Temporais sobre Diferenças entre Práticas Contábeis em Participação no Exterior de R\$ 50.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e das Obrigações Fiscais Diferidas são:

			Ativos Fiscais D	Ob.::		Tallerates				
Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%	Obrigações Fiscais Diferidas	%	Tributos Diferidos Líquidos	%
2025	9.134	13,0%	1.139	68,8%	10.273	14,3%	(473)	7,4%	9.800	15,0%
2026	12.677	18,1%	125	7,6%	12.802	17,8%	(243)	3,8%	12.559	19,2%
2027	10.050	14,3%	65	3,9%	10.115	14,1%	(186)	2,9%	9.929	15,2%
2028	7.335	10,4%	47	2,8%	7.382	10,3%	(203)	3,2%	7.179	11,0%
2029	7.294	10,4%	47	2,8%	7.341	10,2%	(886)	14,0%	6.455	9,9%
acima de 2029	23.736	33,8%	232	14,1%	23.968	33,3%	(4.359)	68,7%	19.609	29,7%
Total	70.226	100,0%	1.655	100,0%	71.881	100,0%	(6.350)	100,0%	65.531	100,0%
Valor Presente (1)	57.767		1.513	1	59.280		(4.641)		54.639	

¹⁾ Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

IV - Ativos Fiscais diferidos não contabilizados

Em 30/06/2025, os ativos fiscais diferidos não contabilizados correspondem a R\$ 129 e decorrem da avaliação da Administração sobre suas perspectivas de realização no longo prazo.

c) Obrigações Fiscais Correntes

	Nota	30/06/2025
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar		6.593
Demais Impostos e Contribuições a Pagar		5.130
Obrigações Legais	11b II	2.647
Total		14.370
Circulante		12.394
Não Circulante		1.976

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as Obrigações Fiscais Correntes totalizam R\$ 2.817 e estão representadas por Obrigações Legais de R\$ 1.014 e Impostos e Contribuições sobre Lucros e Demais Impostos e Contribuições a Pagar de R\$ 1.803.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos ativos fiscais diferidos apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Nota 21 - Lucro por Ação

a) Lucro por Ação Básico

O lucro líquido atribuível aos acionistas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é dividido pelo número médio de ações em circulação no período, excluindo-se as ações em tesouraria.

	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	22.173
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(114)
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(116)
Lucro Acumulado a ser Distribuído, em bases proporcionais aos Detentores de Ações:	21.943
Ordinárias	11.103
Preferenciais	10.840
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações:	
Ordinárias	11.219
Preferenciais	10.954
Média ponderada das Ações em Circulação	
Ordinárias	5.288.843.050
Preferenciais	5.163.622.107
Lucro por Ação Básico - R\$	
Ordinárias	2,12
Preferenciais	2,12

b) Lucro por Ação Diluído

Calculado de forma similar ao lucro por ação básico, no entanto, inclui a conversão de todas as ações preferenciais potencialmente diluíveis no denominador.

	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	10.954
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	95
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	11.049
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	11.219
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	(95)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias após efeitos da Diluição	11.124
Média Ponderada Ajustada de Ações	
Ordinárias	5.288.843.050
Preferenciais	5.252.616.003
Preferenciais	5.163.622.107
Incrementais conforme Planos de Pagamento Baseado em Ações	88.993.896
Lucro por Ação Diluído - R\$	
Ordinárias	2,10
Preferenciais	2,10

Não houve efeito potencialmente antidilutivos das ações dos Planos de Pagamento Baseado em Ações, em ambos os períodos.

Nota 22 - Benefícios Pós-Emprego

A política contábil sobre benefícios pós-emprego está apresentada na Nota 2c XIV.

Os planos de aposentadoria são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e encontram-se fechados à novas adesões. As entidades possuem estrutura independente e administram os planos conforme as características de seus regulamentos.

Existem três modalidades de planos de aposentadoria:

- Planos de Benefício Definido (BD): são planos cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, baseados nos salários e/ou tempo de serviço dos colaboradores, sendo o custeio determinado atuarialmente. Os planos classificados nessa categoria são: Plano de Aposentadoria Complementar; Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia; Plano de Benefício Franprev; Plano de Benefício 002; Plano de Benefícios Prebeg; Plano BD UBB PREV; Plano de Benefícios II; Plano Básico Itaulam; Plano BD Itaucard; Plano de Aposentadoria Principal Itaú Unibanco administrados pela Fundação Itaú Unibanco Previdência Complementar (FIU); e Plano de Benefícios I, administrado pelo Fundo de Pensão Multipatrocinado (FUNBEP).
- Planos de Contribuição Definida (CD): são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo dos investimentos, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Os planos de aposentadoria na modalidade Contribuição Definida possuem fundos previdenciários compostos pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes por perda da elegibilidade ao benefício, bem como por recursos oriundos dos processos de migração de planos de aposentadoria na modalidade benefício definido. Os fundos são utilizados para aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios. Os planos classificados nessa categoria são: Plano Itaubanco CD; Plano de Aposentadoria Itaubank; Plano de Previdência REDECARD administrados pela FIU.
- Planos de Contribuição Variável (CV): nesta modalidade, os benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, sendo o benefício determinado atuarialmente com base no saldo dos investimentos acumulados pelo participante na data da aposentadoria. Os planos classificados nessa categoria são: Plano de Previdência Unibanco Futuro Inteligente; Plano Suplementar Itaulam; Plano CV Itaucard; Plano de Aposentadoria Suplementar Itaú Unibanco administrados pela FIU e Plano de Benefícios II administrado pelo FUNBEP.

a) Principais Premissas Atuariais

A tabela abaixo demonstra as premissas atuariais de natureza demográficas e financeiras utilizadas para o cálculo da obrigação do benefício definido:

Tipo	Premissa	30/06/2025
Demográfica	Tábua de Mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%
Financeira	Taxa de Desconto (1)	11,59% a.a.
Financeira	Inflação ⁽²⁾	4,00% a.a.

¹⁾ Considera as taxas de juros de Títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações, compatível com o cenário econômico observado na data-base do encerramento do balanço, conforme volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

Os planos de aposentadoria patrocinados por controladas no exterior - Banco Itaú (Suisse) S.A., Itaú Colombia S.A. e PROSERV - Promociones y Servicios S.A. de C.V. - são estruturados na modalidade Benefício Definido e adotam premissas atuariais adequadas às massas de participantes e ao cenário econômico de cada país.

Inflação de longo prazo projetada pelo mercado, conforme vencimento de cada plano.

b) Gerenciamento de Riscos

As EFPCs patrocinadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pela PREVIC, dispõem de Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Os benefícios oferecidos possuem características de longa duração e os principais fatores envolvidos no gerenciamento e mensuração de seus riscos são risco financeiro, risco de inflação e risco biométrico.

- Risco Financeiro o passivo atuarial do plano é calculado adotando uma taxa de desconto, que pode diferir das taxas auferidas nos investimentos. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá acarretar um déficit. Para mitigar esse risco e assegurar a capacidade de pagar os benefícios no longo prazo, os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar volatilidade e risco de descasamento entre ativos e passivos. Adicionalmente, são realizados testes de aderência nas premissas financeiras para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.
- Risco de Inflação grande parte das obrigações estão vinculadas a índices de inflação, tornando o passivo atuarial sensível à alta dos índices. Para mitigar esse risco, são utilizadas as mesmas estratégias de mitigação dos riscos financeiros.
- Risco Biométrico planos que possuem alguma obrigação avaliada atuarialmente estão expostos ao risco biométrico. Caso as tábuas de mortalidade utilizadas não se mostrem aderentes à massa de participantes dos planos, é possível o surgimento de déficit ou superávit na avaliação atuarial. Para mitigar esse risco, são realizados testes de aderência das premissas biométricas para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.

Para efeito de registro no balanço das EFPCs que os administram, o passivo atuarial dos planos utiliza taxa de desconto aderente às suas carteiras de ativos e fluxos de receitas e despesas, conforme estudo elaborado por consultoria atuarial independente. O método atuarial utilizado é o método agregado, pelo qual o custeio do plano é definido pela diferença entre o seu patrimônio de cobertura e o valor atual de suas obrigações futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

Quando verifica-se déficit no período de concessão acima dos limites definidos legalmente, são realizados contratos de dívida com a patrocinadora conforme políticas de custeamento, os quais afetam as contribuições futuras do plano, sendo definido um plano de equacionamento para tal déficit, respeitando as garantias estipuladas pela legislação vigente. Os planos que se encontram nesta situação são equacionados através de contribuições extraordinárias que sensibilizam os valores de contribuição futura do plano.

c) Gestão dos Ativos

A gestão dos recursos tem como objetivo o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

A seguir quadro com a alocação dos ativos por categoria, segmentado em Cotado em Mercado Ativo e Não Cotado em Mercado Ativo:

Catamaniaa	Valor Justo	% de Alocação
Categorias	30/06/2025	30/06/2025
Títulos de Renda Fixa	21.164	96,5%
Cotado em Mercado Ativo	20.531	93,6%
Não Cotado em Mercado Ativo	633	2,9%
Títulos de Renda Variável	1	-
Cotado em Mercado Ativo	1	-
Investimentos Estruturados	128	0,6%
Não Cotado em Mercado Ativo	128	0,6%
Imóveis	548	2,5%
Empréstimos a Participantes	87	0,4%
Total	21.928	100,0%

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 1, e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 481.

d) Outros Benefícios Pós-Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO não possui obrigações adicionais referentes a benefícios pósemprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisições ocorridas ao longo dos anos, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial nos prazos e condições estabelecidos, em que há o patrocínio total ou parcial dos planos de saúde para massa específica de excolaboradores e seus beneficiários. Seu custeio é determinado atuarialmente de forma a assegurar a manutenção da cobertura. Estes planos estão fechados a novas adesões.

As premissas para a taxa de desconto, inflação, tábuas de mortalidade e método atuarial são as mesmas utilizadas para os planos de aposentadoria. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utilizou o percentual de 4% a.a. para a inflação médica, considerando adicionalmente, também inflação de 4% a.a.

Particularmente nos outros benefícios pós-emprego, há o risco de inflação médica associado ao crescimento dos custos médicos acima do esperado. Para mitigar esse risco, são utilizadas as mesmas estratégias de mitigação dos riscos financeiros.

e) Evolução do Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

O montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial é limitado pela restrição do ativo e é apurado com base nas contribuições futuras estimadas a serem realizadas pela patrocinadora, de forma que representa o valor máximo de redução nas contribuições a serem efetuadas.

						30/06/2025		-		
	Planos BD e CV				Planos CD			Outros Benefícios Pós- Emprego	Total	
	Nota	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Passivo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período		21.490	(19.035)	(4.237)	(1.782)	365	(81)	284	(562)	(2.060)
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3+4)		1.187	(1.058)	(239)	(110)	(6)	(5)	(11)	(31)	(152)
1 - Custo Serviço Corrente		-	(12)	-	(12)	-	-	-	-	(12)
2 - Custo Serviço Passado		-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Juros Líquidos		1.187	(1.046)	(239)	(98)	24	(5)	19	(31)	(110)
4 - Outras Receitas e Despesas ⁽¹⁾		-	-	-	-	(30)	-	(30)	-	(30)
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros		1	12	(18)	(5)	_	_	_	_	(5)
Resultados Abrangentes (5+6+7)		•	12							
5 - Efeito na Restrição do Ativo		-	-	(18)	(18)	-	-	-	-	(18)
6 - Remensurações		-	4	-	4	-	-	-	-	4
Alterações de premissas demográficas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de premissas financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Experiência do plano ⁽²⁾		-	4	-	4	-	-	-	-	4
7 - Variação Cambial		1	8	-	9	-	-	-	-	9
Outros (8+9+10)		(750)	937	-	187	-	-	-	41	228
8 - Recebimento por Destinação de Recursos		. .	-	-	-	-	-	-	-	-
9 - Benefícios Pagos		(937)	937	-	-	-	-	-	41	41
10 - Contribuições e Aportes da Patrocinadora		187	-		187		-	-		187
Valor Final do Período		21.928	(19.144)	(4.494)	(1.710)	359	(86)	273	(552)	(1.989)
Valor Reconhecido no Ativo	9a				18			273	- /:	291
Valor Reconhecido no Passivo	9b				(1.728)			<u>-</u>	(552)	(2.280)

¹⁾ Corresponde basicamente aos valores de utilização de ativos alocados em fundos previdenciais dos planos CD.

Os Juros Líquidos correspondem ao valor calculado em 01/01/2025 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 11,59% a.a.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING patrocina um Plano BD. O montante reconhecido no passivo é de R\$ 54, em Outros Resultados Abrangentes é de R\$ 8 e em receita/(despesa) de R\$ 3.

²⁾ Correspondem aos rendimentos obtidos acima/abaixo do retorno esperado e contemplam as contribuições realizadas pelos participantes.

f) Contribuições de Benefício Definido

	Contribuições Estimadas	Contribuições Efetuadas
	2025	01/01 a 30/06/2025
Planos de Aposentadoria - FIU	17	26
Planos de Aposentadoria - FUNBEP	94	142
Total (1)	111	168

¹⁾ Incluem contribuições extraordinárias acordadas nos planos de equacionamento de déficit.

g) Perfil de Vencimento das Obrigações de Benefício Definido

	Duration (1)	2025	2026	2027	2028	2029	2030 a	2034
Planos de Aposentadoria - FIU	8,08	1.244	1.192	1.230	1.264	1.298		6.886
Planos de Aposentadoria - FUNBEP	7,60	716	733	750	767	782		4.084
Outros Benefícios Pós-Emprego	7,29	85	91	72	45	47		258
Total		2.045	2.016	2.052	2.076	2.127		11.228

¹⁾ Duration média do passivo atuarial dos planos.

h) Análise de Sensibilidade

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas, anualmente são realizados testes de sensibilidade nas obrigações atuariais. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando alterando apenas uma variável de interesse e mantendo inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

		Planos BD e CV			Outros Benefícios Pós-Emprego		
Principais Premissas	Valor Presente da Obrigação	Resultado	Patrimônio Líquido (Outros Resultados Abrangentes) ⁽¹⁾	Valor Presente da Obrigação	Regultado (C)utros Res		
Taxa de Desconto							
Acréscimo de 0,5 p.p.	(654)	-	242	(18)		- 18	
Decréscimo de 0,5 p.p.	701	-	(264)	20		- (20)	
Tábua de Mortalidade							
Acréscimo de 5%	(203)	-	- 77	(9)		- 9	
Decréscimo de 5%	212	-	- (81)	10		- (10)	
Inflação Médica							
Acréscimo de 1 p.p.	-	-		44		- (44)	
Decréscimo de 1 p.p.	-	-		(38)		- 38	

¹⁾ Efeito líquido da restrição do ativo.

Nota 23 - Informações de Controladas no Exterior

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui controladas no exterior, subdivididas em:

Agências no exterior: Itaú Unibanco S.A., Miami Branch; Itaú Unibanco S.A., Nassau Branch; Itaú Unibanco Holding S.A., Grand Cayman Branch e Itaú Chile New York Branch.

Consolidado América Latina: composta basicamente pelas controladas Banco Itaú Uruguay S.A., Banco Itaú Paraguay S.A., Banco Itaú Chile e Itaú Colombia S.A.

Demais empresas no exterior: composta basicamente pelas controladas Itaú Bank Ltd., ITB Holding Ltd. e Itaú BBA International Plc.

Mais informações de resultado das unidades externas encontram-se no relatório Análise Gerencial da Operação.

	Lucro Líquido / (Prejuízo)
	01/01 a 30/06/2025
Agências no Exterior	(2.435)
Consolidado América Latina	1.624
Demais Empresas no Exterior	310
Consolidado no Exterior	(69)

Nota 24 - Receitas e Despesas da Intermediação Financeira e Resultado de Perda Esperada

		01/01 a 30/06/2025				
	Receitas da Intermediação Financeira	Despesas da Intermediação Financeira	Resultado da Perda de Crédito Esperada	Resultado Bruto da Intermediação Financeira		
CA	104.431	(90.318)	(15.347)	(1.234)		
VJORA	5.909	-	(563)	5.346		
VJR	44.461	(9)	7	44.459		
Outros	5.954	(15.001)	349	(8.698)		
Total	160.755	(105.328)	(15.554)	39.873		

Nota 25 - Receitas de Prestação de Serviço e Tarifas Bancárias

A política contábil sobre receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias está apresentada na Nota 2c XV.

Os principais serviços prestados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO são:

- Cartões de Crédito e Débito: referem-se, principalmente, às taxas cobradas pelos emissores de cartão e às anuidades cobradas pela disponibilização e administração do cartão de crédito.
- Serviços de Conta Corrente: estão substancialmente compostos por tarifas de manutenção de contas correntes, conforme cada pacote de serviço concedido ao cliente, saques de conta depósito à vista e ordem de pagamento.
- Administração de Recursos: referem-se às taxas cobradas pela administração e desempenho de fundos de investimento e administração de consórcios.
- Pagamentos e Recebimentos: referem-se, principalmente, às taxas cobradas pelos adquirentes pelo processamento das operações realizadas com cartões, ao aluguel de máquinas da Rede e às transferências realizadas por meio do PIX em pacotes de pessoa jurídica.

• Assessoria Econômica, Financeira e Corretagem: referem-se, principalmente, aos serviços de estruturação de operações financeiras, colocação de títulos e valores mobiliários e intermediação de operações em bolsas.

	01/01 a 30/06/2025
Cartões de Crédito e Débito	8.131
Serviços de Conta Corrente	1.820
Administração de Recursos	4.363
Fundos	3.469
Consórcios	894
Operações de Crédito e Garantias Financeiras	1.334
Operações de Crédito	455
Garantias Financeiras	879
Pagamentos e Recebimentos	3.412
Assessoria Econômica, Financeira e Corretagem	2.188
Serviços de Custódia	422
Outras	1.996
Total	23.666

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias são representadas, basicamente, por Cartões de Crédito e Débito no montante de R\$ 5.445.

Nota 26 - Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2025
Remuneração, Encargos, Benefícios Sociais, Desligamentos e Treinamento	(12.524)
Participação dos Empregados nos Lucros e Pagamento Baseado em Ações	(3.962)
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança, Transportes e Viagens	(4.150)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(2.847)
Instalações e Materiais	(1.721)
Depreciação e Amortização	(2.930)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(882)
Comercialização - Cartões de Crédito	(2.581)
Amortização de Ágios	(202)
Perdas com Sinistros	(271)
Outras	(2.680)
Total	(34.750)

Nota 27 - Gerenciamento de Riscos, Capital e Limites de Imobilização

a) Governança Corporativa

Assumir e gerenciar riscos é uma das atividades do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e, para isso, a instituição deve ter bem estabelecidos os objetivos para a gestão de riscos. Nesse contexto, o Apetite de Risco articula o conjunto de diretrizes do Conselho de Administração (CA) sobre estratégia e assunção de riscos, definindo a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição, e a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO investe em processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que permeiam toda a instituição e que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios e para maximizar a criação de valor para o acionista.

Dentre os processos para o adequado gerenciamento de riscos e capital, destacam-se a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, do arcabouço de Apetite de Risco, que é composto pela Declaração de Apetite por Riscos (RAS, do inglês *Risk Appetite Statement*) do CA, pela política de Apetite de Risco e pelo conjunto de métricas para monitoramento dos principais riscos conforme os limites definidos, do programa de teste de estresse, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação, perante o BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO, do inglês *Chief Risk Officer*), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

Estes processos estão alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Os princípios que ditam os fundamentos do gerenciamento de riscos, do Apetite de Riscos e as diretrizes para a forma de atuação dos colaboradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no dia a dia para a tomada de decisão são:

- Sustentabilidade e satisfação de clientes: a visão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por isso preocupa-se em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO preocupa-se em fazer negócios que sejam bons para o cliente e para a instituição.
- Cultura de risco: a cultura de risco da instituição vai além de políticas, procedimentos e processos, e busca fortalecer a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores, para que façam a coisa certa, no momento certo e de maneira correta, respeitando a forma ética de fazer negócios. Está pautada em quatro princípios (a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e responsabilidade de todos pela gestão de risco), os quais incentivam que o risco seja entendido e discutido abertamente, mantendose dentro dos níveis determinados pelo Apetite de Risco, e para que cada colaborador, independentemente de sua posição, área ou função, também assuma a responsabilidade pela gestão dos riscos do seu negócio.
- Apreçamento do risco: o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO atua e assume riscos em negócios conhecidos e entendidos, evitando riscos sobre os quais não se tem conhecimento ou nos quais não há vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno.
- **Diversificação:** a instituição tem baixo apetite por volatilidade nos resultados e por isso atua em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diferenciação dos riscos, além de priorizar negócios de menos arriscados.
- Excelência operacional: o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO quer ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável, para oferecer serviços de alta qualidade.
- Ética e respeito à regulação: para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO ética é inegociável, por isso a instituição promove um ambiente institucional íntegro, orientando todos os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios e o respeito às normas, zelando pela reputação da instituição.

O Conselho de Administração é o órgão máximo responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital. Por sua vez, o Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) é responsável por apoiar o CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Já no nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiados presididos pelo *Chief Executive Officer* (CEO) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, que são responsáveis pela gestão de riscos e capital exercendo responsabilidades delegadas nestes temas e cujas decisões são acompanhadas no âmbito do CGRC.

Para dar suporte a essa estrutura, a Área de Riscos possui diretorias especializadas que tem o objetivo de assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está em conformidade com as regulamentações vigentes no Brasil e no exterior. Localmente, o Banco segue as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com destaque para a Resolução nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentre outros reguladores e normas aplicáveis. No âmbito internacional, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO segue os padrões definidos pelo Comitê de Basileia para Supervisão Bancária, pela Securities and Exchange Commission (SEC) dos Estados Unidos e pelas regulamentações locais dos países onde está presente. Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO adere a diretrizes como a Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA), aos Principles for Responsible Banking (PRB) da United Nations Environment Programme - Finance Initiative e às Diretrizes para Empresas Multinacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), destacando alguns exemplos representativos. O Banco também adota práticas alinhadas às normas da International Financial Reporting Standards (IFRS) e às melhores práticas de governança corporativa reconhecidas globalmente.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO também conta com governança de identificação e monitoramento de riscos emergentes, que são aqueles recém identificados com impacto, a médio e longo prazo, potencialmente material sobre os negócios, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação, devido à quantidade de fatores e impactos ainda não totalmente conhecidos, uma vez que não possuem precedentes e, por isso, nunca foram tratados no passado.

As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de governança, a saber:

- 1ª linha de governança: áreas de negócios e áreas corporativas de suporte são responsáveis diretos por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos por elas originados.
- 2ª linha de governança: área de riscos, tem como objetivo assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos, definindo parâmetros para o processo de gestão de riscos e para sua supervisão. Tal controle provê ao CA e aos executivos uma visão global das exposições do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.
- 3ª linha de governança: auditoria interna, que está ligada ao Conselho de Administração e promove a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza sistemas automatizados e robustos para atendimento aos regulamentos de capital, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordena as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelos reguladores para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.

Visando fortalecer os valores e alinhar o comportamento dos colaboradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO com as diretrizes estabelecidas para gestão de risco, a instituição adota diversas iniciativas para disseminar e fortalecer uma cultura de risco baseada em quatro princípios: a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a responsabilidade de todos pela gestão de risco. Esses princípios articulam as diretrizes do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO auxiliando os colaboradores a entender, identificar, mensurar, gerenciar e mitigar os riscos de maneira consciente.

Outras informações sobre gerenciamento de Riscos e Capital podem ser visualizadas no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Resultados e relatórios, Documentos regulatórios, Pilar 3.

b) Gerenciamento de Riscos

Apetite de Risco

O Apetite de Risco articula o conjunto de diretrizes do Conselho de Administração (CA) sobre estratégia e assunção de riscos, definindo a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a organização e considerando a capacidade de gerenciamento de forma efetiva e prudente, os objetivos estratégicos, as condições de competitividade e o ambiente regulatório.

O arcabouço de Apetite de Risco é composto pela Declaração de Apetite de Riscos (RAS - *Risk Appetite Statement*) do CA, pela política de Apetite de Risco e pelo conjunto de métricas para monitoramento dos principais riscos conforme os limites definidos.

Considerando as diretrizes estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, o Apetite de Risco e suas dimensões são fundamentados na seguinte Declaração:

"Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital."

De forma a tangibilizar a RAS, o Apetite de Risco foi segmentado em seis dimensões, cada umas delas composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, para obter uma visão abrangente das nossas exposições sobre os tipos e níveis de risco aceitáveis:

- Capitalização: reflete o nível de proteção do Banco contra perdas significativas que poderiam levar ao descumprimento regulatório ou insolvência. Estabelece que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO deve ter capital suficiente para se proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada por meio do acompanhamento dos índices de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, em situação normal e em estresse, e dos ratings de emissão de dívidas da instituição.
- Liquidez: reflete o nível de proteção do Banco contra um período prolongado de estresse de *funding* que poderia levar à falta de liquidez e eventual falência. Estabelece que a liquidez do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada através do acompanhamento dos indicadores de liquidez.
- Composição dos resultados: tem por objetivo garantir a estabilidade e sustentabilidade dos resultados, restringindo a volatilidade excessiva e evitando concentrações em portfólios e desvios significativos na precificação e nas provisões. Define que os negócios serão focados principalmente na América Latina, onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO terá uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Para tanto, monitora indicadores de risco de Crédito, incluindo dimensões sociais, ambientais e climáticas, de Mercado e IRRBB, de Subscrição e de Negócios & Rentabilidade. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das nossas carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios.
- Risco operacional: aborda os riscos operacionais que possam comprometer os negócios e a operação do Banco, focando no controle de eventos que possam impactar negativamente a estratégia de negócio e operação.
- Reputação: aborda riscos que possam impactar o valor da nossa marca e da reputação da instituição junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito por meio de comportamento ético e observância conservadora das normas regulatórias.
- Clientes: aborda riscos que possam impactar a satisfação e experiência dos clientes, sendo monitorada por meio do acompanhamento da satisfação dos clientes, eventos com impactos diretos em clientes e indicadores de *suitability*.

As métricas traduzem a RAS e as dimensões em indicadores monitoráveis, que capturam os principais riscos incorridos pela instituição. Elas são monitoradas periodicamente e reportadas ao nível executivo, ao Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) e ao CA, que orientam a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados à nossa estratégia.

O Conselho de Administração é o responsável pelo estabelecimento e aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do CGRC e do *Chief Risk Officer* (CRO). A governança do Apetite de Risco está registrada em política interna, estabelecida, revisada e aprovada também pelo CA.

I - Risco de Crédito

Risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico.

A política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO baseia-se em critérios internos como: classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros, considerando também fatores externos como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, público considerado como varejo, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO já tem uma relação).

Para público de atacado e agro, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, incluindo a avaliação do risco socioambiental, de acordo com as diretrizes da Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e de manuais e procedimentos específicos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

Atendendo a Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do CMN, o documento "Relatório de Acesso Público - Política de Gestão e Controle de Risco de Crédito", que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança corporativa, Políticas, Relatórios.

I.I - Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações expostas ao risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Gerencialmente, para que as garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

I.II - Governança e mensuração da perda de crédito esperada

A área de risco de crédito e a área de finanças são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a perda de crédito esperada e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por negócio, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear mudanças na provisão, na PD (Probabilidade de descumprimento) ou na LGD (Perda no momento do descumprimento), no qual o descumprimento é o momento em que o contrato se torna um ativo problemático.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO calcula a perda de crédito esperada para as carteiras de negócios do Varejo e do Atacado multiplicando a PD, a LGD e o EAD (Exposição ao descumprimento), considerando as informações macroeconômicas prospectivas na PD e LGD.

I.III - Classificação dos Estágios de Deterioração de Crédito

A política contábil sobre Perda de Crédito Esperada está apresentada na Nota 2c IV.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO considera informações internas de clientes, modelos estatísticos, dias de atraso e análises qualitativas para fins de determinação do risco de crédito dos instrumentos financeiros.

As regras de mudança de estágio consideram, para os segmentos do Varejo e Atacado:

Estágio 1 para estágio 2: atraso ou avaliação dos triggers de probabilidade de default (PD).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO migra os contratos com atraso superior a 30 dias para o estágio 2, exceto empréstimos imobiliários (60 dias de atraso), devido ao risco da operação.

Independente do atraso, a migração para o estágio 2 ocorre se a PD da operação ou o *ratin*g do subgrupo econômico, conforme definido para o Varejo e Atacado, respectivamente, ultrapassar o apetite de risco aprovado pela Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

• Estágio 3: são considerados indicativos de que o cliente não honrará com as condições contratadas (Ativo problemático), sendo os principais: 90 dias de atraso no pagamento de principal e encargos, reestruturação de dívida, medidas judiciais, dentre outros. O instrumento financeiro, em qualquer estágio, pode migrar para o estágio 3 quando apresentar os indicativos de ativos problemáticos.

Para modelos que não são massificados caso um instrumento financeiro seja alocado no estágio 3, todos os instrumentos financeiros do mesmo subgrupo econômico/da mesma contraparte são classificados para o estágio 3, salvo aqueles que sua natureza e finalidade não indicam que o cliente não honrará com as condições contratadas.

A partir das classificações em estágios, são utilizadas regras de mensuração de perda de crédito esperada determinadas, conforme descrito na Nota 2c IV.

	30/06/2025
Ativos Financeiros	2.409.864
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	278.452
Aplicações no Mercado Aberto	214.094
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	60.427
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	3.978
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)	(47)
Títulos e Valores Mobiliários	910.522
Carteira Própria	289.118
Vinculados	290.020
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	332.579
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)	(1.195)
Derivativos	73.536
Operações com Característica de Concessão de Crédito	1.147.354
Operações de Crédito, Arrendamentos e Outros Créditos	1.011.835
Títulos e Valores Mobiliários	188.268
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)	(52.749)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	255.829
Outros Ativos Financeiros	58.690
Off Balance	632.129
Garantias Financeiras	120.665
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	511.464
Total	3.356.512

Os valores de exposição ao risco de crédito apresentados são baseados em valores contábeis brutos e não consideram qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Os valores contratuais de garantias financeiras, compromisso de crédito e créditos a liberar representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos de crédito (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacada. Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

I.V - Carteira Homogênea de Risco

O Segmento Varejo inclui os negócios de Banco Pessoa Física, Consignado, Cartões e Financeiras, Veículos Pessoa Física, Imobiliário, Empresas Varejo e Veículos pessoa Jurídica.

No Varejo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui 130 Grupos Homogêneos: 86 no Estágio 1, 29 no Estágio 2 e 15 no Estágio 3. A concentração média de risco das operações de crédito por grupos homogêneos é de 0,8%.

A abertura do valor contábil bruto das Operações com Característica de Concessão de Crédito por vencimento está demonstrada a seguir:

	30/06/2025
Vencidas a partir de 1 dia	23.960
A vencer até 3 meses	272.844
A vencer de 3 a 12 meses	257.502
A vencer acima de um ano	645.797
Total	1.200.103

II - Risco de Mercado

É a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (commodities), conforme estabelecido pelo CMN. Os índices de preços também são tratados como um grupo de fator de risco.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 e Resolução BCB nº 111, de 6 de julho de 2021 e alterações posteriores. A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira bancária caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança.
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos).
- Stop Loss/Max Drawdown: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor.
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado (*"MtM Mark to Market"*).
- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária IRRBB (Interest Rate Risk in the Banking Book) é realizada com base nas seguintes métricas:

- ΔEVE (*Delta Economic Value of Equity*): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.
- ΔNII (*Delta Net Interest Income*): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento.
- Sensibilidade (DV01- *Delta Variation*): impacto no valor justo dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador.
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (Gregas): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

O consumo dos limites de risco de mercado é monitorado e divulgado diariamente através de mapas de exposição e sensibilidade. A área de risco de mercado analisa e controla a aderência destas exposições aos limites e alertas e os reporta tempestivamente para as mesas da Tesouraria e demais estruturas previstas na governança.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambientes com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (disaster recovery).

II.I - VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

É calculado por Simulação Histórica, isto é, a distribuição esperada para os ganhos e perdas (*P&L*'s - *Profit and loss statement*) de uma carteira ao longo de tempo pode ser estimada a partir do comportamento histórico dos retornos dos fatores de risco de mercado desta carteira. O VaR é calculado com um intervalo de confiança de 99%, período histórico de 4 anos(1.000 dias úteis) e um horizonte de manutenção (*Holding period*) de um dia. Ainda, em uma abordagem conservadora, o VaR é calculado diariamente com e sem ponderação pela volatilidade, sendo o VaR final o valor mais restritivo dentre as duas metodologias.

	VaR Total (Simulação Histórica) ⁽¹⁾ 30/06/2025				
	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total	
VaR por Grupo de Fatores de Risco					
Taxas de Juros	1.320	1.028	1.974	1.281	
Moedas	34	22	53	46	
Ações	48	38	89	40	
Commodities	16	10	27	18	
Efeito de Diversificação	-	-	-	(297)	
Risco Total	1.108	777	1.744	1.088	

¹⁾ O VaR por Grupo de Fatores de risco considera as informações das unidades externas.

O documento "Relatório de Acesso Público – Política de Gestão e Controle de Risco de Mercado e IRRBB" que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança corporativa, Políticas, Relatórios.

II.II - Análise de Sensibilidade (Carteira de Negociação e Carteira Bancária)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realizou análise de sensibilidade avaliada pelos fatores de risco de mercado considerados relevantes, conforme cenários abaixo:

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas taxas de juros prefixado, cupom de moedas, inflação e índice de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações.

Cenário II: Aplicação de choques de 25% nas taxas das curvas de juros prefixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, considerando as maiores perdas por fator de risco.

Cenário III: Aplicação de choques de 50% nas taxas das curvas de juros prefixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, considerando as maiores perdas por fator de risco.

As maiores perdas por fator de risco, em cada cenário, foram apresentadas com impacto no resultado, líquidas de efeitos fiscais, fornecendo uma visão da exposição do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO em cenários excepcionais.

As análises de sensibilidade das Carteiras de Negociação e Bancária são estáticas e não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que identifica uma situação de perda ou risco elevado, minimizando a possibilidade de perdas materiais. Adicionalmente, o estudo tem fins exclusivos de divulgar a exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Carteira de Negociação	Exposições	30/06/2025			
F-4 d- Di	Blace de Verier 2 - en .	Cenários ⁽¹⁾			
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	I I	II	III	
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	0,4	(165,4)	(511,2)	
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	-	(68,8)	(118,5)	
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	(3,9)	148,6	512,4	
Índices de Preços	Taxas de cupons de inflação	(0,2)	(61,3)	(143,1)	
TR	Taxas de cupom de TR	-	-	-	
Ações	Preços de ações	(0,9)	246,3	382,6	
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	0,2	(157,7)	(77,7)	
Total		(4,4)	(58,3)	44,5	

¹⁾ Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Carteira de Negociação e Bancária	Exposições	30/06/2025			
Fatana da Bisas	Diseased Marian and	Cenários ⁽¹⁾			
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	I II I	III		
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(12,3)	(4.339,3)	(8.483,8)	
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(2,6)	(361,0)	(680,0)	
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	1,3	81,5	415,9	
Índices de Preços	Taxas de cupons de inflação	(2,6)	(455,2)	(904,0)	
TR	Taxas de cupom de TR	(3,2)	(884,1)	(1.695,9)	
Ações	Preços de ações	4,2	151,7	209,6	
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	0,1	(158,9)	(78,6)	
Total		(15,1)	(5.965,3)	(11.216,8)	

¹⁾ Valores líquidos dos efeitos fiscais.

III - Risco de Liquidez

É definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo e monitorar limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO opera. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos e nas definições da alta administração. Estes cenários são revistos periodicamente, por meio da análise das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO efetua diariamente a gestão e o controle do risco de liquidez através de governança aprovada em comitês superiores, que prevê, entre outras atividades, a adoção de limites mínimos de liquidez, suficientes para absorver possíveis perdas de caixa em cenários de estresse, mensurados através de metodologias internas e, também, por metodologia regulatória.

Dentre os principais indicadores regulatórios de liquidez destacam-se:

Indicador de liquidez de curto prazo (LCR): pode ser definido como um índice de suficiência no horizonte de 30 dias, medindo o montante disponível de ativos disponíveis para honrar potenciais saídas líquidas em um cenário de estresse.

Indicador de liquidez de longo prazo (NSFR): pode ser definido como uma análise de *funding* disponível para financiamento dos ativos de longo prazo.

Ambas as métricas são geridas pela área de risco de liquidez e possuem limites aprovados em comitês superiores, bem como governança de planos de ação em eventuais cenários de estresse de liquidez.

Sob a métrica do LCR o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui Ativos de Alta Liquidez (HQLA), compostos principalmente por títulos soberanos, reservas em bancos centrais e dinheiro em espécie. Já as saídas líquidas de caixa são compostas principalmente por captações, requerimentos adicionais, obrigações contratuais e contingentes, compensadas por entradas de caixa por empréstimos e outras entradas de caixa previstas.

Quando o LCR do período é acima do limite de 100% significa que possui recursos estáveis disponíveis suficientes para suportar as perdas no cenário de estresse padronizado para o LCR.

Já sob a ótica do NSFR o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) compostos principalmente por capital, captações. Já os Recursos Estáveis Requeridos (RSF) são compostos principalmente pelos empréstimos e financiamentos concedidos a clientes.

Assim como para o LCR, quando o NSFR é acima do limite de 100%, os recursos estáveis disponíveis são suficientes para suportar os recursos estáveis requeridos no longo prazo.

O "Pilar 3" que detalha os Indicadores de Liquidez, pode ser visualizado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Resultados e relatórios, Documentos regulatórios, Pilar 3.

O documento "Relatório de Acesso Público – Gestão e Controle de Risco de Liquidez", que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, e não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança corporativa, Políticas, Relatórios.

IV - Risco Operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Os gestores das áreas executivas utilizam-se de metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de *Compliance* e Risco Operacional.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados os reportes consolidados do monitoramento de riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Em linha com os princípios da Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do CMN, o documento "Relatório de Acesso Público – Política de Gerenciamento Integrado de Risco Operacional e Controles Internos", versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, pode ser acessado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança corporativa, Políticas, Relatórios.

V - Riscos de Seguros, Previdência Privada e Capitalização

Além dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros relacionados às carteiras de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, as operações realizadas no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO ocasionam exposição ao risco de subscrição.

O risco de subscrição é o risco de desvios significativos nas metodologias e/ou premissas utilizadas para precificação ou provisão dos produtos, as quais podem se materializar de formas diferentes, contrariando as expectativas do produto ofertado:

- (i) Seguro: resultante da alteração no comportamento do risco em relação ao aumento na frequência e/ou severidade dos sinistros ocorridos, contrariando as estimativas da precificação.
- (ii) Previdência Privada: é observado no aumento na expectativa de vida ou no desvio das premissas utilizadas nas reservas técnicas.
- (iii) Capitalização: o pagamento de prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas e/ou despesas administrativas maiores do que as esperadas podem materializar este risco.

A mensuração da exposição ao risco de subscrição se baseia na análise das premissas atuariais utilizadas na constituição dos passivos e na precificação dos produtos por meio de: i) monitoramento da evolução do patrimônio necessário para mitigar o risco de insolvência ou liquidez; ii) acompanhamento das carteiras, produtos e coberturas, sob as óticas de resultado, aderências às taxas esperadas e ao comportamento esperado da sinistralidade.

A exposição ao risco de subscrição é gerenciada e monitorada de acordo com os níveis de apetite ao risco aprovados pela Administração e é controlada por meio de indicadores que permitam a criação de cenários e simulações de estresse da carteira.

VI - Riscos Emergentes

São aqueles recém identificados e com impacto, a médio e longo prazo, potencialmente material sobre os negócios, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação, devido à quantidade de fatores e impactos ainda não totalmente conhecidos, uma vez que não possuem precedentes e, por isso, nunca foram tratados no passado. Suas causas podem ser originadas por eventos externos e resultarem no surgimento de novos riscos ou na intensificação de riscos já acompanhados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Uma vez identificados tais riscos passam a ser monitorados e reavaliados anualmente ou sob demanda, até o momento em que deixem de representar um risco ou até que possam ser adequadamente mensurados, sendo que neste caso passam então a seguir as demais etapas do gerenciamento de riscos.

Este processo é assegurado pela governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, permitindo que estes riscos também sejam incorporados aos procedimentos de gestão de riscos. Podem ser citados como exemplo os riscos Geopolítico, Climático e Cibernético, que tem ou já tiveram aspectos considerados como riscos emergentes.

VII - Riscos Social, Ambiental e Climático

Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos são a possibilidade de ocorrência de perdas em função da exposição a eventos de origem social, ambiental e/ou climático relacionados às atividades desenvolvidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Os fatores sociais, ambientais e climáticos são considerados relevantes para os negócios do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, uma vez que podem afetar a criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazos.

A Política de Riscos Social, Ambiental e Climático (Política de Riscos SAC) estabelece as diretrizes e os princípios fundamentais para a gestão dos riscos social, ambiental e climático, abordando os riscos mais relevantes para a operação da instituição por meio de procedimentos específicos.

Para mitigação dos Riscos Social, Ambiental e Climático são efetuadas ações de mapeamentos de processos, riscos e controles, acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e registro das ocorrências em sistemas internos. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, mitigação, monitoramento e

reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento destes riscos no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Na gestão dos Riscos Social, Ambiental e Climático as áreas de negócios realizam a gestão do risco em suas atividades diárias, seguindo as diretrizes da Política de Riscos SAC e processos específicos, contando com avaliação especializada de equipes técnicas dedicadas situadas nos times de Crédito, que atende o segmento do Atacado, Risco de Crédito e Modelagem e Jurídico Institucional, que atuam de forma integrada na gestão de todas as dimensões dos Riscos Social, Ambiental e Climático atreladas às atividades do conglomerado. Como exemplo de diretrizes específicas para a gestão destes riscos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO conta com uma governança específica para concessão e renovação de crédito em alçadas seniores de clientes de determinados setores econômicos, classificados como Setores Sensíveis (Mineração, Metalurgia & Siderurgia, Óleo & Gás, Ind. Têxtil e Varejo Vestuário, Papel & Celulose, Química & Petroquímica, Agro - Frigoríficos, Agro -Defensivos e Fertilizantes, Madeira, Energia, Produtores Rurais e Imobiliário), para os quais há uma análise individualizada dos Riscos Social, Ambiental e Climático. A instituição conta ainda com procedimentos específicos para sua própria operação (patrimônio, infraestrutura de agências, tecnologia e fornecedores), crédito, investimentos e controladas chave. As áreas de Riscos SAC, Controles Internos e Compliance, por sua vez, dão suporte e garantem a governança das atividades das áreas de negócios e de crédito que atende o negócio. Já a Auditoria Interna, atua de maneira independente, realizando a avaliação da gestão dos riscos, controles e governança.

A governança conta, ainda, com o Comitê de Riscos Social, Ambiental e Climático, que tem como principal competência avaliar e deliberar sobre assuntos institucionais e estratégicos, bem como deliberar sobre produtos, operações, serviços, entre outros que envolvam o tema de Riscos Social, Ambiental e Climático.

O Risco Climático abrange: (i) riscos físicos, decorrentes de mudanças nos padrões climáticos, como aumento das chuvas, e da temperatura e eventos climáticos extremos, e (ii) riscos de transição, resultantes de mudanças na economia, em consequência de ações climáticas, como precificação do carbono, regulamentação climática, riscos de mercado e riscos de reputação.

Considerando a relevância, o risco climático se tornou uma das principais prioridades para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, que apoia a Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (Task Force on Climate-related Financial Disclosures - TCFD) e está comprometido em manter um processo de evolução e melhoria contínua dentro dos pilares recomendados pelo TCFD. Com este objetivo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está fortalecendo a governança e estratégia relacionadas ao Risco Climático e desenvolvendo ferramentas e metodologias para avaliar e gerenciar estes riscos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO mensura a sensibilidade do portfólio de crédito aos riscos climáticos aplicando a Régua de Sensibilidade aos Riscos Climáticos, desenvolvida pela Febraban. A ferramenta combina critérios de relevância e proporcionalidade para identificar os setores e clientes dentro do portfólio que apresentam maior sensibilidade aos riscos climáticos, considerando os riscos físicos e de transição. Os setores com maior probabilidade de sofrerem impactos financeiros por mudanças climáticas, seguindo as diretrizes do TCFD, são: energia, transportes, materiais e construção, agricultura, alimentos e produtos florestais.

c) Gerenciamento de Capital

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está sujeito à regulamentação do BACEN, que determina requerimentos mínimos de capital, procedimentos de apuração das informações para avaliação da importância sistêmica global de instituições financeiras, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis, e exige que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital. Além disso, o CNSP e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam as operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

As notas explicativas de capital foram preparadas de acordo com exigências regulatórias do BACEN, alinhado aos requerimentos mínimos internacionalmente vigentes nos termos do *Bank for International Settlements* (BIS).

I - Composição e Suficiência do Capital

O Conselho de Administração é o órgão responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. O Conselho também é responsável pela aprovação integral do relatório do ICAAP (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital), que visa a avaliar a adequação do capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

O resultado do último ICAAP, que engloba os testes de estresse – realizado para data-base dezembro de 2024 - apontou que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

Visando a garantir a solidez do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de PR foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

	30/06/2025
Capital regulamentar	
Capital Principal	188.389
Nível I	215.381
Patrimônio de Referência (PR)	237.454
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	
RWA total	1.436.344
Capital regulamentar como proporção do RWA	
Índice de Capital Principal (ICP)	13,1%
Índice de Nível I (%) (1)	15,0%
Índice de Basileia	16,5%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA	
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACP Conservação (%)	2,5%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACP Contracíclico (%)	0,1%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACP Sistêmico (%)	1,0%
ACP total (%)	3,6%

¹⁾ O Nível I segue as instruções do BACEN e não está limitado ao percentual de 1,5% da Resolução CMN nº 4.958. Caso fosse limitado, o Índice de Nível I seria 14,6%.

Em 30/06/2025, o montante de dívidas subordinadas perpétuas que compõe o capital de Nível I é de R\$ 25.997 e o montante de dívidas subordinadas que compõe o capital de Nível II é de R\$ 21.271.

O Índice de Basileia atingiu 16,5% em 30/06/2025, mantendo-se estável em relação ao apurado em 31/12/2024. A estabilidade do índice reflete, principalmente, o impacto positivo do resultado do período e da emissão de letras financeiras subordinadas perpétuas, compensados pelo pagamento de dividendos adicionais e crescimento de ativos ponderados pelo risco.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui folga em relação ao Patrimônio de Referência mínimo requerido no montante de R\$ 122.547, superior ao ACP de R\$ 51.167, amplamente coberto pelo capital disponível.

O Índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR ajustado com o ativo permanente ajustado. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está enquadrado no limite máximo de 50% do PR ajustado, fixado pelo BACEN. Em 30/06/2025, o Índice de Imobilização atingiu 16,9% apresentando uma folga de R\$ 78.637.

Mais detalhes sobre Gerenciamento de Riscos e de Capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e os indicadores do Índice de Importância Sistêmica Global, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Resultados e relatórios, Documentos regulatórios, Pilar 3 e Índice de Importância Sistêmica Global.

II - Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Para o cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, que é obtido pela soma das seguintes parcelas:

- RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada.
- RWA_{CIRB} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo sistemas internos de classificação de risco de crédito (abordagens IRB *Internal Ratings-Based*), autorizados pelo Banco Central do Brasil.
- RWA_{MPAD} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagem padronizada.
- RWA_{MINT} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagens do modelo interno, autorizadas pelo Banco Central do Brasil.
- RWA_{OPAD} = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

	RWA 30/06/2025
Risco de crédito em sentido estrito	1.122.327
Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	1.044.763
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	77.564
Risco de crédito de contraparte (CCR)	34.377
Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	23.665
Do qual: mediante demais abordagens	10.712
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	3.645
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	1.049
Exposições de securitização contabilizadas na carteira bancária	8.639
Risco de mercado	58.067
Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA _{MPAD})	71.471
Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA _{MINT})	39.784
Risco operacional	141.782
Risco de pagamentos (RWA _{SP})	NA
Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	66.458
Total	1.436.344

III - Plano de Recuperação

Em resposta às últimas crises internacionais, o Banco Central publicou a Resolução nº 5.187, que requer o desenvolvimento de um Plano de Recuperação e Saída Organizada (PRSO) pelas instituições financeiras enquadradas no Segmento 1, cuja exposição total em relação ao PIB seja superior a 10%. Este plano tem como objetivo restabelecer níveis adequados de capital e liquidez, acima dos limites operacionais regulatórios, diante de choques severos de estresse de natureza sistêmica ou idiossincrática. Desta maneira, cada instituição conseguiria preservar sua viabilidade financeira, ao mesmo tempo em que mitiga o impacto no Sistema Financeiro Nacional.

IV - Teste de Estresse

O teste de estresse é um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados, liquidez e capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. A instituição realiza este teste com o objetivo de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco.

A estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. A elaboração dos cenários de estresse considera a análise qualitativa da conjuntura brasileira e mundial, elementos históricos e hipotéticos, riscos de curto e de longo prazo entre outros aspectos, conforme definido na Resolução CMN 4.557.

Neste processo, são avaliados os principais riscos potenciais para a economia com base no julgamento da equipe de economistas do banco, referendados pelo Economista Chefe do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e com aprovação em Conselho de Administração. As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros, taxas de câmbio e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, spread e tarifas) são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

Em seguida, os cenários de estresse adotados são utilizados para sensibilizar o resultado e o balanço orçados. Além da metodologia de análise de cenários, também são empregadas análises de sensibilidade e Teste de Estresse Reverso.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza as simulações para a gestão de riscos de seu portfólio, considerando Brasil (segregado em atacado e varejo) e Unidades Externas, dos quais decorrem os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez em cada cenário.

O teste de estresse é parte integrante do ICAAP, com o principal objetivo de avaliar se, mesmo em situações severamente adversas, a instituição teria níveis adequados de capital e liquidez, não impactando a sustentabilidade de suas atividades.

As informações geradas permitem a identificação de potenciais ofensores aos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, os processos orçamentários e de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumos para métricas de apetite de risco da instituição.

V - Razão de Alavancagem

A razão de alavancagem é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748, cujo requerimento mínimo é 3%. O objetivo da razão é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco ou mitigações.

Nota 28 - Informações Suplementares

a) Política de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, apesar de possuir reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

b) Moedas Estrangeiras

Saldos patrimoniais, em reais, vinculados a moedas estrangeiras:

	30/06/2025
Investimentos Permanentes no Exterior	100.923
Saldo Líquido dos Demais Ativos e Passivos Indexados em Moeda Estrangeira, Inclusive Derivativos	(77.517)
Posição Cambial Líquida	23.406

A posição cambial líquida, considerados os efeitos fiscais sobre os resultados do saldo líquido dos demais ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, reflete a baixa exposição às flutuações cambiais.

c) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução n° 3.263, de 24/02/2005, do CMN, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

d) Resultado não Recorrente Regulatório

Apresentação do Resultado não Recorrente Regulatório do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, líquido dos efeitos fiscais, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	01/01 a 30/06/2025
Resultado não Recorrente Regulatório	(87)
Provisão para reestruturação	(556)
Provisões tributárias	507
Outros	(38)

e) Medida Provisória (MP) nº 1.303/25

Emitida em 11 de junho de 2025, altera a Lei nº 7.689/88, que dispõe sobre a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a partir de 1° de outubro de 2025, conforme segue:

- Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos e Pessoas Jurídicas de Capitalização majoração de 15% para 20%.
 - Instituições de Pagamento e Sociedade de Crédito Direto majoração de 9% para 15%.

Essa MP não ocasionou efeitos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no período findo em 30/06/2025, pois ainda será apreciada pelo Congresso Nacional, podendo sofrer alterações ou ser rejeitada.

CNPJ. 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE. 35300010230

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025

O Comitê de Auditoria ("Comitê") é um órgão estatutário que reporta ao Conselho de Administração ("Conselho") e atua de acordo com o estabelecido em seu Regulamento (disponível no site: https://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores/).

Atualmente, o Comitê é composto por seis membros efetivos e independentes, sendo um integrante do Conselho de Administração, todos eleitos com a observância dos critérios constantes da regulamentação do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), e do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), da Lei *Sarbanes-Oxley* ("SOX") e das normas da *New York Stock Exchange* ("NYSE"), nesses dois últimos casos no que forem aplicáveis aos emissores estrangeiros, *Foreign Private Issuers* ("FPIs").

O Comitê é único para as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e para as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), que fazem parte do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, abrangendo o Itaú Unibanco e suas controladas, diretas ou indiretas ("Conglomerado").

O Comitê na sua atuação segue as normas do CMN, CNSP, Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), Banco Central ("BACEN") e Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), assim como as normas pertinentes a FPIs e atribuições incluídas nos regulamentos e políticas do Conglomerado, sendo responsável pela supervisão dos processos de controles internos e de gestão de riscos, das atividades da Auditoria Interna ("AI") e das empresas de auditoria independente do Conglomerado.

A elaboração das demonstrações contábeis do Conglomerado é de responsabilidade da Administração, cabendo-lhe estabelecer os procedimentos necessários para assegurar a qualidade dos processos dos quais se originam as informações utilizadas na preparação das demonstrações e na geração dos relatórios. A Administração também é responsável pelas atividades de controle e monitoramento de riscos, pela supervisão das atividades corporativas de controles internos e por zelar pela conformidade com as normas legais e regulamentares.

A Al tem como missão aferir a qualidade e a aderência dos sistemas de controles internos, de gerenciamento de riscos e de capital e o cumprimento das políticas e procedimentos definidos, inclusive aqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") é a responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A., devendo atestar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Conglomerado, e o desempenho individual e consolidado das operações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), sendo também de sua responsabilidade, neste exercício e nos dois anos anteriores, auditar as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial, Relato Integrado e Relatório Prudencial Consolidado. Os mesmos auditores devem, ainda, emitir anualmente opinião sobre a qualidade e a eficácia dos controles internos vinculados aos relatórios financeiros, conforme norma da *Securities and Exchange Commission* ("SEC").

A Ernst & Young Auditores Independentes ("EY") é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis das empresas de Consórcio do Conglomerado e das empresas supervisionadas pela SUSEP (Seguros, Previdência, Capitalização e Corretoras de Seguros), todas preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Atividades do Comitê

O planejamento anual de trabalhos do Comitê é realizado ao final do exercício do ano anterior ao vigente, considerando os principais produtos e processos referentes aos negócios e áreas de suporte do Conglomerado, bem como seus possíveis impactos nas demonstrações contábeis e no sistema de controles internos e de administração de riscos, sendo revisado periodicamente à medida da evolução de suas atividades.

O processo de supervisão efetuado pelo Comitê baseia-se nas informações recebidas da Administração, nas apresentações efetuadas pelas diversas diretorias das unidades de negócios no Brasil e Internacionais e das áreas de suporte, na apresentação do resultado dos trabalhos dos

CNPJ. 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE. 35300010230

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025

auditores independentes, dos auditores internos e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de capital, pelos controles internos, risco operacional e compliance.

Como parte de suas atribuições, o Comitê aprovou o planejamento dos trabalhos da Al para 2025, e também realizou a avaliação relativa ao período de 2024 dos serviços executados pela Al, Diretoria de Risco Operacional ("DRO"), Diretoria de Compliance Corporativo ("DCC"), Diretoria de Prevenção a Lavagem de Dinheiro ("DPLD") e Diretoria de Segurança Corporativa ("DSC").

Também realiza relatos trimestrais das atividades do Comitê ao Conselho de Administração; mantém reuniões semestrais com os Copresidentes do Conselho e trimestrais com o Diretor Presidente do Itaú Unibanco Holding S.A. para apresentação de suas recomendações sobre os sistemas de controles internos, a política de conformidade (compliance) e as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital; mantém reuniões trimestrais com os membros do Conselho Fiscal; revisa determinadas Políticas Corporativas; e efetua reuniões semestrais com supervisores do Departamento de Supervisão Bancária do BACEN ("BACEN/DESUP") e do Departamento de Supervisão de Conduta do BACEN ("BACEN/DECON"), nas quais são discutidas as preocupações trazidas pelos reguladores e os principais assuntos em acompanhamento pelo Comitê.

O Comitê foi informado, pela DSC, que não houve casos de erros e fraudes praticados por membros do Conselho, de comitês estatutários, da diretoria, por funcionários ou por terceiros que sejam enquadráveis no critério de materialidade definido na política interna. O Comitê também não tomou conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer fraudes ou de descumprimento de normas legais e regulamentares ou de erros de controles internos, contabilidade e auditoria que pudessem colocar em risco a continuidade do Conglomerado.

Para realização das atividades e dos procedimentos acima descritos, o Comitê reuniu-se 30 dias no período de 29 de janeiro de 2025 a 05 de agosto de 2025, totalizando 145 reuniões, com a participação de auditores independentes, auditoria interna, gestores responsáveis pelos controles internos e *Compliance* Corporativo e de executivos das áreas administrativas, financeiras, tecnologia da informação e de negócios do Conglomerado. No mesmo período, ocorreram 15 reuniões com participação exclusiva dos membros do Comitê, que trataram de assuntos como: planejamento dos trabalhos, tratamento de temas emergentes, preparação dos relatórios requeridos pelos órgãos reguladores, revisões e aprovações de Políticas Corporativas, avaliação das áreas de auditoria interna e riscos, avaliação das empresas de auditoria independente, discussão de temas relevantes e outras atividades administrativas.

Conclusões

Ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do alcance da sua atuação, e com base nas atividades que desenvolveu no período, o Comitê conclui que durante o semestre findo em 30/06/2025:

- os sistemas de controles internos, a política de conformidade (compliance) e as estruturas de
 gerenciamento de riscos e de capital são adequados ao porte e complexidade do Conglomerado
 e ao apetite de riscos aprovado, tendo sido acompanhado o cumprimento do disposto na
 regulamentação vigente, com evidenciação das deficiências detectadas e das ações adotadas
 para sua remediação;
- a cobertura e a qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna são satisfatórias, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares e dos regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas, e atuando com adequada independência;
- as práticas contábeis relevantes adotadas pelo Conglomerado estão alinhadas com as adotadas no Brasil, incluindo o cumprimento das normas emanadas do CMN e do BACEN, bem como com as normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB; e
- as informações fornecidas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) são adequadas, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares e dos regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas, nas quais o Comitê apoia sua recomendação sobre as demonstrações contábeis, não sendo identificada qualquer situação que pudesse prejudicar a objetividade e independência do Auditor Independente.

CNPJ. 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE. 35300010230

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025

Com base nos trabalhos e avaliações realizadas e considerando o contexto e a limitação de suas atribuições, o Comitê recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração, das demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A., para o semestre findo em 30/06/2025.

São Paulo, 05 de agosto de 2025.

Comitê de Auditoria Itaú Unibanco Holding

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana - Presidente

Alexandre de Barros

Fernando Barçante Tostes Malta

Luciana Pires Dias

Ricardo Baldin - Especialista Financeiro

Rogério Carvalho Braga



Demonstrações contábeis condensadas individuais e consolidadas em 30 de junho de 2025 e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis condensadas individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Itaú Unibanco Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais condensadas do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial condensado em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas condensadas do Banco e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado condensado em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis condensadas acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis condensadas individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2(a) às demonstrações contábeis condensadas individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações contábeis condensadas do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Edifício B32, 16º, São Paulo, SP, Brasil, 04538-132 T: +55 (11) 4004-8000

www.pwc.com.br



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis condensadas individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis condensadas individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21 - provisão para perda de crédito esperada (Notas 2(b)I, 2(c)IV.III e 8)

O Itaú Unibanco Holding S.A. adotou em 1º de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/21 ("Resolução"), que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, de forma prospectiva.

A adoção dessa nova norma contábil trouxe mudanças relevantes para o Banco e suas controladas, sendo a principal, a alteração no critério de reconhecimento e mensuração da provisão para perda de crédito esperada.

A provisão para perda de crédito esperada foi definida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que a mensuração envolve julgamento da administração para avaliação de informações prospectivas e critérios para determinação de aumento ou redução significativa no risco de crédito, entre outros aspectos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos o entendimento do processo desenvolvido pela administração para o reconhecimento e mensuração da provisão para perda de crédito esperada conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a aderência aos requisitos da referida norma.

Em relação à metodologia da provisão para perda de crédito esperada, aplicamos determinados procedimentos de auditoria, substancialmente relacionados a:

- (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos da Resolução.
- (ii) entendimento e testes sobre os controles relacionados à mensuração da provisão, que consideram base de dados, modelos, premissas e julgamentos adotados pela administração.
- (iii) testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação. Adicionalmente, realizamos testes sobre a documentação da administração relacionada às garantias, renegociações de crédito, avaliação de risco da contraparte, atrasos e outros aspectos que



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

possam resultar em aumento significativo no risco de crédito, bem como a alocação das operações nos seus respectivos estágios conforme requisitos da Resolução.

- (iv) teste das entradas de dados para os modelos e, quando disponíveis, comparação de determinados dados e premissas com informações de mercado.
- (v) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações contábeis em atendimento aos requisitos da Resolução.

Consideramos que os critérios e julgamentos adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perda esperada, conforme divulgado em notas explicativas, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros com pouca liquidez e/ou sem mercado ativo (Notas 2(c)IV.III e 17)

A mensuração do valor justo de instrumentos financeiros com pouca liquidez e/ou sem mercado ativo é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração para sua valorização.

Adicionalmente, a obtenção de dados de mercado pode ser complexa, especialmente em momentos de alta volatilidade, bem como em situações em que os preços observáveis ou parâmetros de mercado não estão disponíveis. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por aplicações em títulos emitidos por empresas e por contratos de derivativos.

Essa é uma área que permanece como foco em nossa auditoria, uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas poderiam produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

- Teste do desenho e da efetividade dos principais controles estabelecidos para valorização desses instrumentos financeiros, bem como da aprovação dos modelos e divulgações requeridas.
- Com o apoio de nossos especialistas, analisamos as principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas significativas adotadas pela administração mediante a comparação com metodologias e premissas independentes.

Executamos, em base amostral, recálculo da valorização de determinadas operações, bem como comparamos as premissas e metodologias utilizadas pela administração com nosso conhecimento sobre práticas de valorização usualmente adotadas e analisamos a consistência dessas metodologias com as aplicadas em períodos anteriores.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros, conforme divulgado em notas explicativas, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação

O Banco e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco e suas controladas e, nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazos em sistemas e processos de Tecnologia da Informação.

A estrutura de tecnologia, portanto, é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e cybersecurity. Dessa forma, essa área continuou como foco de nossos trabalhos de auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes do desenho e da efetividade dos principais controles relevantes, bem como a execução de testes relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acessos, gestão de mudanças e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia.

Os procedimentos de auditoria aplicados resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Provisões e passivos contingentes (Notas 2(c)XII e 11)

O Banco e suas controladas registram e/ou divulgam provisões e passivos contingentes decorrentes, principalmente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem

Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e efetividade dos principais controles para identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação das provisões e dos passivos contingentes, incluindo a totalidade e integridade da base de dados.

Testamos os modelos utilizados para quantificação dos processos judiciais massificados de natureza cível e trabalhista. Em nossos testes da avaliação do risco dos



Porque é um PAA

não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Além dos aspectos subjetivos na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, a evolução da jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme. Considerando a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos, como descrito acima, para a determinação e constituição da provisão e divulgações requeridas das provisões e dos passivos contingentes, continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

processos judiciais individualizados, para uma amostra de itens, de natureza tributária, cível e trabalhista, utilizamos o apoio de nossos especialistas nas respectivas áreas, quando aplicável, de acordo com a natureza dos processos.

Também, realizamos procedimentos de confirmação, em base de testes, junto aos advogados internos e externos responsáveis pelos processos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição da provisão para processos judiciais e administrativos divulgados nas demonstrações contábeis são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos - Informações suplementares de 1º de janeiro de 2025

Como apresentado nas Notas 2(a) e (b) às demonstrações contábeis condensadas individuais e consolidadas, foram incluídas informações suplementares de 1º de janeiro de 2025, não auditadas, no Balanço Patrimonial Consolidado Condensado e na Demonstração Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido individuais e consolidadas.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações Condensadas do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis condensadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações condensadas do valor adicionado foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis condensadas individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis condensadas individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a Análise Gerencial da Operação.



Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis condensadas individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e a Análise Gerencial da Operação e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis condensadas individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e a Análise Gerencial da Operação e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis condensadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e a Análise Gerencial da Operação, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis condensadas individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis condensadas individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis condensadas individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis condensadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis condensadas individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis condensadas individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis condensadas.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis condensadas individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis condensadas individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria
 apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de
 negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis
 condensadas individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e
 revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e,
 consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis condensadas do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 5 de agosto de 2025

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev

Contadora CRC 1SP245281/O-6

CNPJ 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE 35300010230

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Concluído o exame das Demonstrações Financeiras referentes ao período de janeiro a junho de 2025 e considerando o relatório sem ressalvas da *PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes, os membros efetivos do Conselho Fiscal do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.** são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

São Paulo (SP), 05 de agosto de 2025.

GILBERTO FRUSSA Presidente

MARCELO MAIA TAVARES ARAÚJO Conselheiro

EDUARDO HIROYUKI MIYAKI Conselheiro



CNPJ 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE 35300010230

Carta de Apresentação das Demonstrações Contábeis em BRGAAP relativas a 30/06/2025.

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais, em conformidade com as disposições do artigo 27, §1°, da Instrução CVM Nº 80/2022 e no artigo 45, §3°, inciso V, da Resolução BCB nº 2/2020, declaram que: a) são responsáveis pelas informações contidas neste arquivo; b) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações contábeis; e c) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia.

As demonstrações referidas foram divulgadas em 05/08/2025 no sítio eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e de Relações com Investidores desta instituição (https://www.itau.com.br/relacoes-cominvestidores).

Este arquivo contém:

- . Relatório da Administração;
- . Balanço Patrimonial;
- . Demonstração do Resultado;
- . Demonstração do Resultado Abrangente;
- . Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- . Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- . Demonstração do Valor Adicionado;
- . Notas Explicativas;
- . Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria;
- . Relatório do Auditor Independente;
- . Parecer do Conselho Fiscal.

Milton Maluhy Filho Diretor Presidente Gabriel Amado de Moura

Diretor

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana

Presidente do Comitê de Auditoria

<u>Fabiana Palazzo Barbosa</u> <u>Contadora</u>